

---

Obras  
Pioneiras  
da Cultura  
Portuguesa

# Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa

**DIREÇÃO**

JOSÉ EDUARDO FRANCO  
CARLOS FIOLHAIS

**Volume 2**

## **PRIMEIROS TEXTOS DE PRÉ-HISTÓRIA, HISTÓRIA E HERÁLDICA**

*IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra*

**COORDENAÇÃO**

FILIPE ALVES MOREIRA E LUÍSA PAOLINELLI

*História de Portugal*, FERNANDO OLIVEIRA

**COORDENAÇÃO**

CRISTINA TRINDADE E RUI CARITA

*Troféus lusitanos*, ANTÓNIO SOARES DE ALBERGARIA

**COORDENAÇÃO**

PEDRO SAMEIRO

*Da existência do homem em épocas remotas no vale do Tejo*

FRANCISCO A. PEREIRA DA COSTA

*Portugal pré-histórico*, JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

**COORDENAÇÃO**

JOÃO LUÍS CARDOSO

**Círculo** de **Leitores**

---

*Obra distinguida pela Sociedade  
Portuguesa de Autores com o*  
**Prémio José Mariano Gago  
de Divulgação Científica 2018**

---



A cópia ilegal viola os direitos dos autores.  
Os prejudicados somos todos nós.

© 2017 Círculo de Leitores  
José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais (IECCPMA)

**Projeto gráfico:** Mário Caeiro  
Colaboração de Diogo Braga e Sara Valente

**Paginação:** Rosa Quitério

**Versão dos textos latinos (NT):** José Carlos Miranda

**Revisão:** Equipa Obras Pioneiras

**Execução gráfica:** Bloco Gráfico  
Unidade Industrial da Maia

1.ª edição: novembro de 2018

**Número de edição:** 8179

**Depósito legal número:** 429 649/17

**ISBN da coleção:** 978-972-42-5148-6

**ISBN:** 978-972-42-5150-9

Esta edição segue a grafia do novo  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Reservados todos os direitos. Nos termos do Código  
do Direito de Autor, é expressamente proibida  
a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio,  
incluindo a fotocópia e o tratamento informático, sem  
a autorização expressa dos titulares dos direitos.

Ilustração da capa: desenho digital de um sinal rodado  
de D. Afonso Henriques

*Obra composta em caracteres Libby*

**PORTUGAL PRÉ-HISTÓRICO**

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

PROPAGANDA DE INSTRUÇÃO  
PARA  
Portuguezes e Brasileiros

BIBLIOTHECA DO POVO  
E DAS ESCOLAS

CADA VOLUME 50 RÉIS

PORTUGAL PRÉ-HISTORICO

POR

*J. Leite de Vasconcellos*

alumno da Escola Medico-Cirurgica do Porto

OBRA ILLUSTRADA COM OITO ESTAMPAS

ANNO V - DECIMA-QUARTA SERIE

Cada volume abrange 64 paginas, de composi-  
ção ebois, edição estereotypada, — e fórma um  
tratado elemental completo n'algum ramo de  
sciencias, artes ou industrias, um florilegio lit-  
terario, ou um aggregado de conhecimentos  
uteis e indispensaveis, expostos por fórma  
succinta e concisa, mas clara, despretenciosa,  
popular, ao alcance de todas as intelligencias.

1885

DAVID CORAZZI, EDITOR

IMPRESA HORAS ROMANTICAS

Premiada com medalha de ouro na Exposição do Rio de Janeiro

Administração: 40, R. da Atalaya, 52, Lisboa

*Filial no Brasil: 38, R. da Quitanda, Rio de Janeiro*

NUMERO

106

Frontispício de: J. Leite de Vasconcellos, *Portugal pré-histórico*, Lisboa, Editor David Corazzi, 1885 (dormente referido como Ed. 1885).

## INTRODUÇÃO

**A** CIVILIZAÇÃO HUMANA TEM SIDO MUITO LENTA e gradual na sua marcha através de todos os tempos e de todos os países. Só depois de uma luta persistente e desesperada foi que o homem alcançou o lugar proeminente que hoje ocupa. Os vestígios dessa luta encontram-se a cada passo nas ideias e nos monumentos. Basta lançar uma vista de olhos pela história do passado e pelas camadas mais inferiores da sociedade atual, desde os selvagens aos humildes aldeões do nosso país, para se ver a verdade do que afirmo. Enquanto os poderosos monarcas da velha Europa se envolvem nos seus mantos roçagantes cheios de ouro e pérolas, e repousam comodamente num fofo leito sob um dossel de púrpura, o miserável habitante das selvas da América expõe o corpo nu às barbaridades e às asperezas das estações, e vaga ululante pelo interior das florestas virgens, que constituem a sua morada única. Quem não conhece as superstições do povo, as mezinhas nas doenças, os amuletos contra as bruxas, as práticas para afastar os fenómenos meteorológicos?

Tudo atesta que o progresso se realiza a pouco e pouco.

Modernamente, porém, a área das nossas investigações alargou-se; e para além dos tempos históricos (isto é, dos tempos de que existem documentos literários) descobriram-se civilizações, de que a tradição não fala senão confusamente e a respeito das quais só nos restam monumentos mudos, que a ciência vai interpretando a custo e estudando sob a denominação genérica de arqueologia pré-histórica, ou paleoetnologia, como foi decidido em 1865 numa sessão da Sociedade Italiana de Ciências Naturais de Spezia<sup>1</sup>.

Qualquer das duas designações é vaga, porque abrange uns poucos de assuntos distintos, como a etnografia, a antropologia, etc.; em todo o caso, satisfaz perfeitamente às necessidades do presente – e convém

---

<sup>1</sup> Refere-se à reunião que teve lugar em La Spezia, a 20 setembro de 1865, e que deu origem à fundação do Congresso Paleoetnológico Internacional, logo depois designado Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, cuja primeira sessão, com este novo nome, teve lugar em Paris, em 1867.

mesmo conservá-la até que esses assuntos, pela abundância de materiais colhidos, possam manter-se numa independência completa.

Inaugurada a arqueologia pré-histórica, relativamente há bem pouco tempo ainda, em breve progrediu de tal modo, no Velho e no Novo Mundo, que não só as bibliotecas se enchem, mas os próprios museus se enriquecem de materiais nunca dantes aproveitados. Os sábios de todos os países cultos têm mostrado um verdadeiro ardor de apóstolos, já colecionando, já meditando, já reunindo-se de anos a anos nesses simpáticos e originais congressos, como o que em 1880 se realizou em Lisboa<sup>2</sup>.

Rasgou-se um horizonte quase completamente desconhecido; a civilização moderna achou as suas origens, e o homem o seu precursor natural.

Nem só de pão se vive. O espírito descobre certo prazer em investigar o que foi antes de ser o que é, porque, além de assim se conhecer melhor, tira lições para o futuro; por isso os leitores usuais da *Bibliotheca do povo e das escolas*, em cujas mãos não andam ordinariamente os grandes livros de ciência, receberão com agrado este breve compêndio da paleoetnologia portuguesa.

O presente é sempre solidário com o passado. Na ordem social, como na natural, não se notam interrupções bruscas. A história é uma cadeia de infinitos elos. Mal-avisados andam, pois, aqueles que supõem que a nacionalidade portuguesa começou na batalha de Ourique e que D. Afonso Henriques, primeiro rei, é também o primeiro pórtico da nossa história. Antes de Ourique, e antes ainda do momento em que o território portugalense aparece mencionado nos documentos, há um grande lapso – a Lusitânia; antes da Lusitânia, um lapso muito maior – Portugal pré-histórico. A aclamação de um rei não determina, só por si, o início da vida de um povo. Para se afirmar que a história portuguesa data do século XII, era preciso primeiro provar (o que se não fez, nem pode fazer) que havia uma perfeita antinomia entre os portugueses, os lusitanos e os povos pré-históricos deste rincão do Ocidente.

Primeiro que eu trate da condição de existência do homem pré-histórico no nosso solo, vou expor em duas palavras a história da arqueologia pré-histórica entre nós.

Parece que as mais antigas menções de antas portuguesas remontam ao século XVII.

---

2 Refere-se à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em setembro de 1880, cujas atas foram publicadas em 1884.

Na *Thebaida portuguesa* (t. I e II) cita-se uma carta do padre-mestre frei Martinho de São Paulo, a qual se refere a várias antas nas faldas do monte de São Gens<sup>3</sup>. Nas *Memorias da Academia de Historia Portugueza* (t. XIV) acha-se publicada uma dissertação de Martinho de Mendonça e Pina, lida na conferência de 30 de julho de 1733<sup>4</sup>. Na conferência de 1 de abril de 1734, o padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro leu uma relação que continha a indicação de 315 antas<sup>5</sup>. Augusto Filipe Simões cita um trecho do arcebispo Cenáculo<sup>6</sup> sobre espadas de cobre do Alentejo<sup>7</sup> e o senhor Dr. Pereira da Costa menciona também certos manuscritos do mesmo arcebispo sobre antas<sup>8</sup>.

A obra do senhor Dr. Pereira da Costa *Descripção de alguns dolmens ou antas de Portugal* (Lisboa, 1868), citada várias vezes neste livrinho, inaugura uma nova era na arqueologia pré-histórica portuguesa. O mesmo autor tinha já escrito sobre paleontologia: *Notice sur les squelettes humains découverts au Cabeço d'Arruda* (Lisboa, 1865)<sup>9</sup>; *Gasteropodes des dépôts tertiaires du Portugal* (Lisboa, 1866 e 1867); e outras obras escreveu ainda mais, que cito adiante.

Do senhor Delgado há a importantíssima *Noticia ácêrca das grutas de Cezareda* (Lisboa, 1867), a que se seguiu em 1880 outra memória não menos importante (*La grotte de Furninha à Peniche*), publicada no *compte-rendu* do congresso de Lisboa<sup>10</sup>.

Carlos Ribeiro, em 1871 publicou *Descripção de alguns silex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciario e quaternario das bacias do Tejo e Sado* (Lisboa, 1871), a que se seguiram o *Relatório* do congresso de Bruxelas (Lisboa, 1873) e os *Estudos pre-historicos em Portugal* (Lisboa, 1878-1880), além dos trabalhos que vêm no *compte-rendu* do congresso de Lisboa. Adiante me demoro mais sobre este autor.

Aos três sábios citados – o senhor dr. Pereira da Costa (venerando professor da Escola Politécnica de Lisboa), Carlos Ribeiro (distintíssimo geólogo, já falecido) e o senhor Nery Delgado (também geólogo

3 Apud *Estudos archeologicos*, III: Os dolmens, de Sá Villela (Lisboa, 1876), pág. 6. (NA)

4 Apud Pereira da Costa, *Dolmens ou antas*, etc., pág. 44. (NA)

5 *Ib.*, pág. 43. Por falta de tempo para consultar os próprios originais, faço estas citações em segunda mão. (NA)

6 Fr. Manuel do Cenáculo (1724-1814) foi bispo de Beja e arcebispo de Évora; fundou a Biblioteca Pública de Évora e reuniu uma importante coleção de manuscritos, livros impressos, obras de arte e materiais arqueológicos.

7 *Introdução á Archeologia*, pág. 162. (NA)

8 *Ob. cit.*, pág. VII. (NA)

9 Esta obra de Francisco António Pereira da Costa, escrita igualmente em português, é publicada no presente volume.

10 Cujas atas foram impressas em 1884, em Lisboa, na Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.

distintíssimo) – é que a ciência pré-histórica mais deve no seu começo em Portugal; são eles os três primeiros patriarcas dela<sup>11</sup>.

Em 1869 o senhor Possidónio da Silva, digno diretor do Museu de Arqueologia (nas ruínas do velho Mosteiro do Carmo, em Lisboa), estuda a anta da serra de Sintra que vem descrita na *Memória* do congresso de Bolonha (1871)<sup>12</sup>. O mesmo cavalheiro não tem descansado em suas pesquisas, e o *Boletim* da Associação dos Arquitetos, que ele dirige, e o *compte-rendu* do congresso de Lisboa, onde vem um trabalho dele, aí estão a testemunhá-lo.

O senhor Gabriel Pereira estuda a arqueologia do Alentejo, como o provam seus *Dolmens dos arredores de Evora*, e outros trabalhos, alguns dos quais cito adiante.

Em 1878 um novo livro de arqueologia pré-histórica sai dos prelos nacionais: é a *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*, do dr. Filipe Simões. Como trabalho de síntese, é talvez prematuro; não obstante, marca um progresso na ciência portuguesa<sup>13</sup>.

No Minho, o infatigável arqueólogo, o senhor dr. Francisco Martins Sarmento, desenterra diversas cidades mortas – o que lhe tem granjeado a estima e o respeito de quantos prezam a ciência. A maior parte dos seus trabalhos está inédita; publicou apenas alguns artigos que adiante indico. As explorações do senhor Sarmento estendem-se ainda fora da sua província natal, como demonstra o *Relatório* da expedição à serra da Estrela, publicado em 1883.

11 Sobre esta época áurea da arqueologia portuguesa, cf. João Luís Cardoso, «As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem terciário”: resultados e consequências na época e para além dela», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 8, 1999/2000, pp. 33-54; Idem, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002; Idem, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 2007; Idem, «Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo», in Miguel de Magalhães Ramalho (coord.), *Nery Delgado (1835-1908), geólogo do reino*, Lisboa, Museu Geológico/ INETI/ Centro de História e Filosofia das Ciências da FCT-UNL, 2008, pp. 65-79; Idem, «Carlos Ribeiro, a “Breve notícia acerca do terreno quaternário de Portugal” e a questão do homem terciário em Portugal», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 20, 2013, pp. 27-88; Idem, «Carlos Ribeiro e o reconhecimento do solo quaternário do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 20, 2013, pp. 89-100; Idem, «Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos)», in Nuno Bicho et al. (eds.), *Muge 150th: The 150th anniversary of the discovery of mesolithic shellmiddens*, Cambridge Scholars Publishing, 2015, pp. 1-18; Idem, «A investigação da antiguidade do homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a história da ciência», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 22, 2015, pp. 9-42; Idem, «Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do homem: um manuscrito desconhecido», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 22, 2015, pp. 43-92; Mariana Diniz e Victor S. Gonçalves, «Na 2.ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da arqueologia em Portugal», *O arqueólogo português*, série 4, vols. 11/12, 1993/1994, pp. 175-187.

12 Trata-se de um monumento natural, sem interesse arqueológico; tal conclusão transparece da própria descrição apresentada por Possidónio da Silva (cf. Joaquim Possidónio Narciso da Silva, «Découvertes préhistoriques en Portugal», in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-rendu de la cinquième session à Bologne (1871)*, Bologne, Imprimerie Fava et Garagnani au Progrès, 1873, pp. 333-338.

13 Ver o que se disse desta obra na introdução à presente publicação.

O senhor Estácio da Veiga, do Algarve, é outro antiquário apaixonado. Dele só conheço sobre o assunto as *Antiguidades de Mafra* (Lisboa, 1879)<sup>14</sup>.

Um dos acontecimentos mais importantes a relatar na história da nossa arqueologia pré-histórica é o congresso de Lisboa em 1880, aonde concorreram muitos dos primeiros sábios de todas as nações e onde Portugal foi também dignamente representado, como se pode ver no *compte-rendu*, que eu adiante cito bastas vezes<sup>15</sup>.

Parece-me serem esses os principais factos a lembrar; pelo menos, são os que como tais me ocorrem a um rápido lance de olhos sobre a história da paleoetnologia de Portugal<sup>16</sup>.

Esforcei-me por ser exato na minha exposição, em todo o livro. Indico a cada passo as fontes, não só porque não quero que me atribuam o que me não pertence, como porque assim aponto materiais aos estudiosos.

Este livrinho não se destina aos sábios, mas aos que da arqueologia pré-histórica não têm noções nenhuma. Daí a ausência de discussões nele, e em geral apenas a menção sucinta das conclusões a que os especialistas chegaram.

Conheço as dificuldades da execução, tanto mais que não existia nenhuma obra de conjunto onde se achassem arquivadas as últimas aquisições da ciência a respeito de Portugal, pelo que tive de respirar

14 No ano da publicação deste livro, Estácio, para além da publicação referida, já tinha dado à estampa a memória sobre as antiguidades observadas em Mértola, em 1876 e 1877, na sequência da incumbência do Governo de estudar os vestígios arqueológicos postos a descoberto pelas grandes cheias do Guadiana ocorridas em novembro e dezembro de 1876 (cf. Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Memória das antiguidades de Mértola observadas em 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880). Este estudo teve sequência no Algarve, no âmbito da realização da respetiva Carta Arqueológica, que igualmente lhe fora encomendada pelo Governo (cf. João Luís Cardoso, «Estácio da Veiga e a arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 14, 2007, pp. 293-520), a qual viria a resultar na sua obra maior, as *Antiguidades monumentais do Algarve*, das quais, em vida, se editaram quatro volumes (Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve. Tempos prehistóricos*, Lisboa, Imprensa Nacional, vols. 1 a 4, 1886-1891) e um volume póstumo (Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve. Tempos históricos*, Silves, Câmara Municipal de Silves, Museu Nacional de Arqueologia, vol. 5, 2005).

15 Foi de facto na sua época um acontecimento maior da ciência portuguesa, ao qual já uma copiosa bibliografia foi dedicada (Cf. Victor dos Santos Gonçalves, *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da «crónica» de Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1980; João Luís Cardoso, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002; Idem, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, 2007). Note-se que o manuscrito respeitante à presente obra encontra-se datado de 24 de dezembro de 1884, tendo por conseguinte o volume das atas do congresso, igualmente datado de 1884, aparecido escassos meses antes.

16 O autor resumiu, em poucas linhas, o essencial dos antecedentes da arqueologia pré-histórica em Portugal, o que evidencia o seu domínio da matéria, exagerando embora o papel de Possidónio da Silva, certamente por razões institucionais, já que era o presidente da então designada Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, cujo papel foi já detalhadamente caracterizado (Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva e o elogio da memória, 1806-1896: um percurso na arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003).

aqui e ali o que me conviesse, o que tudo noto competentemente no correr da obra.

Não segui modelo nenhum nas subdivisões dos parágrafos; fiz apenas como entendi. Na divisão geral adotei a classificação mais comumente aceite, de preferência a outras, por ser muito simples: época da pedra, com dois períodos, paleolítico e neolítico; época dos metais, com outros dois, do bronze e do ferro. Esta classificação baseia-se, como se vê, na indústria predominante em cada época. No período paleolítico os instrumentos de pedra são muito imperfeitos, simplesmente lascados; no seguinte, são já polidos. Daí o chamar-se também a estes períodos: períodos da pedra lascada e da pedra polida.

À critica judiciosa pertence dizer o que no livrinho, que ora apresento em público, há de mau e de bom.

Porto, 24 de dezembro de 1884.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

# CAPÍTULO I

## ÉPOCA DA PEDRA

### I – PERÍODO PALEOLÍTICO

#### Sumário

PRELIMINARES: O homem terciário em Portugal; estudos de Carlos Ribeiro; discussões no congresso de Lisboa em 1880; jazigos terciários; instrumentos de pedra primitivos. – A) MEIO CÓSMICO: geologia; fauna terciária; flora terciária; clima terciário. Tempos quaternários: período glaciário; fauna quaternária. – Onomástico moderno tirado da fauna antiga, e documentos correlativos – B) A RAÇA: teoria evolucionista; *anthropopithecus Ribeiroii*; homem quaternário. – C) CIVILIZAÇÃO PALEOLÍTICA: 1) as cavernas; costumes antigos e modernos; superstições populares; 2) instrumentos: sílices, quartzites, ossos. – RESUMO<sup>17</sup>.

Da acumulação dos materiais (detritos minerais e orgânicos) que as águas arrastam e depositam no seu leito resulta uma série de camadas conhecidas, em geologia, pelo nome de rochas estratificadas ou sedimentares.

A crosta da Terra compõe-se destas rochas, bem como de rochas ígneas ou plutónicas, e de metamórficas – rochas também de origem ígnea, mas que, pelo facto de aparecerem depois das sedimentares, atuaram sobre estas, modificando-as profundamente.

Os geólogos dividem os terrenos sedimentares em grupos caracterizados pela idade dos depósitos e pelos vestígios fósseis, vegetais e animais que neles se encontram: terrenos primordiais, os mais antigos e os mais inferiores, onde os fósseis faltam ou são raros e correspondem aos organismos mais simples e mais diferentes dos de hoje; terrenos primários, imediatamente superiores; terrenos secundários, mais modernos; terrenos terciários, que se subdividem em coceno (do grego *eos*, «aurora», e *kainos*, «novo»), mioceno (de *meion*, «menos»), plioceno, (de *pleion*, «mais»), nos quais os organismos se aproximam já dos da

---

17 É importante verificar a necessidade que o autor sentiu em apresentar um sumário geológico, recorrendo aos conhecimentos atualizados da época, do foro estratigráfico e geohistórico para o adequado enquadramento do homem fóssil e das indústrias mais antigas que na altura se consideravam terem sido por si produzidas.

época atual, aparecendo as plantas fanerogâmicas e os mamíferos<sup>18</sup>; terrenos quaternários ou post-pliocenos, em que aparecem muitas espécies, hoje extintas, de mistura com espécies ainda vivas<sup>19</sup>.

Os terrenos quaternários estabelecem, pois, a transição das épocas geológicas ou pré-históricas para a época moderna<sup>20</sup>.

A qual dos terrenos mencionados remonta a existência do homem no nosso país?

O distinto geólogo português, há pouco falecido, Carlos Ribeiro<sup>21</sup>, tendo, nos anos de 1860 a 1863, começado a fazer em Portugal investigações pré-históricas, descobriu nas camadas miocenas de água doce do vale do Tejo entre 35 e 40 quilómetros nor-nordeste de Lisboa, diversas peças de sílex com vestígio do trabalho humano. Diz ele: «Examinei o facto com toda a individuação, não só ali, mas em muitos outros pontos, onde se mostram as camadas terciárias de água doce que reputava miocenas, e encontrei sempre numa ou noutra localidade sílex e quartzites semelhantemente lascados»<sup>22</sup>.

Apresentados estes instrumentos em 1871 à Academia Real das Ciências de Lisboa<sup>23</sup>, foram no ano seguinte submetidos à opinião do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica celebrado em Bruxelas, onde causaram uma grande sensação<sup>24</sup>. Apesar, porém, de Mr. Franks declarar que muitos desses sílices tinham sido talhados intencionalmente, o congresso não se decidiu pela existência do homem terciário português.

Mais tarde, em 1878, Carlos Ribeiro levou para a Exposição Internacional de Paris (secção de antropologia) varios sílices e quartzites, muitos dos quais foram reconhecidos como terciários por Mortillet, Cartailhac e outros.

Na sessão do congresso realizada em Lisboa em 1880 voltou Carlos Ribeiro novamente à questão, apresentando um trabalho intitulado *L'homme tertiaire en Portugal*, que se acha impresso<sup>25</sup> no respetivo *compte-rendu*, a pág. 81-92, e convidando os congressistas a irem visitar os

18 Presentemente, sabe-se que os mamíferos remontam ao Mesozoico.

19 Na época, o significado do termo «Oligocénico», separando o Eocénico do Miocénico era ainda discutido e ainda não reunia consenso, razão pela qual não é referido pelo autor.

20 Na verdade, o Quaternário abarca o Holocénico, período que corresponde aos tempos atuais.

21 Faleceu em novembro de 1882.

22 *Relatorio ácerca da 6.ª reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia pre-historica*, Lisboa 1873, pág. 56. (NA)

23 *Descripção de alguns sílex e quartzites lascados incontrados nas camadas do terreno terciario e quaternario das bacias do Tejo e Sado*, Lisboa, 1871. (NA)

24 *Relatorio cit.*, pág. 58. (NA)

25 A fonte documental seguida nesta edição, Ed. 1885, apresenta alguns erros tipográficos recorrentes ao longo de todo o documento (inversão, troca e repetição de alguns caracteres), os quais foram corrigidos sem inserção de símbolo editorial.

próprios locais onde ele tinha achado as provas que o obrigavam a admitir a existência do homem terciário. Esta questão desdobrava-se em duas principais: saber se nos sílices e quartzites havia trabalho intencional e, portanto, humano; saber se os jazigos em que eles apareceram pertencem ao terreno terciário. O congresso nomeou uma comissão encarregada de apreciar as duas questões secundárias. Pelo que diz respeito à última, a comissão foi unânime em aceitar a opinião do geólogo português: que o terreno dos jazigos era terciário. O senhor Giuseppe Bellucci, um dos membros do congresso, encontrou mesmo, na ocasião da visita à Ota (vale do Tejo), um sílex enterrado no próprio jazigo em questão. Mortillet chamou a este sílex *incontestablement taillé*. Giuseppe Bellucci descreve assim a sua preciosa descoberta: *Avant d'extraire le silex du terrain où il était engagé, j'ai eu le soin de le faire examiner par plusieurs membres du Congrès, qui ont reconnu qu'il faisait partie de la couche même. Cet éclat de silex était si bien dans le grès, que mon outil en bois n'a pu l'en détacher. Il m'a fallu employer la piochette en fer de Monsieur Cartailbac pour briser le grès. La position que cette pièce occupait dans la couche était si bien contemporaine de l'époque du dépôt, qu'elle fut trouvée solidement fixée à la partie inférieure de la lévre d'une excavation due à l'érosion atmosphérique*<sup>26</sup>. Pelo que respeita à primeira parte, as opiniões dividiram-se, como no congresso de Bruxelas, dando uns como provada, outros como duvidosa, a existência do homem terciário no nosso país.

Apesar de tudo, o senhor Gabriel de Mortillet, professor na Escola de Antropologia de Paris e um dos arqueólogos mais distintos da atualidade, julga-se autorizado a aceitar, no seu livro *Le préhistorique* (Paris, 1883), o homem terciário português, que ele chama, como homenagem ao nosso ilustre compatriota Carlos Ribeiro, *anthropopithecus Ribeiroii*.

Se, todavia, a questão do homem terciário é controversa, posto que a existência dele nada tenha de extraordinário, antes seja muito aceitável, mesmo *a priori*, não sucede outro tanto para o homem quaternário, igualmente fóssil<sup>27</sup>.

26 *Compte-rendu*, pág. 102. (NA)

«Antes de extrair o sílex do terreno onde ele estava, quis que ele fosse examinado por diversos membros do congresso, que reconheceram que ele fazia parte da mesma camada. Esta lasca de sílex estava tão pegada ao arenito, que a minha ferramenta em madeira não o conseguiu destacar. Foi-me necessário usar a picadeira em ferro do senhor Cartailbac para partir o arenito. A posição que esta peça ocupava na camada era claramente contemporânea da época do depósito, visto que foi achada solidamente fixada na parte inferior de uma consola devida à erosão atmosférica» (tradução nossa).

27 Importa desde já esclarecer que os congressistas de 1880 visitaram o principal local das colheitas, perto da povoação da Ota (Alenquer), e realizaram eles mesmos a recolha de algumas peças, assim se explicando o achado de Bellucci, correspondente a uma lasca onde a intencionalidade não era difícil de admitir. Esta peça foi reproduzida nas atas do congresso, dada a importância que lhe foi desde logo atribuída, por ter sido recolhida irrefutavelmente num afloramento geológico. Mas a questão, como bem refere o autor, não reuniu o consenso dos congressistas, tendo Virchow, que presidiu à reunião onde a questão foi debatida, concluído que a mesma deveria ser remetida para outra sessão do congresso, como de facto foi. Assim, na X Sessão, reunida em Paris, a questão

Antes de me referir mais devagar a um e a outro, direi alguma coisa sobre o meio cósmico. O decoramento do palco precede sempre a chegada do ator.

#### A) MEIO CÓSMICO

De uma maneira geral, as condições mesológicas da época terciária diferiam, até certo ponto, tão pouco das da época atual, que a vida do homem era perfeitamente compatível com elas.

No congresso geológico de Paris, em 1878, apresentou Carlos Ribeiro uma memória, *Des formations tertiaires du Portugal* (Paris, 1880), onde se estuda a bacia do Tejo. Como não tenho à mão esse trabalho, aproveito-me do resumo que dele fez, nos seus *Elementos de anthropologia* (Lisboa, 1881, 2.<sup>a</sup> edição), o meu amigo, o senhor Oliveira Martins. Diz o brilhante escritor:

«Do período mioceno, o nosso geólogo encontrara aí quatro formações distintas:

- a) a basáltica;
- b) a sedimentar, de água doce, com raríssimos fósseis, no mioceno inferior;
- c) a marinha;
- d) a de água doce, com vertebrados terrestres, invertebrados e plantas fósseis, no mioceno médio e superior.

---

foi de novo colocada a propósito das investigações que Nery Delgado efetuou nos mesmos locais explorados por Carlos Ribeiro, recorrendo à abertura de trincheiras. No entanto, com a hombridade e o rigor que o caracterizavam, concluiu que não lhe tinha sido possível confirmar as conclusões de Carlos Ribeiro (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «Les sílex tertiaires d'Otta», in *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-rendu de la dixième session a Paris (1889)*, Paris, Ernest Leroux, 1891, pp. 529-533), pois as peças indubitavelmente talhadas não provinham do depósito que todos os congressistas de 1880 tinham aceiteado, e com razão, ser terciário (Miocénico continental), apesar de ter recolhido à superfície um exemplar indubitavelmente talhado e apresentado, tal como o recolhido por Bellucci em 1880, concreções ferruginosas aderentes à sua superfície. Esta peça esteve, sem que Nery Delgado nem os seus pares de 1889 o soubessem, na origem da solução do diferendo sobre o homem terciário, no que a Portugal dizia respeito. Com efeito, Henri Breuil e Georges Zbyszewski, em 1941/1942, verificaram a existência de um depósito residual, muito retalhado e quase desaparecido pela erosão, sobreposto às camadas terciárias, cuja cronologia era efetivamente quaternária (cf. Henri Breuil e Georges Zbyszewski, *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*, vol. I: *Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1942); desse depósito proviriam as peças indubitavelmente lascadas, postas à vista à superfície do terreno devido ao desmantelamento do depósito onde jaziam, misturando-se assim com as peças pretensamente talhadas, de idade terciária, existentes no depósito subjacente (cf. João Luís Cardoso, «Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo», *op. cit.*, pp. 65-79).

À idade terciária ainda, mas já ao período pliocene, atribui as deposições superiores de grés e argilas que cobrem uma grande parte da nossa região litoral e naquela de que particularmente nos ocupamos, a parte ocidental.

As duas atuais bacias do Tejo e Sado formavam um único estuário nos primeiros tempos do período miocene<sup>28</sup>; e esse estuário prolongava-se muito para além, no Ocidente hoje invadido e coberto pelo mar, contendo um lago de água doce. É isto o que claramente indica o retalho da formação lacustre de água doce (b) na pendente ocidental da serra de Sintra, assente sobre o calcário cretáceo médio que o mar aí não demudou. Esse grande lago, ou sistema de lagos ocidentais da península, completava por este lado o carácter lacustre da Espanha terciária<sup>29</sup>, bem mais vasta do que é agora na sua massa continental. As suas margens iriam pelo norte desenhar-se pelas vertentes da serra de Sintra, às quais hoje se apoiam as camadas sedimentares lacustres da bacia do Tejo. É no seio deste lago terciário que as erupções, donde vieram as formações basálticas miocene-inferiores (a) dos arredores de Lisboa, se teriam dado, revolucionando as camadas sedimentares lacustres (b), mas com intervalos de tranquilidade bastantes para que a vida animal pudesse manifestar-se. Contudo, este período de agitação eruptiva, formada das massas, filões, diques e camadas basálticas a norte e oeste de Lisboa, é contemporâneo apenas dos leitos sedimentares inferiores<sup>30</sup>.

Encerrado o período das erupções basálticas, os sedimentos lacustres estendem-se normalmente; mas a deslocação das massas continentais do ocidente da Europa vem posteriormente dar-lhes a forma atual geográfica; abrindo o estreito de Gibraltar, o mar desenhou uma península, submergindo a parte que se estendia para ocidente do cabo da Roca, diminuiu-lhe a extensão, dividindo em dois o grande estuário do Tejo-Sado, e invadindo o domínio antigo da água doce. Daí provieram as formações miocenes marinhas que se veem nas bacias do Tejo e Sado, e que em uns pontos assentam sobre sedimentos lacustres, em outros sobre estratos, secundárias por terem as denudações eliminado os lacustres. *Parallèlement à ces assises lacustres et marines* (diz o senhor

---

28 A existência desde o Miocénico de uma única bacia sedimentar, englobando as bacias hidrográficas atuais do Tejo e do Sado, deve ser posta de parte, ao contrário do que admitia Carlos Ribeiro, por critérios geológicos por ele naturalmente ainda desconhecidos (cf. João Luís Cardoso, «Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do homem: um manuscrito desconhecido», *op. cit.*, pp. 43-92, nota 18).

29 Entenda-se da Península Ibérica. (NA)

30 Sabe-se hoje que a atividade vulcânica da região de Lisboa é muito mais antiga do que Carlos Ribeiro julgava, atribuindo-a ao Miocénico (terrenos do seu grupo inferior). Na verdade, é mais antiga, remontando ao final do Mesozoico (é de idade fini-cretácica).

Carlos Ribeiro, na *Memória* citada) *et en amont de leurs limites, il s'est déposé d'autres couches d'eau douce qui peuvent être considérées comme faisant suite à celles du même genre dont il a été parlé précédemment, et comme appartenant à la même formation ...*<sup>31</sup>. Entre os cortes mais instrutivos que o geólogo pode fazer, continua o autor, para estudar esta formação, está o que vai de Ota, a seis quilómetros ao norte de Alenquer, seguindo proximamente a direção OE para a aldeia de Torres e Moinho-de-Cubo, até ao *plateau* de Aveiras de Cima. Este corte atravessa as duas formações de água doce. E foi nele, e entre as camadas de calcário e grés inferior, que o senhor Carlos Ribeiro encontrou os sílex lascados, objeto do exame do congresso de Lisboa, e ao tempo da apresentação da *Memória* que nos tem guiado, expostos no anexo das ciências antropológicas na galeria do Trocadero, da exposição parisiense de 1878<sup>32</sup>.

Os mares do período eoceno, disse, pois, o senhor Carlos Ribeiro na sessão do congresso, nunca cobriram os pontos onde os sílex se acharam; mas esses pontos foram alternadamente ocupados por grandes lagos ou braços de mar, no período mioceno, que é o das perturbações locais. As emissões basálticas fenderam em volta de Lisboa as camadas cretáceas, e nos intervalos destas comoções geológicas as águas lacustres foram habitadas por moluscos de água doce. Por fim, dominando as perturbações vulcânicas, as camadas de conglomerados de grés e de argila miocenas precipitaram-se no fundo do lago. Os homens que talharam os sílex apresentados ao congresso estabeleceram-se nas margens de parte da bacia lacustre, formadas pela corda de colinas que passa em Alenquer; é aí, entre o Carregado e o Cercal, que os sílex abundam<sup>33</sup>.

Como o assunto era interessante, com especialidade para os leitores do sul do nosso país<sup>34</sup>, fiz a transcrição um pouco maior.

Quanto aos restos dos animais terciários achados entre Ota e Azambuja, menciona Carlos Ribeiro, segundo a classificação de M. Gaudry, as seguintes espécies: *Mastodon sp.*; *Sus provincialis*, Gerv.; *Sus choeroides*, Pomel.; *Sus sp.*; *Rhinoceros minutus*, Cuv.; *Antilope recticornis*, Serr.; *Hipparion gracile*, Kaup.; *Eusmilus perarmatus*, Gerv.<sup>35</sup>.

31 «Paralelamente a estas bancadas lacustre e marinhas [diz o senhor Carlos Ribeiro, na *Memória* citada] e a montante dos seus limites, depositaram-se outras camadas de água doce que podem ser consideradas na sequência das do mesmo género das anteriormente referidas e pertencentes à mesma formação» (tradução nossa).

32 Sabe-se que tais sílices, conforme o referido anteriormente, não são lascados intencionalmente.

33 *Elementos de Anthropologia*, pág. 206-209. (NA)

34 Não se esqueça que José Leite de Vasconcelos escreveu este livro no Porto, sendo ainda jovem estudante de medicina.

35 *Compte-rendu* da 9.ª sessão do Congresso internacional de Anthropologia e Archeologia pre-historicas, pág. 91-92. (NA)

As plantas foram estudadas por M. Oswald Heer (*Aperçu sur la flore tertiaire du Portugal*, in *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 119 sq.) e pelo notável botânico e professor lisbonense, o senhor conde de Ficalho (no mencionado relatório do congresso, pág. 129 sq.). Estes estudos versam sobre plantas recolhidas na Estremadura. Deles se deduz que já então o *Pinus* cobria das suas ramagens frescas os arredores da Azambuja, ao lado do *Populus mutabilis*, de folhas coriáceas, que hoje só se encontra no Norte da África e da Ásia; do *Populus balsamoides*, análogo ao da América; do *Populus glandulifera*, próximo parente do *Populus laurifolia* da Ásia; da cânfora e do freixo<sup>36</sup>.

Na Quinta do Bacalhau, a caneleira que produz a «cortiça cálida e cheirosa» de que fala Camões<sup>37</sup> punha na paisagem o verde sempre vivo das suas alegres ramagens. A ginjeira, o podogónio, o olmo, o eucalipto, as apocíneas, as asclépias, completavam o que nós conhecemos da vegetação daquela localidade.

A *Myrica salicina* crescia no Areeiro. No Campo<sup>38</sup> recolheram-se quatorze<sup>39</sup> espécies, algumas comuns à Azambuja e à Quinta do Bacalhau.

Como se vê, e o senhor Heer notou, Portugal, pelo menos nas regiões descritas, tinha um aspeto subtropical, o que evidentemente leva a admitir que a temperatura do nosso país excedia, nos tempos terciários, a temperatura atual, cuja média é de 15°. O senhor conde de Ficalho, fundando-se em observações de um alto valor, conclui que a temperatura média de Portugal, durante o Mioceno Inferior, era de 20° (isto é, superior em 5° à de hoje).

Passemos à época quaternária.

A fauna fóssil, ao mesmo tempo composta de espécies próprias dos países quentes e de espécies próprias dos países frios (mas as primeiras enterradas em jazigos mais antigos, e as segundas em jazigos mais modernos), mostra que nesta época houve na Europa duas temperaturas diversas, uma quente e outra fria. Aquela precedeu, pois, esta<sup>40</sup>.

---

36 O autor escreve aqui, como em muitos outros locais, as iniciais dos nomes científicos latinos dos géneros com minúsculas, quando deveria utilizar maiúsculas, de acordo com as normas científicas já então estabelecidas.

37 Assim diz o imortal cantor d'Os *Lusíadas* no canto X (est. 51) do seu incomparável poema: «A nobre ilha também de Taprobana, / Já pelo nome antigo tão famosa, / Quanto agora soberba e soberana / Pela Cortiça cálida, cheirosa, / Dela dará tributo à Lusitana / Bandeira, quando excelsa e gloriosa / Vencendo se erguerá na torre erguida, / Em Columbo, dos próprios tão temida.» (NA)

38 Refere-se ao Campo Grande, atualmente dentro da cidade de Lisboa.

39 quatorze = catorze.

40 Na atualidade, sabe-se que no decurso do Plistocénico ocorreram várias oscilações climáticas, caracterizadas por climas muito distintos, e não apenas uma única passagem de clima quente a clima frio, como é indicado pelo autor, conforme a conceção da época, com base nas faunas de mamíferos encontradas.

A geologia está de acordo com os dados da zoologia, porque admite que, nos primeiros tempos da época quaternária, grande parte do clima europeu se tornou glacial, chegando as geleiras até à Sicília. Durante este período, conhecido na ciência pelo nome de período glaciário, as geleiras arrastavam consigo calhaus e rochedos, que depois, quando os gelos se fundiram, ficaram à superfície do globo, afetando as mais variadas formas e posições. Estes calhaus e rochedos chamam-se rochas erráticas<sup>41</sup>.

Sem entrar nas questões que se suscitaram a propósito do período glaciário, porque estou escrevendo um simples manual elementar, vou-me cingir aos factos puramente portugueses.

Num artigo (inserto, com o título de *Vestigios do periodo glaciario nos Açores*, no n.º 6 da *Evolução*, revista conimbricense, em fevereiro de 1877), diz o senhor Gabriel Pereira, a propósito dos trabalhos do geólogo alemão J. Hartung sobre as nossas possessões insulares: «Se na América setentrional, e se nos Açores, em latitude igual à de Portugal, existem vestígios do grande resfriamento, não os haverá aqui também? Nada encontro nos poucos trabalhos geológicos publicados entre nós» (*loc. cit.*, pág. 44). Isto foi escrito em 1877<sup>42</sup>. Em 1880, porém, o senhor Frederico de Vasconcellos Pereira Cabral apresentou ao congresso de Lisboa um *Resumé d'une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro – présence de l'homme, vestiges d'action glaciaire*.

As observações do geólogo português limitaram-se somente a uma parte da bacia do Douro, no período paleolítico, desde a embocadura do rio a 8 quilómetros de distância para este, numa largura de 6 quilómetros.

Depois de uma descrição bastante minuciosa do terreno, o senhor Frederico de Vasconcelos conclui que a acção glaciária modificou consideravelmente a superfície das rochas cristalinas até à beira-mar, e talvez abaixo deste nível, depositando nelas aluviões com grandes rochas erráticas e calhaus estriados; que o homem viveu aí no período paleolítico, antes destas aluviões se terem imobilizado, visto aparecerem nelas quartzites que parecem talhados intencionalmente. Carlos Ribeiro, a quem o senhor Frederico de Vasconcellos mostrou alguns dos quartzites, inclinou-se também a considerá-los como tais<sup>43</sup>.

41 Seria mais adequado a designação de «blocos erráticos».

42 Esta hipótese não se confirmou ulteriormente, pelo que se pode concluir seguramente que o arquipélago dos Açores não conheceu qualquer fenómeno glaciário, devido à presença oceânica, cuja influência amenizadora do clima é bem conhecida.

43 Vide *Compte-rendu de la neuvième session à Lisbonne, 1880*, de pág. 156 a 189. (NA) Estas e outras observações deram mesmo origem a uma memória publicada pela Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal pelo referido geólogo (Frederico A. de Vasconcelos Pereira Cabral, *Estudos dos depósitos superficiais da bacia do Douro*, Lisboa, Tipografia Academia Real das Ciências, 1881), as quais, porém, não vieram ulteriormente a confirmar-se como testemunhos de ações

Continuando a descrever o meio cósmico em que os nossos antepassados quaternários viveram, referir-me-ei à notável memória que o meu amigo, o senhor Nery Delgado, apresentou ao congresso de 1880 – *La grotte de Furninha à Peniche*.

Nesta memória compreende-se o estudo de duas épocas: a paleolítica e a neolítica. No presente capítulo farei só menção da primeira.

Do trabalho do senhor Delgado resulta que o homem desta época era companheiro da hiena, do urso, do lobo, do boi, do cavalo, do veado, do porco – fauna em parte extinta no nosso solo, em parte ainda viva. Da hiena havia duas espécies (*Hyaena vulgaris*, *Hyaena prisca*) na gruta da Furninha, uma das quais habita hoje o Norte da África<sup>44</sup>. Numa gruta, perto do Cercal, explorada por Carlos Ribeiro, apareceu outra espécie (*Hyaena spelaea*), análoga à *Hyaena crocuta* que atualmente se encontra no sul da África<sup>45</sup>. Do urso são também duas as espécies da Furninha: o *Ursus spelaeus* e o *Ursus priscus*<sup>46</sup>. O senhor Delgado descobriu ainda na Furninha um dente molar e vários fragmentos de outros dentes, que ele atribui, com as maiores reservas, ao *Rhinoceros tichorhinus*. Escreve o ilustrado geólogo: «Se se confirmar esta determinação, será o único vestígio que até hoje em Portugal se descobriu desta espécie, geralmente tão espalhada noutras regiões quaternárias da Europa»<sup>47</sup>.

Algumas das espécies mencionadas conservaram-se até tarde em Portugal, como se sabe pelos documentos, pelas lendas e pelo onomástico.

---

glaciárias. O mesmo autor publicou depois um opúsculo onde identificou vestígios glaciários na serra da Estrela, no que estava correto: «Vestígios glaciários na serra da Estrela», Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

- 44 A revisão das faunas pliocénicas da gruta da Furninha, realizada por E. Harlé, veio provar que ali só existia uma espécie de hiena a antepassada da hiena raiada norte-africana, a *Hyaena hyaena prisca*, que corresponde a uma das mais tardias ocorrências desta espécie em território europeu (cf. João Luís Cardoso, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Pliocénico Superior de Portugal* [texto policopiado], Dissertação de doutoramento em Geologia (Estratigrafia e Paleobiologia) apresentada à Universidade Nova de Lisboa pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1993). Reconhece-se como perfeitamente justificado o erro de Nery Delgado, ao admitir a existência de duas espécies distintas na gruta da Furninha, dado não ser especialista na matéria, tendo recorrido em data ulterior à da publicação da referida memória à ajuda de Albert Gaudry, professor de Paleontologia no Museu Nacional de História Natural de Paris, e, ulteriormente, à de Edouard Harlé, «Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal», *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*, n.º 8, 1910/1911, pp. 22-85).
- 45 Com efeito, em todas as grutas do território português que forneceram restos de hiena, com exceção da Furninha, a espécie presente é a *Crocota crocuta spelaea*, a hiena das cavernas, cuja corpulência é a única característica que a distingue da hiena malhada atual, habitante do sul do continente africano, *Crocota crocuta crocuta*.
- 46 Não é correto. É apenas o urso pardo da atualidade, *Ursus arctos*, o único representante desta família ali representada, como ulteriormente se concluiu (cf. João Luís Cardoso, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Pliocénico Superior de Portugal*, op. cit.). No território português, ainda não foram identificados até ao presente restos do grande urso das cavernas, *Ursus spelaeus*, embora o mesmo se encontre presente em grutas da Galiza, o que se explica pela amenidade climática resultante da menor latitude e menores altitudes das observadas na região setentrional da Península Ibérica.
- 47 *Compte-rendu*, pág. 242. (NA)

Num foral do século XI lê-se<sup>48</sup>: *Et si mactaverit cervum cum canibus aut in madeiro uno lombo ad palacium, et de porco nichil, et de osso duas manus*<sup>49</sup>. Este documento mostra-nos a existência do veado (*cervo*) e do urso (*osso*).

Toda a gente conhece a lenda de D. Fuas Roupinho correndo atrás de um veado. O padre Carvalho da Costa, na *Corografia portuguesa*, diz também, a propósito de uma tradição da porca de Murça, quadrúpede de pedra que existe em Murça (Trás-os-Montes) e a que Carvalho chama *usso* (urso): os donatários «achando a terra povoada de *ussos*, que destruíam as colmeias, fizeram deles montarias e os mataram, em cujo reconhecimento os moradores, além dos foros de pão, vinho e dinheiro atrás referidos, lhe pagam os três arráteis de cera em satisfação do benefício recebido; depois levantavam gente paga à sua custa para as guerras, e se lhe fazia seu assento ao pé deste *usso*...»<sup>50</sup>.

Agora o onomástico.

Muitas vezes é num pântano imundo ou no sombrio recanto de um pardieiro arruinado que o naturalista encontra uma planta importante pelo que respeita à evolução dos seres; do mesmo modo, no domínio da linguística, é frequentemente no obscuro nome de um lugarejo que o investigador vai descobrir verdadeiras preciosidades. Quem tal diria? Como hão de julgar extravagante esta proposição os que zombam dos estudos que, na aparência, se não apresentam com grande estrondo e vegetam pacificamente no gabinete dos que por eles se interessam? Os nomes de lugares têm diversas origens: umas vezes, é a posição geográfica das localidades; outras vezes, os monumentos que nelas há ou houve, ou as instituições civis e religiosas dos habitantes; outras vezes, a flora e a fauna<sup>51</sup>.

48 *Portugaliae monumenta*, I, 346. (NA)

49 «E se caçar um veado, ou com cães ou com lança, [dê] um lombo para o paço; e de um porco, nada; e de um urso, duas mãos».

50 *Ob. cit.* pág. 409, t. I, 2.ª ed. (NA)

A presença do urso verificou-se em Portugal de forma regular até ao final da Idade Média, conforme é comprovado pelos documentos das sucessivas chancelarias régias (cf. Carlos Manuel Baeta Neves [dir.], *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Chancelarias reais*, vol. 1 (1208 a 1438), Lisboa, Direção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980). A progressiva rarefação da espécie, até à sua completa extinção (talvez no séc. XVII ou XVIII), na região do Gerês, embora possa sempre admitir-se a origem galega de alguns destes exemplares, deveu-se, como bem ilustra a passagem do documento transcrito pelo autor, à caça que lhe foi dada pelas populações, especialmente pela corte, dado que se tratava de carne muito apreciada. Um dos cachorros que suportam a arca tumular do rei D. Dinis, no Mosteiro de Odívelas, representa o rei cravando o punhal no coração de um urso, por ele supostamente morto numa montaria no Alentejo (cf. João Luís Cardoso, «Sobre a presença do urso em Portugal, a propósito de uma peça do castelo de Leiria», in Câmara Municipal de Leiria (org.), *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, pp. 40-55).

51 Estas afirmações relacionam-se com os estudos linguísticos e etnográficos, já então por si muito cultivados, dado que tinha produzido já estudos de vulto (cf. José Leite de Vasconcelos, *Tradições populares de Portugal*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.ª – Editores, 1882, e *O dialecto mirandez: contribuições para o estudo da dialectologia românica no domínio glotológico hispano-lusitano*, Porto, Livraria Portuense, 1882), dando à estampa, logo no ano seguinte ao da publicação deste livro, um ensaio sobre *A evolução da linguagem* (José Leite de Vasconcelos, *A evolução da linguagem. Ensaio anthropologico*, Porto,

De *cervus* fez-se o derivado Cerveira; creio também que do latim *venatus* (particípio de *venor*) provieram, ao lado do nome comum veado, os nomes de lugar Venade e Veade. Não poucas vezes, pois, certas palavras vivem como desterradas a servir de denominações de povos ou sítios. Houve uma época, na história da língua, em que elas foram de uso geral; mas, por circunstâncias variadíssimas, deixaram de o ser, e ficaram finalmente isoladas, adstritas a um fim muito especial<sup>52</sup>.

## B) A RAÇA

A paleontologia (ou ciência dos fósseis), a ontogenia (ou história da evolução do organismo humano), a filogenia (ou estudo do desenvolvimento dos diversos animais), tudo tende hoje a demonstrar que o homem provém de seres inferiores.

O nosso embrião reveste ainda, em diferentes fases da sua existência, formas que correspondem a esses seres. Primeiro aparece o ovo – uma célula –, que depois oferece a estrutura anatómica dos peixes, mais tarde a dos anfíbios, por último a dos mamíferos, desde os mais humildes aos mais complexos.

As camadas geológicas constituem também como que um museu onde a cada idade terrestre correspondem restos de espécies em progressão crescente. Os crânios humanos fósseis diferem pouco do macaco<sup>53</sup>.

Por outro lado, a fauna moderna não pode ocultar aos olhos do observador perspicaz e judicioso um verdadeiro quadro sem lacunas, nem interrupções, no qual se passa de um grupo para outro quase insensivelmente.

---

Typographia Occidental, 1886). A questão da toponímia derivada da fauna foi por ele tratada em 1922 em artigo publicado em números sucessivos do *Comércio de Vizeu*, tendo tal estudo sido republicado no vol. 3 dos *Opúsculos* (José Leite de Vasconcelos, «Fauna toponímica portuguesa», *Opúsculos*, n.º 3, 1931, pp. 195-207). A questão da etimologia das palavras «Veade» e «Venade», tratou-a novamente no mesmo volume dos *Opúsculos*, pp. 361 e 362, embora contradiga a explicação aqui apresentada, com argumentação mais desenvolvida, fazendo derivar «Veade» de *Veadi*, que se utilizava no séc. XII, nome que admitiu ser o mesmo que *Beati*, genitivo de *Beatus* (cf. José Leite de Vasconcelos, «Miudezas toponímicas», *Opúsculos*, n.º 3, 1931, pp. 311-455), e não de «veado», como agora indicou.

52 Santa Rosa de Viterbo, no inapreciável *Elucidário*, refere-se várias vezes aos ursos e veados em Portugal. Vide, por exemplo, os vocábulos *condado*, *brancagem*, *apeiro*, etc. (NA)

53 Cf., por exemplo, o *Relatório do Congresso de Bruxelas*, de Carlos Ribeiro, pág. 40. (NA) Referia-se Carlos Ribeiro (cf. *Relatório acerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica verificada na cidade de Bruxelas no mez de agosto de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873) à apresentação por Schaffhausen na primeira sessão do congresso, realizada a 25 de agosto de 1872, do crânio de Mentone (ou Menton), na Saboia, ao qual foi atribuído pelo comunicante estatuto intermédio entre os crânios humanos e os dos primatas, mas que na verdade é de um homem anatomicamente moderno.

Assim se justifica mais uma vez o célebre aforismo – *Natura non facit saltum*<sup>54</sup>.

A teoria evolucionista, a que se acham vinculados os nomes ilustres de Lamarck e Darwin – dois patriarcas das ciências naturais –, é das mais brilhantes e extraordinárias nos seus factos, das mais fecundas nas suas aplicações.

Por ela não só se explica um certo número de fenómenos (inexplicáveis de outro modo), como, por exemplo, os órgãos rudimentares; mas o homem adquire um conhecimento mais seguro e mais extenso de si, pois que deixa agora de ser o rei da criação, no sentido antigo da frase, o foco para que convergiam todos os raios luminosos do universo, a entidade única e excêntrica, ante a qual tudo parecia ínfimo e mesquinho, e fica, pelo contrário, ocupando apenas um lugar na escala zoológica.

Este lugar é, porém, alto e majestoso, porque representa a seleção natural, realizada na luta pela vida contra todos os estorvos, aperfeiçoada na adaptação às condições mesológicas e perpetuada pela hereditariedade através dos tempos e dos lugares.

O senhor Gabriel de Mortillet, fundando-se em que a fauna e a flora variam de uma época geológica para outra, e em que estas variações se realizam tanto mais depressa quanto os animais possuem uma organização menos simples, diz que para o homem não deve haver exceção, e que, portanto, o homem terciário não será igual ao homem quaternário, como este não é igual ao homem moderno, e como finalmente entre os homens modernos se notam diferenças, segundo os meios<sup>55</sup>.

Apesar de não terem, nem no nosso país, nem nos estrangeiros, aparecido ossos humanos terciários que possam elucidar a antropologia, o arqueólogo há pouco citado supõe que o homem terciário não era um homem, na aceção paleontológica do termo, mas um precursor do homem, um antropopiteco, intermédio entre os macacos antropoides e o homem verdadeiro.

O antropopiteco português denomina-se, como já se viu, *Anthropithecus Ribeiroii*: a sua indústria revela um carácter particular que o distinguiria do antropopiteco francês e o aproximaria um pouco mais do homem quaternário.

---

54 «A natureza não dá saltos».

55 Gabriel de Mortillet (1821-1898) foi o criador de uma proposta de faseamento dos tempos quaternários com base na presença nos depósitos arqueológicos de artefactos típicos de cada um dos complexos techno-industriais assim definidos. Tal proposta, e a terminologia a ela associada, está no essencial ainda em vigor na atualidade.

Escreve o senhor Mortillet: «O único dado anatómico que podemos ter acerca destes antropopitecos é que eles eram sensivelmente mais pequenos que o homem. Este caracter existia com especialidade no *Anthropopithecus Bourgeoisii*. De facto, os sílices talhados de Thenay<sup>56</sup> são notáveis pelas suas pequenas dimensões»<sup>57</sup>.

Os frequentes ossos que restam do homem quaternário paleolítico não são muito abundantes. No entanto, na importante memória que o senhor Paula e Oliveira apresentou ao congresso em 1880, sob o título de *Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne*, vem descrito um crânio sub-braquicéfalo<sup>58</sup> encontrado em terreno quaternário no Vale do Arieiro, perto de Vila Nova da Rainha<sup>59</sup>. Em vista da semelhança que o autor observa entre ele e o crânio número 2 de Furfoor, descrito no trabalho de Quatrefages e Hamy, *Crania ethnica*, conclui o senhor Oliveira: «Se esta comparação tem, como suponho, razão de ser, o solo português de hoje foi habitado por homens da raça de Furfoor nos tempos pré-históricos mais afastados»<sup>60</sup>.

### C) CIVILIZAÇÃO PALEOLÍTICA

Os materiais que nos restam da civilização do homem do tempo da pedra lascada reduzem-se às cavernas e aos instrumentos; mas basta-nos

56 Comuna francesa na região administrativa do Centro, integrada no departamento de Loir-et-Cher.

57 *Le préhistorique*. (NA)

Refere-se à obra de síntese cuja primeira edição se publicou em 1883 e a segunda em 1885 (Gabriel de Mortillet, *Le Préhistorique. Antiquité de l'homme*, Paris, C. Reinwald, 1885), na qual defendeu a origem terciária da humanidade, batizando o autor dos sílices supostamente talhados do Miocénico da bacia do Tejo – apesar de ulteriormente se ter neles demonstrado a ausência de trabalho intencional – de *Anthropopithecus Ribeiroi* (Gabriel de Mortillet, *Le Préhistorique. Antiquité de l'homme, op. cit.*, p. 105), em homenagem ao ilustre geólogo português. Este nome, resultante de latinização forçada, não passou ignorado ao génio cáustico de Camilo Castelo Branco, num pequeno livro que dedicou em homenagem ao seu antigo condiscípulo da Academia Politécnica do Porto (Camilo Castelo Branco, *O general Carlos Ribeiro (recordações da mocidade)*, Porto, Livraria Civilização, 1884).

58 Vide adiante, no cap. II – B, a raça, o que se entende por sub-braquicéfalo e expressões congéneres. (NA)

59 Este crânio pertence a um indivíduo seguramente pós-Paleolítico, pois os depósitos onde foi encontrado são já de época holocénica, correspondendo ao assoreamento dos vales subsidiários do estuário do Tejo, podendo mesmo serem subatuais.

60 *Compte-rendu*, pág. 294. (NA)

Francisco de Paula e Oliveira comparou o crânio de Vila Nova da Rainha ao crânio n.º 2 de Furfoor, de características braquicéfalas ou sub-braquicéfalas, que se observam muito raramente nos crânios mesolíticos dos concheiros de Muge (cf. Francisco de Paula e Oliveira, «Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne», in *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880)*, Actas, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1880, p. 295). Importa referir, no entanto, que o crânio belga é de época neolítica, pelo que poderá ser comparável à cronologia do crânio português. Seja como for, a discussão e valorização desta ocorrência no quadro da humanidade paleolítica, onde o autor o inseriu, não tem fundamento, pelo facto de pertencer a época holocénica ou mesmo subatual.

isso para podermos considerar o homem de então como um perfeito selvagem<sup>61</sup>.

### 1) As cavernas

O progresso é uma lei geral. Nada lhe escapa. Assim também a arquitetura, antes de erguer para o ar as suas torres fantásticas e os seus zimbórios multicores, foi subterrânea – se a uma pobre habitação, cavada na terra, se pode chamar arquitetura.

Para se observar o progresso desta arte, a mais útil das belas-artes, não se necessita ir muito longe. Demos um passeio pela aldeia. Em cada campo, no verão, vê-se uma barraca angular, de curtas dimensões, feita de varas e palha, onde dorme alguém embrulhado numa manta; que simplicidade! Comparemos depois isto com as cabanas de colmo das serras, cabanas térreas, sem compartimentos nem lojas, muitas vezes só com um estreito janelo por onde mal entra uma onda de ar e um raio de luz; não há já uma notável diferença? Logo em seguida deparam-se-nos as casas-torres (linguagem do Minho), as casas com uma varanda soalheira a todo o comprimento, as casas de peitoril<sup>62</sup>, as casas com a sua quintã (linguagem da Beira) e o seu cabanal (linguagem de Trás-os-Montes). Depois então é que bateremos à porta dos maciços palacetes das velhas vilas e dos palácios das cidades... Eis uma série indefinida de fases diversas, cada uma das quais testemunha o trabalho lento e pertinaz do espírito, sempre ávido do melhor, sempre cheio de aspirações insofridas.

Remontemos agora um pouco mais além. Que nos ensina a pré-história?

Os nossos antepassados paleolíticos eram trogloditas<sup>63</sup>, isto é, habitavam cavernas, como se prova pelo aparecimento de ossos humanos e vestígios de indústria nelas. Ignoramos se tinham outra espécie de moradas.

O senhor Nery Delgado, em duas apreciáveis memórias<sup>64</sup>, estudou algumas dessas cavernas.

61 Atualmente, são conhecidos no território português diversos vestígios de acampamentos paleolíticos de ar livre. A expressão «perfeito selvagem» tem, naturalmente, de ser enquadrada no espírito da época e no quadro dos conhecimentos do autor, que era, repita-se, estudante de medicina na Escola Médica do Porto.

62 Na Beira Alta, «peitoril» significa um pequeno pátio, descoberto ou coberto por um telhado suspenso em quatro colunas de pau ou pedra, à entrada da porta, sobre um lanço de escadas. (NA)

63 Do grego *troggle* («caverna»). (NA)

64 *Notícia ácerca das grutas de Cesareda* (Lisboa, 1867), e *La grotte de Furninha à Peniche* (in *Compte-rendu do congresso de Lisboa*). (NA)

As cavernas pré-históricas, porém, de uma maneira geral, não só teriam servido de habitações, mas também de sepulturas<sup>65</sup>.

O geógrafo Estrabão diz que os montanhese da Lusitânia dormiam ainda no chão<sup>66</sup>.

Aproximando-nos dos tempos atuais, encontramos mesmo no Alto Minho casas térreas cavadas no monte, e lá chamadas barracas de suchão (*sub-chão*), que servem para recolher os gados e também para tabernas, como eu vi uma<sup>67</sup>.

A propósito dos tipos de construção moderna análogos aos antigos, lê-se num trabalho de Carlos Ribeiro: «As habitações da vila Tchegauli, na Georgia, são em parte subterrâneos abertos na terra com aposentos no interior, e separações para gado vacuum e cavalar<sup>68</sup>. E por certo as habitações, em parte subterrâneas, que se ocultam por trás de grandes massas de arvoredos na pitoresca colina cônica de Monsanto (na Beira Baixa), ainda hoje ocupadas, pouco diferirão daquelas, devendo notar-se que estas moradas datam provavelmente da época das sepulturas antehistóricas abertas em granito, que ainda se veem na coroa da mesma colina e dentro do recinto do antigo castelo que sobre ela assenta»<sup>69</sup>.

Dá-se com a Cesareda<sup>70</sup> um facto que acontece frequentemente nos costumes populares portugueses.

Uma ideia raras vezes se perde na sua totalidade; fica sempre alguma coisa que a perpetua – uma nova forma, um símbolo, uma alusão longínqua.

A tradição é como uma cadeia; a solidariedade entre o presente e o passado firma-se nela.

O povo não pode assistir sem mágoa nem repugnância à morte dos seus hábitos queridos; por isso dá-lhes um novo aspeto. Por outro lado, tem uma tendência a explicar todas as coisas; nada se subtrai ao império soberano da sua imaginação fecunda.

Desapareceu o uso das cavernas pré-históricas; vieram outros povos, outros modos de vida. «Outros tempos, outros ventos». Mas o povo não se esqueceu dessas furnas, que no silêncio dos vales, na solidão das montanhas, à beira das águas, lhe mostravam as suas gargantas

65 Vide o *Relatorio* de Carlos Ribeiro sobre o congresso de Bruxelas, pág. 43. (NA)

66 *Geogr.*, liv. III. cap. III, 6. (NA)

67 Cf. *Uma excursão ao Soajo*, por J. Leite de Vasconcellos (Barcelos, 1882), pág. 6. (NA)

68 Dubois de Montpéroux, *Voyage autour du Caucase*, t. 3.º, pág. 181. (NA)

69 *Relatorio ácerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia pre-historica, verificado na cidade de Bruxellas* (Lisboa 1873), pág. 84. (NA)

Sabe-se hoje que as sepulturas subretangulares ou subtrapezoidais, abertas em blocos ou afloramentos graníticos tão comuns em diversas regiões do território português, são já de época cristã, tendo-se prolongado até aos alvares da Baixa Idade Média.

70 A Cesareda dista do mar 6 quilómetros e fica além do sopé setentrional de Montejunto (Estremadura). (NA)

misteriosas e cheias de ruídos abafados. Deu-lhes também um destino diferente do que tinham.

Na Cesareda há duas cavernas, denominadas Casa da Moura e Cova da Moura.

Como se sabe, a palavra «mouro», no nosso povo, serve para designar não só os monumentos arruinados, mas aqueles que, como no caso presente, oferecem uma aparência estranha. Os mouros foram na península os últimos dominadores mais poderosos e, portanto, os que mais impressões deixaram; daqui a razão do emprego profuso do termo.

Em Portugal conheço mais grutas, sem carácter, pelo menos atual e aparente, de estação arqueológica, que mantêm a mesma denominação. Ao pé de Castro Daire (por exemplo) há também uma Cova da Moura, e é crença geral entre o povo daqueles sítios que nessa Cova vive uma moura encantada a guardar grandes tesouros lá ocultos. Achando-me em Castro Daire um dia, fui, levado de curiosidade, visitar a célebre gruta<sup>71</sup>. Acompanharam-me alguns indivíduos. Levávamos um lampião e archotes de prevenção, mas só o primeiro serviu, porque a Cova da Moura não passa de uma pequena gruta natural, irregular, quase cheia de pedras. Transposta a entrada, que é estreita, depararam-se-me duas curtíssimas galerias que vão dar a um largo onde cabe um homem de pé.

O povo – cuidando que as mouras habitam as cavernas, as fontes, os penedos – conserva, embora inconscientemente, a tradição de anti-quíssimas crenças pagãs, que o cristianismo desfigurou, sem todavia as extinguir.

Efetivamente, existem certas analogias entre as ninfas, as fadas e as mouras. Grutero fala de um altar consagrado às ninfas no Algarve. Perto do castelo de Sarbois, na província de Berry, existe uma caverna chamada *La cave des Fées*. Não nos riamos, pois, das superstições populares; elas têm uma razão de ser; a escolha do local de aplicação é que será muitas vezes arbitrária, até certo ponto<sup>72</sup>.

## 2) Instrumentos

Os restos da indústria paleolítica de Portugal foram principalmente estudados por Carlos Ribeiro numa memória apresentada à Academia

71 Leite de Vasconcelos tinha parentela em Castro Daire, o que explica a sua presença, ainda estudante, naquela vila beirã, por certo aquando das férias escolares.

72 Tenha-se presente que estas considerações, que ainda hoje mantêm plena validade, resultaram de muitas e diversificadas observações que em 1882 sistematizara no livro *Tradições populares de Portugal* (cf. José Leite de Vasconcelos, *Tradições populares de Portugal*, op. cit.).

Real das Ciências de Lisboa com o título de *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciários e quaternários das bacias do Tejo e Sado* (Lisboa, 1871)<sup>73</sup>.

É deste trabalho que eu com especialidade me sirvo para a minha exposição.

Os instrumentos da época paleolítica mais antiga são feitos de pedra grosseiramente lascada de diferentes modos, com facetas e cavidades correspondentes aos fins a que os destinavam. Parte da superfície está, porém, em bruto em muitos instrumentos. Estes apresentam cores variadas e encontram-se de ordinário nos depósitos das grutas, nas camadas do terreno diluvial e terciário, e em outras localidades, ora soltos, ora associados a ossos de animais cujas espécies se extinguíram ou aparecem hoje noutras latitudes. São de sílex e de quartzite<sup>74</sup>.



Figura 1

Como amostra, ofereço aqui copiados dois dos desenhos que se encontram no referido livro. Correspondem eles aos números 8 e 90 da obra de Carlos Ribeiro.

O primeiro (figura 1), no dizer do sábio geólogo, representa um exemplar de quartzito-ágata de cor acinzentada clara: a sua forma é prismática triangular, terminando em ponta de lança oblíqua<sup>75</sup>.

O segundo (figura 2), conforme a descrição do mesmo geólogo, representa uma placa de quartzite fina, de cor arroxeadada clara, com 10 milímetros de grossura na parte central e adelgada para a parte mais larga. Do lado que está desenhado mostra três facetas e do oposto uma só. Os bordos apresentam-se chanfrados e grossos, e as arestas boleadas. A forma deste exemplar aproxima-se da configuração de uma espátula<sup>76</sup>.

73 Esta memória respeita à caracterização dos eólitos terciários, que, como atrás se referiu, ostentam facetas naturais, isentas de intencionalidade, pelo que não são instrumentos, ao contrário do que o autor julgava.

74 O autor dificilmente poderia ter-se servido de outro apoio bibliográfico, à minguia de trabalhos publicados à época sobre o Paleolítico do território português, excetuando-se as peças reconhecidamente paleolíticas recolhidas por Nery Delgado na gruta da Furninha e por ele publicadas em 1884, trabalho que já anteriormente citou, a propósito das faunas ali recolhidas (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», in *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas* (Lisboa, 1880), *op. cit.*, pp. 207-278). Adiante se verá que valorizou, e bem, um belo biface acheulense de sílex, recolhido na terceira camada do enchimento do poço existente no interior da gruta.

75 Pela reprodução apresentada na obra, não se afigura objeto intencionalmente talhado.

76 *Ob. cit.*, pág. 12 e 27. (NA)

Tal como o exemplar anterior, também este não se afigura intencionalmente lascado, com base no desenho apresentado, convicção reforçada pela descrição que dele é apresentada (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», *op. cit.*).

Qual o uso destes curiosos objetos?

Para muitos a resposta é impossível, ou, pelo menos, difícil de dar; outros, vê-se claramente que podiam servir para armas de arremesso (como o desenhado na nossa figura 2), para cortar, para raspar, para furar e para contundir. Carlos Ribeiro julga encontrar também, em alguns, uma representação tosca de formas animais<sup>77</sup>.

Escuso de tornar a insistir nas discussões que se levantaram entre geólogos e arqueólogos acerca dos sílices e quartzites terciários. Veja-se este livrinho, a página 9<sup>78</sup>. Adiante, no § correspondente ao período neolítico, me reportarei ao uso popular moderno que os instrumentos de pedra tiveram no nosso país.

Dos desenhos apresentados e da exposição feita conclui-se que a arte dos nossos antepassados era a mais simples.

Entre os objetos encontrados pelo senhor Nery Delgado no depósito inferior da gruta da Furninha (Peniche) – isto é, no depósito pertencente ao período paleolítico – figura um belo machado de sílex, em forma de amêndoa, do tipo de Saint-Acheul<sup>79</sup>, uma pequena faca da mesma matéria, algumas lascas, tanto de sílex como de quartzo<sup>80</sup>, e ossos de animais com cortes produzidos artificialmente<sup>81</sup>. Esses objetos

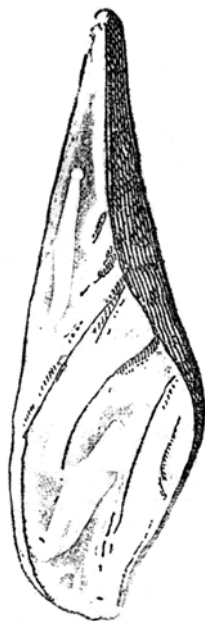


Figura 2

77 Esta hipótese foi claramente inspirada a Carlos Ribeiro pela leitura da obra maior de Boucher de Perthes (Jacques Boucher de Perthes, *Antiquités celtiques et antédiluviennes*, 3 vols., Paris, Treuttel & Wurtz, Debache, Dumoulin & Didron, 1847-1864), não se confirmando ulteriormente, nem em França, nem, muito menos, nos exemplares portugueses.

78 Trata-se de síntese bem feita, embora muito facilitada pela que em 1878 foi apresentada por Augusto Filipe Simões (Augusto Filipe Simões, *Introdução à archeologia da Peninsula Iberica. Parte primeira. Antiguidades prehistoricas*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1878), que revela notável qualidade, baseada em obra de Boucher de Perthes onde historiou os percalços da descoberta da mandíbula humana de Moulin-Quignon (Jacques Boucher de Perthes, *De la machoire humaine de Moulin-Quignon*, Paris, Jung-Treuttel, Debache, Dumoulin & Didron, 1864).  
Veja-se, na presente edição, p. 518.

79 Este exemplar está magnificamente reproduzido na pl. 1 da monografia respetiva (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», *op. cit.*, pl. 1).

80 Trata-se de artefactos de sílex, pertencentes ao Paleolítico Médio, encontrando-se a faca (na atualidade, designada por critérios morfológicos como «lâmina») reproduzida na pl. 2, n.º 5, integrando-se bem entre os artefactos mustierenses que a acompanhavam na mesma camada identificada por Nery Delgado (o 3.º nível ossífero).

81 Vide *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 237. (NA)  
Com efeito, a última figura da memória de Nery Delgado reproduz ossos longos, entre os quais uma tibia humana, com evidentes marcas de corte, mas que não serão plistocénicos (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», *op. cit.*, pls. 16, 17); a sua inclusão no trabalho apresentado por Nery Delgado ao congresso de 1880 explica-se no quadro da antropofagia relacionada com a utilização da gruta no Neolítico como necrópole, dado que o autor pretendia ver nestas e em outras evidências o indício do esquartejamento dos corpos para consumo (ritual), o que motivou acesa polémica entre os congressistas, aliás transcrita em pormenor no final da comunicação.

estavam juntos a ossos de animais e a um fragmento de um maxilar humano<sup>82</sup>. Pertence tudo aos primeiros tempos da época quaternária.

### Resumo

Resumamos em duas palavras o que se disse acerca do período paleolítico.

Mal distintos ainda da animalidade, os nossos antepassados achavam-se nas mais miseráveis condições<sup>83</sup>.

Cercados de feras que os acoassavam (o mastodonte, o urso, a hiena)<sup>84</sup>, possuíam apenas, para lhes opor, a própria robustez física, toscas armas de pedra lascada que a sua inteligência não sabia ainda polir e aperfeiçoar, e grossas pernas de freixo ou de pinheiro, que, nos extremos do desespero, aguçado pelo instinto da conservação, eles arrancavam aos frondosos matos, onde viviam, como os lobos, em covas frias e húmidas.

A temperatura contribui, porventura, para os imobilizar nesse estado social verdadeiramente rudimentar<sup>85</sup>.

A agricultura não se conhece ainda, mas em compensação a caça tem um grande desenvolvimento.

Faltam as grandes indústrias, que só mais tarde, com o avanço da civilização, apareceram.

O amor cifra-se unicamente na satisfação das necessidades físicas, exaltadas pelo clima subtropical<sup>86</sup>. O rude selvagem das grutas de Peniche decerto não podia ainda ver também nos olhos da mulher um céu ideal, mas uma chama voraz que ele precisava de apagar violentamente nos ímpetos da paixão brutal<sup>87</sup>.

E as formas sociais? E as instituições religiosas? Nada se sabe de positivo, até que a ciência prossiga nas suas explorações, e só por indução imaginaremos o que seriam.

82 O maxilar humano pertence a uma criança e poderá efetivamente ser atribuído a um Neandertal (cf. Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», *op. cit.*, pl. I A, n.º 1), recolhido no nível ossífero plistocénico mais rico, o 3.º.

83 Este tipo de considerandos quadrava-se bem com o final da época romântica que ainda se vivia em Portugal.

84 O mastodonte já não vivia, no Quaternário, no território português, tendo sido substituído por dois elefantes entretanto também desaparecidos, sucessivamente *Mammuthus meridionalis* (que ainda não foi registado seguramente nos depósitos portugueses) e *Elephas antiquus* (cf. João Luís Cardoso, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, *op. cit.*).

85 As baixas temperaturas, pelo contrário, poderiam incentivar a sua busca mais ativa pela sobrevivência, contrastando, aí sim, com uma menor intervenção no meio ambiente, característica dos domínios tropicais ou subtropicais.

86 Contradição com o anteriormente afirmado («covas frias e húmidas»).

87 Esta escrita impressiva mas nada científica caracteriza a interpretação dos magros factos de observação até então coligidos no nosso território no respeitante ao homem paleolítico.

Ao grande calor sucede o grande frio. A Europa cobre-se de gelos, cujo excessivo desenvolvimento se explicou pela muita humidade atmosférica, e o homem assiste impassível à marcha triunfal das enormes rochas erráticas, arrastadas pelas geleiras, de declive em declive<sup>88</sup>.

As modificações climatéricas trazem consigo, evidentemente, modificações secundárias, quer de ordem biológica, quer de ordem social; mas seria conceder muito à indução entrar em particularidades.

Deixemos, pois, o homem paleolítico na sua pequenez, e prossigamos na narração da vida dos seus descendentes, que, possuidores de outros recursos, oferecem mais largo campo às pesquisas de quem estuda.

## II – PERÍODO NEOLÍTICO

### Sumário

PRELIMINARES. — A) MEIO CÓSMICO: os *kjökkenmöddings*; fauna; animais domésticos. — B) A RAÇA: progresso da antropologia; classificações; nomenclatura; raças braquicéfalas, sub-braquicéfalas, dolicocéfalas, sub-dolicocéfalas; gigantes; raças modernas de Portugal. — C) CIVILIZAÇÃO NEOLÍTICA: 1) antropofagia; costumes ibéricos e modernos; 2) trepanação; costumes antigos e modernos; 3) cerâmica; cozedura do barro; fabrico dos vasos; formas destes; 4) amuletos; 5) adornos e insígnias; 6) tatuagem; 7) instrumentos de pedra e de osso; formas diversas; pedras-de-raio e superstições de hoje; 8) agricultura; fases sociais; 9) estações pré-históricas; 10) sepulturas: antas, antelas, antinhas, pias, grutas, mamoa, etc.; hieroglíficos nas sepulturas; 11) megalitos diversos. — RESUMO.

Entramos num mundo novo, porque os documentos que possuímos sobre o período neolítico são mais numerosos, e em parte mais certos, do que os do período precedente, e porque a vida social se apresenta com outro aspeto.

O homem tinha efetivamente dado um grande passo no caminho do progresso.

<sup>88</sup> Já anteriormente se referiu que a alternância de épocas quentes e frias se verificou de forma recorrente no decurso do Plistocénico, não correspondendo à sequência de uma única época quente sucedida por uma única época fria, como é indicado pelo autor. Na verdade, o que se pode dizer, genericamente, é que a um último período de clima quente, observado até cerca de 80 mil anos antes do presente, se sucederam sucessivas oscilações climáticas, tendencialmente no sentido da progressiva degradação climática, que atingiu, cerca de 18 mil anos antes do presente, o seu máximo de frio, correspondente ao Pleniglaciário.

Considerarei ainda três subdivisões principais neste parágrafo: o meio cósmico, a raça e os materiais de civilização.

#### A) MEIO CÓSMICO

Chamam-se em arqueologia pré-histórica *kjökkenmöddings* (palavra dinamarquesa) certos depósitos artificiais contendo rebotalhos dos banquetes e das cozinhas pré-históricas descobertos à superfície do solo.

Têm-se encontrado *kjökkenmöddings* não só na Dinamarca, mas na Escócia, na Inglaterra, na França, e ainda na América e na Austrália.

Os *kjökkenmöddings* bem caracterizados que se conhecem atualmente em Portugal são os das vizinhanças de Salvaterra e Muge (na Estremadura)<sup>89</sup>.

Carlos Ribeiro, que os estudou numa memória apresentada ao congresso de Lisboa, sob o título de *Les kioekkenmoeddings de la vallée du Tage*<sup>90</sup>, supõe que os *kjökkenmöddings*<sup>91</sup> remontam ao princípio do período neolítico, ou, geologicamente falando, ao fim do último movimento ascensional da parte ocidental do nosso país<sup>92</sup>.

89 É interessante verificar que Leite de Vasconcelos integrou a caracterização dos concheiros do vale do Tejo no período Neolítico, à semelhança do critério adotado nas questões identificadas para discussão no congresso de Lisboa (Cf. «Comment se caractérise l'âge néolithique en Portugal?», in *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880)*, op. cit., p. XI: III.), em que o primeiro ponto da discussão incidiu sobre os concheiros do vale do Tejo. Com efeito, o período de transição do Paleolítico para o Neolítico foi durante algum tempo considerado um período incharacterístico, reconhecendo-se apenas que, nos respetivos contextos, faltavam as produções cerâmicas, características do Neolítico, muito embora o termo tivesse sido criado há já então bastante tempo, por Westropp, em 1866. Simplesmente, a falta de elementos característicos impedia uma definição cronológico-cultural clara, pelo que os arqueólogos preferiam ignorá-lo. Tal indefinição manteve-se mesmo depois da redação desta obra, pelo que não se pode imputar ao seu autor qualquer desatualização científica neste aspeto: ainda em 1886, Émile Cartailhac, na sua célebre obra de síntese sobre a pré-história peninsular, não lhe faz referência, mantendo ambiguidade quanto à inclusão cultural dos concheiros de Muge (cf. Émile Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Paris, C. Reinwald, 1886), que correspondem a um dos sítios mais importantes do Mesolítico europeu. Note-se ainda a grafia «Mugem», corrente na época, em vez de «Muge», da atualidade, e ainda a sua inclusão geográfica na Estremadura, e não no Ribatejo (ou no distrito de Santarém, nos atuais termos administrativos).

90 In *Compte-rendu*, pág. 279-289. (NA)

91 Na época, e mesmo para além dela, era frequente a utilização do termo dinamarquês, que, como o autor muito bem elucida, significa «restos de cozinha». A palavra portuguesa «concheiros» reflete a predominância, na composição destes montículos artificiais, de conchas de moluscos, assim aglomeradas em consequência da acumulação de sucessivos despejos alimentares por estas essencialmente constituídas.

92 Estava equivocado, pois geologicamente o desnível observado entre a localização dos concheiros e o leito das ribeiras de Muge ou de Magos pode explicar-se não pelo movimento ascensional de que fala Carlos Ribeiro, mas simplesmente pelo facto de as implantações topográficas originais se situarem alguns metros acima dos referidos leitões, até para evitarem as grandes cheias anualmente verificadas. Na verdade, pode dizer-se que foi o fundo dos vales que, sendo progressivamente assoreados por sedimentos, subiu, relativamente às cotas de implantação dos concheiros, e não estes que subiram em relação àqueles.

Estabelecem, pois, uma transição do período precedente para este, e por isso não é mau começar por eles.

Nestes depósitos artificiais encontraram-se muitas conchas marinhas dos géneros *Buccinum*, *Lutraria*, *Nucula*, *Cardium*, *Tapes*, *Pecten* e *Solen*, vértebras de peixes, restos de caranguejos, assim como fragmentos de ossos (de bois, veados, ovelhas, porcos, lebres, gatos, etc.)<sup>93</sup>.

Por aqui se faz uma leve ideia da fauna de que o homem dispunha.

Do estado das conchas, cujas valvas aparecem ainda unidas e na maior parte não alteradas pelo fogo, concluiu Carlos Ribeiro que os moluscos deviam ter sido comidos crus ou mal assados.

Parece demonstrar-se também, atento o grande número de ossos crestados de boi, veado, cavalo, etc., que a carne dos vertebrados se preparava pela exposição direta ao lume<sup>94</sup>.

Não se horrorizem os meus leitores ao saber que os nossos avós se alimentavam da carne de cavalo. Como Bremond afirma, a carne de cavalo, que ele tem comido muitas vezes e cujo uso inculca às classes pobres, em virtude da barateza dela, associando-se assim à opinião de Saint-Hilaire, Quatrefages e outros, é tão boa como a carne de boi, tendo quase a mesma composição química que esta<sup>95</sup>. Considerações análogas se podem fazer a respeito da carne de mula e de jumento<sup>96</sup>.

Diz Carlos Ribeiro: «Na sua indústria ainda tão atrasada, o homem dos nossos *kjökkenmöddings* ignorava completamente os rudimentos mais grosseiros da arte da cerâmica, ainda que a argila mais ou menos cozida dos seus lares devia despertar-lhe a atenção sobre as propriedades desta substância e sugerir-lhe a ideia do emprego dela na fábrica dos vasos»<sup>97</sup>.

93 É abusiva a menção à ocorrência nos concheiros de restos de ovelhas e gatos, pois são animais domésticos introduzidos ulteriormente no território português. Os restantes animais, conquanto designados pelo nome da espécie doméstica, devem ser entendidos como os seus equivalentes selvagens (caso dos bois-auroques e porcos-javali). Quanto à lebre, a sua ocorrência é apenas provável.

94 Vide *Compte-rendu*, pág. 287. (NA)

95 Na verdade, até há apenas algumas décadas, havia talhos em Lisboa que vendiam carne de cavalo, por ser mais barata, por então ainda existirem cavalos em abundância e ser menos procurada por possuir gosto peculiar, embora fosse considerada muito nutritiva e recomendada a quem sofresse de anemia ou outras moléstias. No entanto, a presença do cavalo no conjunto das faunas de mamíferos selvagens dos concheiros do vale do Tejo é residual, em parte pela provável dificuldade em capturar tais animais, e em parte também pela sua provável escassez de efetivos. Com efeito, o cavalo, um dos mais abundantes animais do final do Paleolítico Superior, tornou-se residual, ou mesmo desaparecido, em diversas regiões da Europa ocidental; o Ocidente peninsular foi uma das regiões onde a sua sobrevivência se verificou, como comprovam, precisamente, os restos recolhidos nos concheiros de Muge (cf. Cleia Detry, *Paleoecologia e paleoeconomia do baixo vale do Tejo. Fauna terrestre dos concheiros de Muge* [texto policopiado], Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Salamanca e Universidade Autónoma de Lisboa, 2007; João Luís Cardoso, «Os ídolos falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 5, pp. 213-232).

96 Vide *A Saude Publica* (hebdomadário portuense de higiene, dirigido pelo doutor Maia Mendes), n.º 44 (de 2 de novembro de 1884). (NA)

97 In *Compte-rendu* do congresso de 1880, pág. 287. (NA)

Na verdade, a ocorrência de produções cerâmicas nos concheiros de Muge restringe-se apenas às camadas mais altas de alguns deles, não se podendo concluir de tal situação que os habitantes

No seu livro – *Da existencia do homem em epochas remotas no valle do Tejo* (Lisboa, 1865) –, o venerando professor da Escola Politécnica de Lisboa, o senhor dr. Pereira da Costa, tinha já descrito e classificado a estação pré-histórica de Mugem e cabeça da Arruda<sup>98</sup>.

A fauna desta época é-nos ainda indicada, entre outros, pelos seguintes trabalhos: a já citada memória do senhor Delgado, *La grotte de Furninha à Peniche*, e a *Noticia de algumas estações pre-historicas* (Lisboa, 1878-1880), de Carlos Ribeiro.

Como eu disse a página 23<sup>99</sup>, a gruta da Furninha compõe-se de dois depósitos. Ambos diferem pelos seus caracteres físicos e pelos objetos que contêm. Vou-me aproveitando da exposição do senhor Delgado, segundo o texto publicado no *compte-rendu*.

O depósito superior, pertencente, sem dúvida, aos últimos tempos do período neolítico, forneceu provas de que esta gruta foi, durante muito tempo, habitada pelo homem, que aí fabricou as suas armas e os principais instrumentos e utensílios de que se servia<sup>100</sup>.

Juntamente com o homem apareceram ossos de peixes, aves, mamíferos e conchas de moluscos marinhos dos géneros *Ostrea*, *Pecten*, *Patella*, etc. Entre os mamíferos contam-se o urso e o veado, que já vimos existirem no período paleolítico, o porco, a cabra, a ovelha e a foca<sup>101</sup>. Os restos da foca são principalmente importantes, porque (segundo nota o ilustre professor lisbonense, o senhor dr. Barbosa du Bocage) pertencem a uma espécie que atualmente não vive, segundo parece, no oceano Atlântico<sup>102</sup>. As ossadas de urso (animal que desapareceu

---

dos mesmos as utilizassem, uma vez que corresponderão a intrusões posteriores ou, no limite, contemporâneas dos seus últimos ocupantes.

98 A expressão «estação pré-histórica de Mugem» é ambígua. Pode dizer-se, quando muito, que Pereira da Costa, na obra a que Leite de Vasconcelos parece referir-se (Francisco António Pereira da Costa, *Da existência do homem em épocas remotas no vale do Tejo*, op. cit.), abordou apenas o concheiro do cabeço da Arruda, descrevendo as escavações ali realizadas por iniciativa de Carlos Ribeiro em 1864 e as características antropológicas das respetivas populações, referindo-se igualmente às bases de subsistência daquelas populações e aos escassos artefactos recolhidos.

99 Veja-se, na presente edição, p. 535.

100 Na época, o Neolítico era um período ainda muito mal conhecido, pelo que se justifica plenamente a imprecisão do autor ao atribuir aos últimos tempos do Neolítico a ocupação arqueológica mais moderna. Com base na tipologia dos espólios cerâmicos recuperados por Nery Delgado, foi possível identificar na gruta da Furninha duas ocupações neolíticas funerárias sucessivas, uma integrada no Neolítico Antigo evolucionado, outra no Neolítico Final (cf. João Luís Cardoso e António Faustino Carvalho, «A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 18, 2010/2011, pp. 333-392).

101 Não seria possível, com base nas metodologias de identificação disponíveis na época, destringir os restos de cabra dos de ovelha, ao contrário do que se pode concluir do texto.

102 A conclusão que se pode extrair da leitura do texto original de Nery Delgado (Joaquim Filipe Nery Delgado, «La grotte de Furninha a Peniche», op. cit., pp. 223, 224) é que os restos de foca da gruta da Furninha se devem atribuir à foca do Mediterrâneo, *Monachus monachus*, que efetivamente não frequenta o Atlântico Norte, tão-pouco as nossas costas na atualidade, correspondendo a animal de águas mais quentes, o que fornece um importante elemento para a caracterização paleoclimatológica do nosso território no decurso do Neolítico.

de Portugal) pertencem provavelmente à espécie das Astúrias (*Ursus Pyrenaicus* de Cuvier)<sup>103</sup>.

Na estação neolítica de Liceia, perto de Barcarena (Estremadura), achou Carlos Ribeiro muitas conchas marítimas e ossos de vertebrados (boi, veado, cabra, cavalo, porco, lobo e coelho)<sup>104</sup>.

Admitindo a existência de animais domésticos em Liceia, Carlos Ribeiro supõe, porém, que a prática de domesticar os animais não tinha ainda chegado nessa estação pré-histórica a uma grande perfeição, atenta a falta de ossos de cão e a raridade dos de cavalo, apesar de este animal ser indígena na Europa ocidental na época quaternária e de o mesmo geólogo ter encontrado ossos dele nas camadas terciárias do Tejo<sup>105</sup>.

## B) A RAÇA

A ciência moderna não se contenta unicamente em demonstrar que o homem viveu em épocas muito remotas, em estudar as condições mesológicas da sua existência e os materiais da sua civilização; quer ir mais longe – quer também determinar os caracteres físicos que o distinguem e achar as relações entre o homem pré-histórico e o homem moderno. Essas ambições são, em parte, satisfeitas pela antropologia, cujos primórdios datam de ontem, do *Systema naturae* de Lineu (século XVIII).

Não há chão tão fecundo como o cérebro humano; uma ideia que caiu nele germinou logo e em breve frutificou.

Assim com a antropologia.

A suposição do naturalista sueco, há pouco citado, de que o homem, *homo sapiens*, não passava de um primate<sup>106</sup> – isto é, de um ser mais

103 A designação científica correta é a de *Ursus arctos*, evitando-se a multiplicação de espécies sem fundamento biológico.

104 A referência ao lobo é pouco provável, sendo mais aceitável que tais restos correspondam ao cão doméstico. Os carnívoros recolhidos naquele notável povoado pré-histórico nas escavações ali dirigidas pelo autor destes comentários, entre 1983 e 2002, permitiram a identificação de diversos restos de cão doméstico, desde os níveis do Neolítico Final até aos do Calcolítico Pleno/Final (cf. Filipa Pires *et al.*, «Estudo arqueozoológico dos carnívoros do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 10, 2001/2002, pp. 183-247).

105 Vide *Estudos pré-históricos em Portugal*, por Carlos Ribeiro, I. (NA)  
Na verdade, desde a ocupação mais antiga observada no povoado pré-histórico de Leceia, remontando ao Neolítico Final, todos os animais domésticos que atualmente fazem parte da nossa alimentação eram sobejamente conhecidos dos seus habitantes. No respeitante ao cão, ver nota anterior, e, no que concerne ao cavalo, a sua raridade foi abordada na nota 95, sendo provável que a sua domesticação tenha ocorrido apenas no final do Calcolítico, correspondendo à fase final da ocupação daquele povoado, onde os restos de cavalo até ao presente datados pelo método do radiocarbono pertencem já a época histórica, correspondendo à reocupação recorrente daquele mesmo espaço.

106 *primate* = primata.

aperfeiçoado na escala animal, mas de modo nenhum separado dela (como pretende Quatrefages) – foi abraçada com ardor por muitos e hoje vemo-la firme em sólidas bases.

De todos os lados surgem materiais, teorias, entusiasmos. Os sábios dão reciprocamente as mãos e fundam-se grêmios, como a Sociedade de Antropologia de Paris (1869), criam-se jornais, como a *Revista de anthropologia* de Broca (1872), reúnem-se concílios, como o Congresso Internacional de Anthropologia e Archeologia Pré-Histórica, que já realizou nove sessões utilíssimas para a ciência<sup>107</sup>.

Se o esqueleto do verdadeiro antepassado pré-histórico do homem não apareceu ainda nas camadas geológicas, não são, entretanto, desatendíveis as razões que determinam teoricamente a existência desse antropopiteco<sup>108</sup>. Os outros elos da cadeia humana, entre ele e o homem moderno, vão-se achando. Veja-se o presente livrinho, a página 18<sup>109</sup>, sobre o homem sub-braquicéfalo do Vale do Arieiro<sup>110</sup>.

Para este parágrafo servir-me-ei com especialidade dos importantes estudos do senhor Paula e Oliveira: «Note sur les ossements humains qui se trouvent dans le musée de la section géologique de Lisbonne<sup>111</sup>; As raças pré-históricas de Portugal»<sup>112</sup>.

Os crânios neolíticos de Portugal são braquicéfalos, subbraquicéfalos, doliocéfalos (os mais vulgares) e subdolioséfalos.

Antes de mais nada, sejam-me, porém, permitidas umas pequenas elucidações.

Muitas têm sido as bases propostas para as classificações em antropologia: os cabelos, a cor dos olhos e da pele, a forma do crânio, as línguas; mas ainda se não assentou definitivamente em nenhuma, porque os cruzamentos e a ação do meio, produzindo variações e confusões enormíssimas, dificultam extremamente a questão. Em todo o caso, para as raças pré-históricas, o método está naturalmente indicado – a craniologia<sup>113</sup>. Vem depois em seu auxílio a etnografia.

---

107 Tratava-se da IX Sessão do referido congresso, reunido em Lisboa em setembro de 1880 e a que já anteriormente se fez larga referência. Note-se que Leite de Vasconcelos não assistiu a esta reunião científica, mas tinha dela já em mãos as respectivas atas, saídas em 1884, aquando da redação da presente obra.

108 Vide pág. 18 do presente livrinho. (NA)  
Ver notas anteriores relativamente à questão do homem terciário e dos supostos artefactos por ele produzidos.

109 Veja-se, na presente edição, p. 128.

110 Não corresponde a crânio pliocénico, podendo ser mesmo subatual, como em nota anterior se referiu.

111 Com cinco estampas. No *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 291 sq. (NA)

112 Este artigo saiu na *Era Nova*, revista do movimento contemporâneo, dirigida por Teófilo Braga e Teixeira Bastos (Lisboa, 1880-1881), pág. 50 sq. e 533 sq. (NA)

113 Vide, sobre este método, o livro português: *Da craneologia, como base de classificação anthropologica*, por Eduardo Burnay (Coimbra, 1880). (NA)

A braquicefalia e a dolicocefalia<sup>114</sup> – expressões de Retzius, autor desta divisão (1814) – conhecem-se pelo alongamento e encurtamento dos crânios; nos crânios braquicéfalos o diâmetro transversal aproxima-se do antero-posterior; nos crânios dolicocéfalos afasta-se. Aqueles são, pois, arredondados; estes, compridos. Broca chama mesaticéfalos aos crânios intermédios entre os dois grupos mencionados; subbraquicéfalos aos menos redondos; subdolicocéfalos aos menos longos<sup>115</sup>.

Os crânios braquicéfalos de Muges (Estremadura) parecem-se notavelmente com os de Orrouy<sup>116</sup>, que Quatrefages e Hamy relacionam com o grupo de Furfoor<sup>117</sup>. Encontram-se também crânios braquicéfalos em Liceia<sup>118</sup>.

Os sub-braquicéfalos de Muges oferecem alguma analogia com os do tipo mongólico – o que nada tem de extraordinário, porque muitos trabalhos antropológicos da atualidade levam efetivamente a admitir que existiu noutros pontos da Europa uma raça mongólica<sup>119</sup>.

Em Muges apareceram também crânios dolicocéfalos. O senhor Paula [e] Oliveira descreve assim essa raça: «Mui pequena estatura (a média das estaturas regula pela das raças mais pequenas que hoje se conhecem); as proporções dos ossos longos mui diversas das de todas as raças humanas estudadas; crânios de pequeníssimo volume (a capacidade dos crânios de Muges é menos do que a dos crânios da raça hoje em dia menos favorecida a este respeito, a australiana); dolicocefalia mui pronunciada; faces compridas e prognatas<sup>120</sup>, sendo o prognatismo principalmente subnasal. Cumpre também notar que a ossificação das suturas<sup>121</sup> começa sempre de diante para trás, ao inverso do que se observa nas raças superiores»<sup>122</sup>. Estamos, pois, em presença de um povo em condições ínfimas<sup>123</sup>.

---

O mais acabado tratado sobre esta matéria é a obra *Crania ethnica*, publicada pela editora parisiense Ballière, em 1882, da autoria de J. de Quatrefages de Bréau e Ernest Hamy.

114 Na composição destas palavras entram três gregas (*kephale*, «cabeça»; *brachys*, «curto»; *dolichos*, «alongado»). (NA)

115 Vide também *L'Anthropologie* do dr. Paulo Topinard (Paris, 1876), pág. 256 (*Bibliothèque des sciences contemporaines*, III). (NA)

116 Comuna francesa na região administrativa da Picardia, no departamento de Oise.

117 Vide também *Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda* (Lisboa, 1865), pelo dr. Pereira da Costa. (NA)

118 Cf. Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos pre-históricos* (Lisboa, 1878), I, 62. (NA)

119 Hipótese que teve o momento de maior visibilidade na pretensa filiação asiática do homem do Paleolítico Superior de Chancelade (França), a qual não veio a confirmar-se.

120 Há prognatismo (de *pro*, «para diante»; *gnathos*, «maxila») quando as maxilas são salientes; e ortognatismo (de *orthos*, «reto, direito») quando as maxilas se aproximam da direção vertical. (NA)

121 Chamam-se suturas as articulações ou modos de união natural dos ossos do crânio e da face. (NA)

122 *Era Nova*, pág. 506. (NA)

123 Os estudos osteométricos levados a cabo por Denise Ferembach, no conjunto exumado no concheiro da Moita do Sebastião (Muges), vieram demonstrar que se tratava de população de origem mediterrânica, com presença de uma componente cromagnóide, revelando deste modo uma origem exclusivamente europeia (Cf. Denise Ferembach, *Le gisement mésolithique de Moita do*

Os crânios dolicocefalos da Casa da Moura assemelham-se aos de Mugem, mas são muito mais volumosos.

Nos crânios de Montejunto observa-se a fusão de duas raças: braquicefala e dolicocefala. Como o senhor Oliveira nota, estes crânios assemelham-se a outros de Irlanda e Escócia, descritos por Huxley nos seus *Prehistoric remains of Caithness*. Caracteres muito análogos se observam também nos crânios de Palmela<sup>124</sup>.

Os crânios de Cascais são dolicocefalos e raras vezes subdolicocefalos<sup>125</sup>.

Quatrefages, expondo no Congresso de Lisboa em 1880, após a leitura da *Memória* do senhor Paula e Oliveira acima referida, os caracteres que distinguem os nossos dolicocefalos dos de Cro-Magnon, remata do seguinte modo: – *Ces têtes à crâne et à face également allongés, m'ont vivement rappelé l'un des quatre types basques que j'ai eu occasion d'observer dans les environs de Cambo et sur lesquels j'ai donné, il y a longtemps, quelques détails à la Société d'Anthropologie. Il me paraît évident que ces montagnards du*

---

Sebastião. *Muge. Portugal*, vol. II: *Anthropologie*, Lisboa, Direção-Geral dos Assuntos Culturais, 1960). Esta realidade então cabalmente demonstrada punha fim à teoria de populações com afinidades ou origens africanas, etiópicas ou outras oriundas dos domínios extra-europeus, proposta por A. A. Mendes Corrêa (cf. do autor, «Origins of the portuguese», *American journal of physical anthropology*, 2 (2), pp. 117-145, 1919, e «A propósito do *Homo tapanus*. Africanos em Portugal», *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, 43 (7/9), 1936, pp. 269-292) e desde logo contestada, com razão, por Henri Vallois (cf. Henri Vallois, «Recherches sur les ossements mésolithiques de Muge», *L'anthropologie*, 40 (5/6), 1930, pp. 337-389, e Idem, «La population do Portugal à l'époque mésolithique», in 1.º Congresso do Mundo Português, vol. 1: *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 609-626)

124 A referência aos crânios de Montejunto reporta-se aos que tinham sido recolhidos em diversas grutas daquele maciço montanhoso por coletores da Secção dos Trabalhos Geológicos, em geral de forma apressada, pouco tempo antes da realização do congresso de 1880, por forma a poderem ser mostrados aos participantes estrangeiros que então acorreram a Lisboa (cf. João Luís Cardoso, *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, op. cit.). Jamais foram estudados em pormenor, o mesmo se verificando com os espólios arqueológicos que os acompanhavam, atualmente conservados no Museu Geológico do LNEG e no Museu Nacional de Arqueologia, objeto de um estudo de síntese de João Ludgero M. Gonçalves (cf. João Ludgero M. Gonçalves, «As grutas da serra de Montejunto (Cadaval)», *O arqueólogo português*, série IV, vols. 8/10, 1990/1992, pp. 41-201). A alusão aos crânios de Palmela respeita aos que foram recolhidos nos quatro hipogeus explorados em 1876 por António Mendes, por ordem de Carlos Ribeiro, no Casal do Pardo, Quinta do Anjo (Palmela), sobre os quais Carlos Ribeiro tinha a intenção de escrever uma memória (cf. Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistóricos*, vol. II: *Monumentos megalíticos das vizinhanças de Bellas. Memoria apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Typographia da Academia, 1880, p. 86), a qual, porém, jamais chegou a concretizar. Alguns dos espólios antropológicos ali recolhidos mais tarde por A. I. Marques da Costa foram estudados por Thomas Bubner (cf. Thomas Bubner, «Restos humanos dos hipogeus do Casal do Pardo (Palmela)», *Ethnos*, n.º 8, 1979, pp. 87-102).

125 Quanto aos crânios das grutas de Cascais, também designadas do Poço Velho, só recentemente foram objeto de trabalho de conjunto (cf. Nathalie Antunes-Ferreira, *Paleobiologia de grupos populacionais do Neolítico Final/Calcolítico do Poço Velho (Cascais)*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005). Tal como as grutas da serra de Montejunto, também as grutas do Poço Velho foram exploradas poucos meses antes da realização do referido congresso, já que as etiquetas apostas nas respetivas peças, conservadas no Museu Geológico do LNEG, exibem datas entre 26 de março de 1879 e 15 de maio de 1879 (cf. João Luís Cardoso, «Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 20, 2015, pp. 11-20).

*versant pyrénéen français se rattachent à l'ancienne race qui a laissé ses débris de cuisine et ses squelettes sur les bords du Tage*<sup>126</sup>.

Na descrição da gruta da Furninha, teve o senhor Nery Delgado ocasião de dizer: *En égard aux dimensions extraordinaires de quelques os, surtout d'une extrémité inférieure et d'une tête d'humérus, nous serions portés à croire à l'existence, pendant l'époque néolithique, dans notre pays, d'une race de taille gigantesque, ou du moins peu commune; en effet, ces pièces, qui ne sont pas uniques, sont beaucoup plus grosses que les pièces correspondantes d'un squelette récent d'un homme de grande taille, qui m'a servi de comparaison*<sup>127</sup>.

Nos habitantes modernos de Portugal há ainda representantes das raças pré-históricas?

A pergunta deve formular-se; mas a resposta, por completo, será prematura no estado atual da ciência<sup>128</sup>.

Com efeito, os estudos antropológicos entre nós estão infelizmente em princípio. Pelo que respeita aos tempos pré-históricos, apenas se coligiram, que eu saiba, ossadas nos terrenos da Estremadura<sup>129</sup>, de modo que faltam representantes das outras províncias, como a Beira, o Alentejo, o Minho, etc., onde as explorações pré-históricas têm dado, em diverso sentido, tantos resultados. Por isso, ainda que houvesse dos tempos modernos abundância de materiais, toda a comparação do passado com o presente seria necessariamente incompleta. Mas, mesmo pelo que respeita à atualidade, não há quase nada feito.

No seu opúsculo *L'ethnogénie du Portugal*<sup>130</sup> resume assim o senhor Silva Amado, professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, as suas observações sobre os caracteres antropológicos dos portugueses: *La*

126 *Compte-rendu*, pág. 305. (NA)

«Estas cabeças com crânio e face igualmente alongados, lembraram-me um dos quatro tipos bascos que tive ocasião de observar próximo de Cambo e sobre os quais dei, há muito tempo, alguns pormenores à Société d'Anthropologie. Parece-me evidente que estes montanhese do lado pirenaico francês se ligam à antiga raça que deixou os seus restos de cozinha e e os seus esqueletos nas margens do rio Tejo» (tradução nossa).

127 *Ib.* pág. 222-223. (NA)

«Em relação às dimensões extraordinárias de alguns ossos, sobretudo de uma extremidade inferior e de uma cabeça de úmero, seríamos levados a crer na existência, durante a época neolítica, no nosso país, de uma raça de altura gigantesca, ou pelo menos pouco comum; com efeito, estas peças, que não são únicas, são bem maiores do que as peças correspondentes de um esqueleto recente de um homem de grande estatura que me serviu de comparação» (tradução nossa).

128 Tinha o autor razão, pois os estudos biogénéticos sobre as populações da Península Ibérica tendo em vista a caracterização das suas origens e diferenciações estão ainda longe de terem chegado a respostas concludentes e irrefutáveis.

129 Admitindo-se que os concheiros do vale do Tejo ainda se pudessem integrar geograficamente nessa antiga divisão geográfica do país, o que não corresponde à verdade, pois situavam-se na província do Ribatejo. Tal facto resultava, em parte, da composição essencialmente ácida dos terrenos extra-estremenhos, de que resultava a dificuldade de conservação dos restos ósseos.

130 Lisboa, 1880, 2.ª edição. A 1.ª edição saiu em Paris, em tiragem aparte de uma memória inserta na *Revue d'Anthropologie* de Broca, de que já acima falei. (NA)

*grande majorité des Portugais a les cheveux châains, les yeux bruns, souvent bruns clair (jaune-brun et vert-brun); la peau, brunissant facilement au soleil, conserve en général une couleur assez blanche dans les parties couvertes. On rencontre assez fréquemment des Portugais blonds, aux yeux bleus ou verts, et de Portugais aux yeux très foncés; mais la proportion en est à peu près égale. Il n'est pas très rare de trouver des Portugais ayant des cheveux bruns foncés, presque noirs, et des yeux vert-clairs. Le plus grand nombre a, sans doute, les cheveux châains; toutefois d'ordinaire la teinte des cheveux de la tête diffère de celle des poils de la barbe, ceux-ci étant en général plus clairs: quelquefois c'est le contraire qui a lieu, mais très rarement. Le type bien pur est bien plus rare en Portugal qu'en Espagne, et même que dans le midi de la France. La plupart des enfants portugais sont blonds dans les premières années, et ce n'est que plus tard que leurs cheveux deviennent châains. La forme du crâne est assez variable, mais les formes dolicocephales et sous-dolicocephales prédominent; le cou assez court; les épaules un peu declives; les incurvations rachidiennes bien prononcées; les mains et les pieds, en général petits, mais moins que chez les Espagnols; la taille moyenne, petite même, si on la compare avec celle des Allemands du nord*<sup>131</sup>.

Assim como para o passado é preciso explorar todas as províncias, assim também para o presente. Em que províncias, em que regiões secundárias mesmo, predominam estes e aqueles caracteres? Até que ponto correspondem esses caracteres aos linguísticos, climatéricos e etnográficos? O que nos dizem as ossadas e os monumentos das épocas históricas, desde os lusitanos, através da Idade Média, até hoje? Eis o que é preciso saber primeiro.

Falando de Braga e seus arredores, diz o profundo Virchow: *Je dois avouer que je n'ai pas pu reconnaître en anthropologue des parents dans les habitants actuels de cette contrée; ils doivent cependant avoir beaucoup changé. Aujourd'hui ils son presque tous bruns, et quoiqu'on puisse signaler ça et là des individus blonds, des enfants et meme quelques adultes, je ne saurais affirmer que j'aie trouvé des indices de ce que l'influence de l'invasion germanique s'y fasse encore sentir. A Braga, le Comte de São Mamede, qui venait de faire ses études en*

131 *Op. cit.*, pág. 30-31. (NA)

«A grande maioria dos portugueses tem cabelo castanho, olhos castanhos, com frequência castanhos-claros (castanhos-dourados e esverdeados); a pele, bronzeando-se facilmente ao sol, conserva geralmente uma cor bastante branca nas partes cobertas. Encontramos frequentemente portugueses loiros, com olhos azuis ou verdes, e portugueses com olhos muito escuros; mas a proporção é praticamente igual. Não é muito raro encontrar portugueses com cabelo castanho-escuro, quase negro, e olhos verdes-claros. A maioria tem, sem dúvida, cabelo castanho; contudo, normalmente a cor dos cabelos da cabeça é diferente da dos pelos da barba; estes são geralmente mais claros; por vezes, é o contrário, mas muito raramente. O tipo puro é mais raro em Portugal do que em Espanha e do que no sul da França. A maior parte das crianças portuguesas são loiras nos primeiros anos, e apenas mais tarde é que os seus cabelos se tornam castanhos. A forma do crânio é bastante variável, mas as formas dolicocefálas e subdolicocefálas predominam; o pescoço bastante curto; os ombros um pouco descaídos; as curvaturas da coluna vertebral bem pronunciadas; as mãos e os pés, em geral, pequenos, mas menos do que os espanhóis; a estatura mediana, pequena mesmo, se a compararmos com a dos alemães do norte» (tradução nossa).

*Allemagne, a eu la complaisance de me procurer une petite collection de cheveux des habitants, aussi bien de Briteiros que des environs; exception faite de quelques échantillons d'un brun de châtaigne, ils sont tous d'un noir luisant*<sup>132</sup>.

No norte da província de Trás-os-Montes tenho tido ocasião de observar, em duas viagens científicas que fiz a essa província, muitos cabelos loiros, já em adultos, já em crianças. Encontrei mesmo indivíduos rosados e de olhos azuis, que facilmente seriam tomados por indivíduos da raça germânica, se não fosse o traje. Isto é tanto mais importante quanto é certo que na Galiza, segundo nota Francisco María Tubino<sup>133</sup>, abundam os homens loiros e os olhos azuis e claros. O facto das crianças serem loiras até certa idade (7 anos, 8, etc.) e depois escurecerem é provavelmente um facto de atavismo, como se encontram muitos em história natural: certos batráquios, por exemplo, numa das fases do seu desenvolvimento, respiram por guelras (como os peixes), e, noutra mais adiantada, ou são verdadeiros anfíbios, ou têm respiração pulmonar; a baleia, no período fetal, possui dentes que ela perde logo que chega ao estado adulto. É desnecessário acumular mais exemplos<sup>134</sup>.

Quando os judeus foram expulsos de Espanha, D. João II autorizou a entrada de algumas famílias no nosso país, em número limitado; mas a emigração continuou, e em breve os judeus abundavam em Portugal. Parece que eles se estenderam com especialidade pela raia; pelo menos é tradição constante no povo português que há muitos em Celorico da Beira, em Bragança e no concelho de Vimioso. Nas minhas viagens a Trás-os-Montes observei (tanto quanto me posso lembrar, pois que o meu fim então não era estudar a antropologia, e por isso não tomei notas) que os chamados judeus da raia transmontana têm em geral os seguintes caracteres físicos: são encorpados, pescoço muito grosso, cabelo ruivo e sardas na cara (estes dois últimos caracteres encontram-se esporadicamente no país todo, por exemplo, no Porto). O povo lá chama-lhes até, nos arredores de Bragança, «xardozos» (isto é, que têm «xardas», termo que significa *sardas*); chama-lhes igualmente «canineiros» ou «caniqueiros», e diz que eles, quando falam, ladram

132 In *Compte-rendu* do Congresso de Lisboa, pág. 649. (NA)

«Devo confessar que não consegui enquanto antropólogo reconhecer logo os antecedentes nos habitantes atuais deste rincão; no entanto, devem ter mudado muito. Hoje, são quase todos morenos e, mesmo que se possa encontrar aqui e ali indivíduos loiros, crianças e até alguns adultos, não poderia afirmar que encontrei indícios de que a influência da invasão germânica se faça aqui ainda sentir. Em Braga, o conde de São Mamede, que tinha acabado de fazer estudos na Alemanha, teve a generosidade de me arranjar uma pequena coleção de cabelos dos habitantes, tanto de Briteiros como das imediações; exceção feita a algumas amostras de cabelo cor de castanha, as restantes são todas de um negro brilhante» (tradução nossa).

133 In *Revue d'Anthropologie*, de Broca, 1877, pág. 104. (NA)

134 Naturalmente, a comparação estabelecida, conforme é descrita pelo autor, não tem qualquer sentido do ponto de vista científico.

como os cães, o que não deixa de ter, em verdade, certa analogia. Esta gente negoceia muito e parece que, a respeito de casamentos, os contrai principalmente entre si.

Eis aqui um assunto interessante e curioso, que lembro aos estudiosos<sup>135</sup>.

No Alentejo existem os ciganos, que falam um calão próprio, o ramanho<sup>136</sup>, e têm usos especiais<sup>137</sup>, conquanto, segundo parece, a sua estada em Portugal não remonte além do século XVI<sup>138</sup>; mas o seu estudo antropológico ainda se não fez<sup>139</sup>.

Fala-se também muito do tipo saloio dos arredores de Lisboa e de certos povos da beira-mar<sup>140</sup>.

Na expedição científica feita pela Sociedade de Geografia de Lisboa à serra da Estrela, em 1881, havia uma secção de antropologia, em que entravam o citado escritor (o senhor Silva Amado) e o senhor Oliveira Feijão (também professor da Escola de Lisboa e autor de uma memória, *Sur un cas de microcéphalie en Portugal*, apresentada ao congresso de 1880); o relatório, porém, ainda não apareceu em público<sup>141</sup>. Sei apenas por outro relatório<sup>142</sup> que abundam na serra os braquicéfalos.

Eis o que me ocorre sobre a antropologia portuguesa. É pouco por ora para responder à pergunta que acima formulei.

### C) CIVILIZAÇÃO NEOLÍTICA

São muito numerosos os materiais que nos restam do homem neolítico. Irei passando em revista os principais:

135 Os estudos sobre os cripto-judeus portugueses estavam então ainda no seu início, tendo o autor muito contribuído para tal, em trabalhos ulteriormente publicados. Num dos seus últimos trabalhos de síntese, intitulado *Origem histórica e formação do povo português* (José Leite de Vasconcelos, *Origem histórica e formação do povo português*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, 1923), abordou de forma concisa o contributo dos cristãos-novos.

136 Vide Adolpho Coelho: *Les Ciganos* (in *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 667 sq.). (NA)

137 Id. ib. e Filipe Simões, *Introdução à Archeologia da Península Iberica*, 155. (NA)

138 Coelho, ib. (pag. 665 e 669). (NA)

139 Ver as referências do autor sobre os ciganos, com respetiva bibliografia, em José Leite de Vasconcelos, *Origem histórica e formação do povo português*, op. cit., p. 23.

140 Designação utilizada até há poucas décadas para os habitantes dos concelhos limítrofes de Lisboa, que se dedicavam essencialmente à agricultura, cuja origem é pouco clara, vivendo também da prestação de serviços à população lisboeta. Atualmente, com a forte urbanização observada na região, os caracteres económicos e sociais identificativos de tais populações diluíram-se em absoluto.

141 O relatório em causa não chegou, tanto quanto se saiba, a ser publicado, já que todos os relatórios respeitantes àquela expedição foram publicados pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1883.

142 *Relatorio da direcção de ophtalmotherapie* pelo sr. L. da Fonseca (apud *Anuario dos progressos da medicina em Portugal*, 1.º anno, por Maximiano de Lemos, Porto 1884, pág. 65). (NA)

## 1) Antropofagia

Segundo a opinião autorizada do senhor Nery Delgado, apoiada depois noutros observadores (Capellini, Schaaffhausen), os trogloditas portugueses nos tempos pré-históricos praticavam a antropofagia. Foi este um dos assuntos mais debatidos do congresso de Lisboa, sobre o que se pode ver o *compte-rendu* (pág. 264 sq.). A antropofagia não tem nada de extraordinário, nem nos devemos envergonhar de ter canibais entre os nossos avoengos, porque esse costume é muito vulgar, não só nos povos modernos (como, por exemplo, os maoris, os quissamas, os monbuttus, os ilhéus de Fidjis, etc.), mas entre os antigos. O senhor Schaaffhausen observou ao congresso que Estrabão menciona também o canibalismo dos iberos<sup>143</sup>, facto que não é sem importância, segundo creio, nesta questão<sup>144</sup>.

Parece estar averiguado que a antropofagia, de uma maneira geral, coincide mais ou menos com certo estado adiantado de civilização, porque este costume não se tem encontrado nos povos mais atrasados. Muitas razões podem levar o homem a ser antropófago: uma vingança, uma superstição, e a excelência da carne humana. Dizem os observadores que esta é efetivamente muito própria para excitar o apetite dos gastrónomos.

## 2) Trepanação

O antropologista Paulo Broca demonstrou num trabalho, rico de factos e de crítica, intitulado *Sur la trépanation du crâne et les amulettes craniennes à l'époque néolithique*<sup>145</sup>, que durante os tempos pré-históricos se faziam em França duas operações: uma, cirúrgica, que consistia em perfurar o crânio de um indivíduo vivo; outra, póstuma, que consistia em talhar num crânio humano, depois da morte, peças de diferentes formas que serviam de amuletos. Para isto valeu-se não só

143 Vide *Compte-rendu*, pág. 277. (NA)

144 Embora a questão do canibalismo não possa considerar-se definitivamente resolvida no que se refere ao Neolítico do território português, as evidências invocadas por Nery Delgado, sobretudo na gruta da Furninha e também na Casa da Moura, deram lugar a acesa discussão entre os congressistas de 1880, tendo a opinião dos que se mostravam desfavoráveis sido maioritária. Na verdade, as evidências invocadas por Nery Delgado podem ser vantajosamente explicadas por outras razões que não o canibalismo (cf. João Luís Cardoso, «Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo», *op. cit.*), e o mesmo se pode dizer quanto a outras evidências ulteriormente identificadas e já interpretadas de modo distinto, como é o caso do ritual observado na Lapa do Fumo, Sesimbra (cf. Eduardo da Cunha Serrão e Gustavo Marques, «Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra)», in *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*, Actas, Coimbra, Junta Nacional da Educação, 1971, pp. 121-142).

145 In *Revue d'Anthropologie*, t. VI, de 1887. (NA)

dos materiais encontrados nas estações pré-históricas, mas do que se sabe dos costumes antigos nas épocas históricas e das superstições populares modernas.

Em Portugal creio haver por ora apenas dois factos que nos autorizem a admitir a existência da trepanação no período neolítico.

Num fragmento craniano encontrado na gruta de Peniche observa-se externamente uma fosseta circular com 0<sup>m</sup>,020 de diâmetro e 0<sup>m</sup>,005 de profundidade. Segundo o senhor Delgado, a fosseta seria aberta num indivíduo que pouco depois morreu. O mesmo ilustre geólogo aventa a ideia de que esta fosseta representa o princípio de uma trepanação. Realmente parece não haver nisso muita dúvida. A trepanação, no caso presente, devia praticar-se por meio da rotação de um instrumento – como hoje ainda fazem os pastores de Lozère<sup>146</sup>, em certos casos de doença nos seus carneiros<sup>147</sup>.

Na gruta da Cesareda apareceu outro documento mais positivo e de outra ordem: é um crânio com a marca evidente de que nele se começou a talhar elipsoidalmente um fragmento por meio de um sílex; a operação ficou incompleta, talvez porque o indivíduo morreu. Em muitos crânios, noutros países, observa-se um princípio de cicatrização, o que prova evidentemente que a operação se fez no vivo; tal se não deu com o crânio da Cesareda. Em todo o caso, tanto podia ser que a trepanação se fizesse num indivíduo que não sobrevivesse, como no crânio de um indivíduo já morto, e que a operação, por qualquer motivo, não continuasse. Pouco importam, porém, as hipóteses; o facto da trepanação é que é certo<sup>148</sup>.

Paulo Broca admitia que os amuletos teriam um efeito profilático em certas doenças, fundando-se em várias superstições concernentes à doença sagrada, doença de Hércules, doença de São João, etc.<sup>149</sup>; o senhor Giuseppe Bellucci, no seu *Catalogo della collezione di amuletti inviata all' Esposizione Nazionale di Milano 1881*<sup>150</sup>, § 162, fala de um fragmento de crânio humano considerado como remédio contra a epilepsia ou *male del Santo*, o que, quer pela natureza do amuleto, quer pela da doença, confirma a hipótese de Broca. Na moderna tradição popular portuguesa

---

146 Departamento de França localizado na região Languedoc-Roussillon.

147 Id., ib., pág. 30-31. (NA)

148 Podem ver-se os desenhos dos dois crânios no *Compte-rendu* do Congresso de Lisboa. Pode consultar-se também o mesmo *Compte-rendu* a pág. 219 e 264-265. (NA)

Com efeito, a interpretação de Leite de Vasconcelos é a que melhor se adapta às características evidenciadas pelos dois exemplares em causa. A presença de discos cranianos em contextos pré-históricos portugueses foi discutida em artigo do comentador, no qual se inventariaram as ocorrências conhecidas (cf. João Luís Cardoso, «A lapa do Bugio», *Setúbal arqueológica*, vol. 9/10, 1992, pp. 89-225).

149 *Loco citato*, pág. 207, etc. (NA)

150 *Perugia*, 1881. (NA)

não conheço amuleto algum craniano; apenas têm voga as relíquias de ossos de santos trazidas em saquinhos ao pescoço – o que é claramente um vestígio de um amuleto antigo.

### 3) Cerâmica

Ao tratar da arte cerâmica entre os habitantes da estação neolítica de Liceia<sup>151</sup>, Carlos Ribeiro espraia-se em algumas considerações preliminares curiosíssimas sobre o modo de fabricar os vasos de barro, o verniz de que se revestia a superfície de alguns mais finos e o processo da cozedura. Chega a averiguar que os liceienses pré-históricos se serviam de um barro muito mal preparado (tirado das vizinhanças), pois que se limitavam a diluí-lo e amassá-lo, sem o expurgarem completamente das pedras que nele se encontravam; não possuíam o crivo, ou, se o possuíam, aplicavam-no imperfeitamente ao coamento e limpeza do barro; desconheciam a roda de oleiro; depois de amoldados os vasos, desbastavam-lhes as superfícies externa e internamente, e por meio de um estilete ou ponteiro gravavam desenhos grosseiros em alguns. Sobre a composição do verniz, escreve o autor: «O exame das qualidades aparentes deste inducto fez-nos suspeitar que seria formado de barro mui fino, a que os oleiros de hoje chamam «lambuge», a qual os primitivos fabricantes da estação de Liceia facilmente obteriam, adicionando-lhe depois pó impalpável de carvão. A mistura, muito bem amassada, converter-se-ia em uma pasta muito ligada e homogénea, a qual, depois de diluída em água até uma certa densidade, seria aplicada a toda ou a parte da superfície dos vasos que se pretendessem beneficiar»<sup>152</sup>. A avaliar pelas indicações que os fragmentos cerâmicos oferecem, a cozedura da louça fazia-se ao ar livre<sup>153</sup>.

Não obstante todas estas imperfeições, próprias da infância da arte, fabricavam-se vasilhas de grandes dimensões, algumas das quais mediriam na circunferência da boca 1<sup>m</sup>,50, teriam de altura 0<sup>m</sup>,40 e de espessura 0<sup>m</sup>,014. Ao lado dos vasos grosseiros havia outros medianamente

151 Atualmente, a palavra escreve-se «Leceia». Leite de Vasconcelos adotou a grafia de Carlos Ribeiro (1878), «Licéa».

152 *Notícia de algumas estações e monumentos pre-historicos*, I (Lisboa, 1878), pág. 40. (NA) Esta memória foi reeditada em 1991, em facsímile, com notas e comentários do signatário (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos – Notícia da estação humana de Licéa. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, notas e comentários de João Luís Cardoso, reed. fac-símile da ed. de 1878, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1991).

153 A descrição de Carlos Ribeiro é rigorosa e foi confirmada pelo autor dos presentes comentários, com base nos elementos cerâmicos dali provenientes, obtidos nas escavações que ali dirigiu entre 1983 e 2002.

finos. Parece, porém, que nenhum dos vasos de Liceia tinha cabos, asas ou quaisquer outros apêndices para o melhor manuseamento dos mesmos<sup>154</sup>; apenas alguns estão munidos de orifícios circulares que atravessam a espessura da parede junto à boca, os quais (segundo Carlos Ribeiro opina) serviriam ou para por eles se fazerem passar correias ou fibras vegetais, ou para registo dos líquidos lançados dentro.

Os ornatos da cerâmica liceiense consistiam principalmente em linhas paralelas ou angulares, como hoje se encontra ainda nos povos atrasados<sup>155</sup>.

Na estação pré-histórica do Monte Abraão<sup>156</sup> encontraram-se grosseiros fragmentos de barro pertencentes a utensílios diversos, como taças, tigelas e uma espécie de vasos que hoje se fabricam em Lisboa e arredores e se chamam «frigideiras». A ornamentação era também singelíssima.

Entre os despojos do monumento do Monge da Serra de Sintra<sup>157</sup> apareceram fragmentos cerâmicos, rudes, sim, mas com um trabalho um pouco mais cuidadoso, no qual interveio já talvez a roda do oleiro<sup>158</sup>; neles se observam ornatos em xadrez, que fazem lembrar a ornamentação dos vasos da gruta de Palmela<sup>159</sup>.

A cerâmica da parte neolítica da gruta de Peniche acha-se perfeitamente representada na já por vezes citada *Memória* do senhor Nery Delgado<sup>160</sup>; os trogloditas daquela gruta tinham já (como observa o autor) algumas noções de comodidade, de bem-estar, porque os vasos

154 Esta observação é genericamente correta, embora alguns exemplares possuíssem mamilos que facilitavam a prensão, por vezes perfurados, para a suspensão ou para a passagem de cordas, que serviriam de asas.

155 Esta afirmação não tem fundamento. Com efeito, as decorações exibidas nos recipientes cerâmicos são características de três fases culturais sucessivamente ali representadas: o Neolítico Final, o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Pleno/Final (cf. João Luís Cardoso, «As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 14, 2007, pp. 9-276).

156 *Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos*, II (Lisboa, 1880), pág. 46. (NA)

157 *Ib.* pag. 76. (NA)

Refere-se ao estudo sobre a sepultura de falsa cúpula do Monge, na serra de Sintra, publicada em 1880 (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos [...]*, op. cit.).

158 Esta dúvida de Carlos Ribeiro justificava-se, pois foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos muito mais tardios do que a época de construção do monumento, correspondendo a uma reutilização do mesmo, no decurso do Bronze Final. Contudo, mesmo nesta época, embora algumas das produções exibam cuidada manufatura, ainda não era conhecida a técnica do torno rápido.

159 Efetivamente, Carlos Ribeiro publicou alguns exemplares decorados reportáveis ao Calcolítico com decoração que se pode associar à decoração de motivos axadrezados: trata-se de um grande recipiente globular, decorado abaixo do bordo e de uma grande taça com decoração na parede interna, ambos oriundos do monumento do Monge (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos [...]*, op. cit., figs. 80 e 81). A menção de que fazem lembrar motivos decorativos dos recipientes recolhidos na gruta de Palmela (refere-se aos hipogeuos da Quinta do Anjo, explorados pelo coletor de Carlos Ribeiro, António Mendes, em 1876) é apenas de carácter formal, e mesmo assim muito discutível, dado que estas últimas produções integram-se no conjunto de recipientes campaniformes ali recolhidos, designadamente o notável conjunto de taças Palmela, que já então se podiam apreciar no Museu da Secção dos Trabalhos Geológicos, onde ainda hoje se encontram.

160 In *Compte-rendu* do congresso de Lisboa em 1880, pág. 228 sq. (NA)

revelam formas apropriadas a muitos usos. Estes vasos foram modelados à mão num barro negro, característico da época, e, ao mesmo tempo, grosseiro e malcozido. Ao contrário do que acontece em Liceia, alguns dos vasos de Peniche oferecem asas. A ornamentação é, no entanto, muito primitiva<sup>161</sup>.

Nas páginas precedentes tenho-me ocupado com especialidade das coisas do Sul do país, e dito muito pouco do Norte. Não cuidem os leitores que faltam no Norte documentos das idades pré-históricas; é que no Sul os estudos estão em certo sentido mais adiantados, não só por ser maior o número dos investigadores, mas porque as investigações não são feitas, em parte, com carácter oficial e, portanto, noutras circunstâncias.

O homem que mais tem trabalhado no Norte é o meu prezado amigo, o senhor dr. Francisco Martins Sarmento, de Guimarães. Começo neste ponto do meu trabalho a aproveitar-me das suas valiosas explorações.

Na antela<sup>162</sup> da Portelagem (no concelho de Barcelos), ao lado de vários instrumentos de pedra, descobriu-se uma pequena urna com uma saliência mamilar<sup>163</sup>. É bom notar que numa urna de Peniche, desenhada no *Compte-rendu* do Congresso Antropológico de Lisboa<sup>164</sup>, se nota também uma saliência mamilar<sup>165</sup>. Na antela do Maruco das Águas (no distrito de Viana do Castelo) apareceram fragmentos de loiça muito miúda, com ornamentação insignificante<sup>166</sup>.

#### 4) Amuletos

Depois da cerâmica vêm naturalmente os amuletos. Os vasos eram quase indispensáveis à vida material; os amuletos estão no mesmo caso pelo que diz respeito à vida espiritual. Por meio de uns, os bárbaros, nossos antepassados, satisfaziam as necessidades da natureza física; por

161 Esta observação é correta e resulta do facto de ambos os conjuntos serem de épocas muito distintas, em que a tradição das produções cerâmicas era igualmente distinta: no caso da Furninha, aquelas produções remontam ao Neolítico Antigo, enquanto em Leceia remontam ao Neolítico Final e sobretudo ao Calcolítico.

162 Adiante direi o que se entende por antela e denominações congéneres. (NA)

163 Vide *Tirocinio*, jornal de Barcelos, n.º 13. (NA)

164 Estampa 94, tábua XI. (NA)

165 Trata-se, no entanto, de produções cerâmicas totalmente distintas. No primeiro caso, tudo indica que se trata de um vaso troco-cónico invertido, com decoração externa de mamilos, correspondente a uma reutilização na Idade do Bronze daquele monumento megalítico, à semelhança do que se verifica com muitos outros da região. No caso do vaso da gruta da Furninha, trata-se de um belo exemplar do Neolítico Antigo, em forma de sacco, com mamilos decorativos na superfície externa, sendo porém esta a única característica comum aos dois recipientes, cultural e cronologicamente completamente distintos.

166 M. Sarmento, in *Pero Gallego* (revista literária de Viana), n.º 23. (NA)

meio dos outros, por-se-iam em comunicação com o mundo sobrenatural. Ambos entram, pois, no uso doméstico<sup>167</sup>.

Já acima, no § da trepanação, me referi de longe aos amuletos. Amuletos, de um modo geral, são certos objetos que se trazem ao pescoço ou num bolso, ou se guardam em casa, com o fim de evitar certos males. Uma vez basta um humilde dente de alho; outras, uma simples pedra; não importa a forma, o aspeto mais ou menos extraordinário: a significação íntima vale tudo.

Mas possuímos provas inconcussas de que os primitivos habitantes de Portugal se serviam de amuletos? A afirmação seria realmente temerária; todavia, na pré-citada *Notícia de algumas estações e monumentos pre-historicos*, de Carlos Ribeiro, vêm representados vários objetos que, a não servirem de amuletos, ou de adornos, ou de amuletos-adornos, não se percebe muito bem para que serviriam<sup>168</sup>. Um deles tem até uma forma muito semelhante à de um coração<sup>169</sup>; ora, como se sabe, o coração tem sido, e é ainda em alguns povos, um amuleto importante. Noutros países, as armas de sílex foram até afeiçoadas a essa forma e servem de talismãs.

Na moderna tradição popular portuguesa, os amuletos conservam ainda uma grande vitalidade<sup>170</sup>.

167 Esta interpretação da função dos amuletos é redutora, pois não admite a sua utilização funerária, a qual teria por certo um importante papel, como se evidencia pelos exemplares oriundos de necrópoles, apesar de não ser fácil, nalguns casos, a separação entre amuletos e representações idólicas, ambas do foro dos artefactos de cunho simbólico, ou ideotécnicos.

168 Pág. 50, etc. (NA)

Nesta página da referida memória não se encontra reproduzido nenhum objeto, mas logo na página seguinte observa-se o desenho de uma placa de calcário, de intencionalidade duvidosa, que possui contorno cordiforme (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos [...]*, op. cit., fig. 57), peça essa que se encontra a seguir mencionada no texto. Importa referir que nas escavações dos monumentos megalíticos dos arredores de Belas foram recolhidos diversos artefactos que, não sendo propriamente amuletos, se enquadram na categoria de objetos de adorno, ou de carácter ideotécnico (onde avultam os bem conhecidos artefactos de calcário ou as placas de xisto), encontrando-se os mais importantes de entre eles reproduzidos na referida memória. Alguns deles poderiam ser considerados como amuletos, como é o caso de uma placa óssea recortada de contorno antropomórfico (usualmente designados como «ídeos almerienses»), reproduzida na fig. 39 daquela memória. Também do povoado pré-histórico de Leceia, Carlos Ribeiro reproduz um exemplar cilíndrico de osso, com uma gola numa das extremidades, de carácter antropomórfico, e por isso usualmente designados «ídeos de gola» (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações [...]*, op. cit., est. 20, fig. 123), podendo assumir as funções de amuleto ou, em alternativa, de mero adorno corporal (cf. Mário Varela Gomes, «O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas», in José Morais Arnaud et al. (coords.), *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 165-178).

169 Ver adiante comentário a esta observação.

170 Vide J. Leite de Vasconcelos, *Amuletos populares portugueses* (um folheto, extracto da *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*), e *Amuletos italianos e portugueses* (in *Revista Científica do Porto*). (NA)

## 5) Adornos e insígnias

No livro de Carlos Ribeiro há pouco mencionado, descrevem-se, ao lado dos amuletos ou pseudo-amuletos, outra espécie de objetos que são evidentemente adornos; consistem com especialidade em contas. Carlos Ribeiro enfiou-as até em fios de metal à maneira de colares. Como se sabe, os selvagens modernos usam hoje muito disto.

Filipe Simões representa na sua *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica* (Lisboa, 1878, pág. 53) um instrumento de xisto, análogo a um báculo, e que era provavelmente um bastão de comando. A página 54 do seu livro, em nota, diz que apareceram em Portugal mais dois báculos<sup>171</sup>.

Inventariando os achados da gruta da Furninha, o senhor Delgado menciona o fragmento de um alfinete de osso e várias contas, e termina dizendo que os objetos de ornato dos habitantes dessa gruta não indicam um gosto tão apurado como o de outras tribos neolíticas do nosso país<sup>172</sup>.

## 6) Tatuagem<sup>173</sup>

Sem querer entrar em particularidades a respeito da tatuagem, ou pintura do corpo, direi somente que este processo, que se encontra em todos os tempos e países com mais ou menos intensidade, oferece três pontos principais a considerar:

1.º No campo da etnografia, pois que importa saber quais as relações que existem entre os povos que mantêm o mesmo costume;

2.º No campo da patologia, pois que aqueles em quem a tatuagem se exerce sofrem muitas vezes erisipelas<sup>174</sup> e outras doenças;

3.º No campo da medicina-legal, pois que a tatuagem é um dos meios de averiguar a identidade da pessoa.

171 Os chamados «báculos», pelo facto de o seu contorno sugerir esse tipo de artefactos, são em geral realizados em placas de xisto, recortadas com aquele formato. Augusto Filipe Simões reproduz na citada figura o exemplar recolhido na sepultura de Martim Afonso, próximo de Muge (cf. Augusto Filipe Simões, *Introdução á archeologia da Peninsula Iberica [...]*, op. cit., fig. 33). Os dois outros exemplares de báculos que o autor refere são o proveniente da gruta da Casa da Moura, cujo desenho foi publicado em 1886 (cf. Émile Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, op. cit., figs. 96, 97), e o da anta da Estria, publicado em 1880 por Carlos Ribeiro (Carlos Ribeiro, *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos, II. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia, 1880, est. v, n.º 5, est. vi, n.º 1).

172 In *Compte-rendu* do congresso de Lisboa – pág. 234-235. (NA)

173 Em francês *tatouer* (donde *tatouage*), em inglês *tattoo*. De uma palavra da Polinésia *tataou*. (NA)  
É interessante o facto de Leite de Vasconcelos ter dado importância a este aspeto, uma vez que não há testemunhos diretos da sua existência em tempos pré-históricos. Mas a sua formação etnográfica, a par do conhecimento dos estudos das populações primitivas de outros continentes, levou-o a admitir a sua prática naqueles tempos.

174 Infecção cutânea que provoca vermelhidão, dor e edema, acompanhados por febre e mal-estar geral.

Noutra ocasião me ocuparei dos modernos costumes portugueses que se relacionam com ela; agora direi apenas que o senhor Nery Delgado achou na gruta da Furninha alguns dados sobre os quais se baseia para supor que os trogloditas de Peniche praticavam a tatuagem nas épocas pré-históricas<sup>175</sup>.

O facto não tem nada de inverosímil; os arqueólogos admitem-no para outros pontos da Europa, durante a pré-história, por exemplo, para a gruta de Aurignac<sup>176</sup>.

## 7) Instrumentos

Os instrumentos de que os povos pré-históricos se serviam para os seus usos (guerra, caça, trabalhos domésticos, etc.) afetavam as formas mais variadas e eram feitos das substâncias mais diversas. Uns parecem-se com uma faca, uma lança, uma seta, uma cunha; outros com um furador, um percutor, um polidor. Assim, os arqueólogos dão-lhes estes nomes e os de machados, machadinhos, ou simplesmente celtes. Para a sua feitura escolheram-se substâncias duras, tais como o sílex, o basalto, o calcário, o quartzo, o feldspato, o granito, a serpentina; há ainda muitos de xisto e de osso<sup>177</sup>.

Como amostra, apresento na figura 3 o desenho de um instrumento de pedra que achei em Portugal. Tem o merecimento de ser inédito<sup>178</sup>.

As obras dos nossos arqueólogos estão cheias desses desenhos.

Numa pequena Memória do respeitável professor, o senhor Dr. Pereira da Costa – *Notícia de alguns martellos de pedra, e outros objectos que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alemtejo*<sup>179</sup> –, descrevem-se cinco instrumentos de pedra, semelhantes na forma,

175 Vide o *Compte-rendu* do congresso de Lisboa – pág. 229 sq. (NA)

176 Uma excepcional evidência direta da prática da tatuagem em tempos pré-históricos na Europa foi fornecida pela descoberta do chamado «Homem do Gelo», de época calcolítica, nos alpes italianos, perto de Brennero (Brenner), o qual possuía várias tatuagens, nas costas, no lado interno do joelho direito e até num dos tornozelos (cf. Konrad Spindler, *O homem no gelo*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1996).

177 Algumas destas substâncias não foram seguramente utilizadas para a confecção daquilo que atualmente designamos «machados pré-históricos», como é o caso do quartzo, do feldspato, do granito e do osso, revelando Leite de Vasconcelos, neste tipo de afirmações, a ignorância resultante do facto de à época ainda se encontrar muito pouco familiarizado com a panóplia de artefactos pré-históricos.

178 Trata-se, de facto, de um machado de pedra polida, de secção retangular, que Leite de Vasconcelos declara ter provindo da região do Cadaval, onde exerceu a sua primeira atividade profissional, como médico, carreira rapidamente abandonada (Livia Cristina Coito et al., *José Leite de Vasconcelos – Fotobiografia, op. cit.*). No decurso de visitas que realizava aos arredores, incluindo a vila do Bombarral, situada próximo, e onde tinha ainda parentes e terras, fazia sempre copiosas recolhas deste tipo de artefactos, por vezes noticiadas nas páginas de *O arqueólogo português*.

179 Extrato do *Jornal de ciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.º v (Lisboa, 1868). (NA)

mas diferentes na grandeza<sup>180</sup>. Têm uma forma ovular ou elipsoidal, com um sulco anular que os divide transversalmente. O maior, que vem representado na citada Memória, mede 0<sup>m</sup>,237 no eixo maior, 0<sup>m</sup>,12 no menor e 0<sup>m</sup>,260 de circunferência. O senhor dr. Pereira da Costa observa que existe uma perfeita semelhança entre este instrumento, que ele supõe pré-histórico, e uns martelos que apareceram na Espanha e no norte da América. Como se serviriam destes curiosos instrumentos os que os fabricaram? As seguintes palavras do mesmo ilustre professor respondem à pergunta: «É para notar, além disso, que os indígenas de Texas empregam ainda martelos como os de que temos tratado, adaptando-lhes um cabo de vergalho de boi, envolto em um pedaço de pele do mesmo animal, quando está ainda fresca; o cabo cinge-se ao sulco anular e fica fortemente aderente logo que a pele seca»<sup>181</sup>.

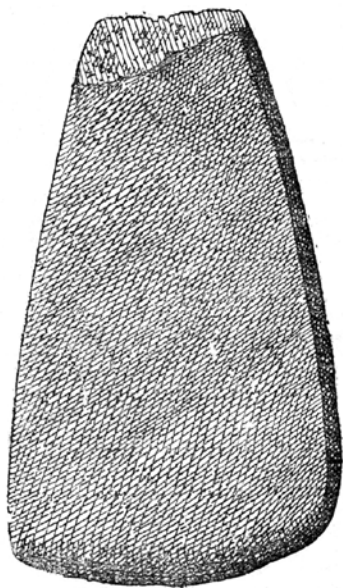


Figura 3<sup>182</sup>

180 Com efeito, podendo Leite de Vasconcelos ter invocado muitos exemplos semelhantes ao exemplar por si publicado na presente obra, foi procurar comparação em exemplares completamente distintos deste, tanto na forma como nas funcionalidades, o que revela, uma vez mais, a sua falta de prática arqueológica e de conhecimento das produções em causa, pois os exemplares publicados por Pereira da Costa correspondem a martelos mineiros, providos de um sulco coincidente com o diâmetro menor dos exemplares, executados na maioria dos casos sobre seixos rolados de quartzito. A morfologia destes martelos parece ter-se mantido inalterada desde o Calcolítico até à Idade do Bronze, sendo relativamente comuns nas áreas de mineração do cobre da zona sul portuguesa, tendo Émile Cartailhac reproduzido diversos exemplares, de diversas minas peninsulares, de cobre bek, como um exemplar atual dos índios Kiowat da América do Norte (cf. Émile Cartailhac, *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, op. cit., figs. 268 a 273).

181 *Loc. cit.*, pág. 3. (NA)

182 Machado neolítico trazido por mim do Cadaval. Agradeço ao talentoso aluno de medicina e meu amigo, Tito de Bourbon e Noronha o ter-me feito o desenho deste machado, bem como o da anta da Beira Baixa (adiante representada na fig. 4). (NA)

Este exemplo, a que se podiam juntar mais, mostra bem que a Idade de Pedra não acabou para todos os povos, mas apenas para alguns. Enquanto uns gozam dos maiores esplendores a que o génio foi capaz de chegar, outros estão na infância da arte.

As facas de sílex mais comuns em Portugal (diz o dr. Filipe Simões) são lascas estreitas e compridas, algum tanto recurvadas no sentido do comprimento; têm a face côncava muito lisa e a convexa formada por três superfícies inclinadas entre si em ângulos muito obtusos<sup>183</sup>.

Segundo o mesmo autor, são os machados as armas de pedra que mais aparecem; afirma ele também que se encontram no Alentejo em maior número do que nas outras províncias<sup>184</sup>. Pela minha parte, tenho achado muitos na Estremadura<sup>185</sup>, onde se conservam por uma razão que logo darei.

Os percutores e polidores, a que acima me referi quando enumerei algumas das formas dos instrumentos pré-históricos, empregavam-se certamente para lascar, polir e aperfeiçoar os materiais para outros objetos. Os polidores (escreve Simões) têm cavidades de várias formas, onde, pelo atrito, se alisava a superfície das armas de pedra. Os percutores eram afeiçoados de sorte que se pudessem apertar na chave da mão. Tinham também cavidades de forma côncava, para o artífice fincar nelas os dedos e percutir assim com mais força<sup>186</sup>.

Na Estremadura e no Alentejo descobriram-se vários instrumentos curvos semelhantes a um crescente. Filipe Simões pergunta se seriam picaretas<sup>187</sup>.

---

183 *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*, pág. 44. (NA)

Trata-se de uma descrição meramente morfológica, mas que coincide com a larga maioria daquelas produções.

184 *Introdução á Archeologia*, pág. 46 e 47. (NA)

185 Ver o que se disse anteriormente sobre a recolha de artefactos de pedra polida neolíticos na região do Cadaval e do Bombarral.

186 *Ib.*, pág. 46. (NA)

Na verdade, o exemplar reproduzido por A. F. Simões e por ele classificado como percutor (A. F. Simões, *Introdução á archeologia da Peninsula Iberica*, *op. cit.*, figs. 18 e 19) corresponde antes ao gonzo de uma porta reaproveitado várias vezes, de que resultaram as diversas cavidades, de contorno circular.

187 *Ib.*, pág. 48. (NA)

Trata-se de exemplares de cuidado acabamento, por polimento, e de assinaláveis dimensões, de formato encurvado e não ostentando marcas de utilização. Poderiam corresponder a exemplares votivos, tendo despertado a atenção de Manuel Heleno, que sobre eles escreveu um pequeno artigo monográfico (cf. Manuel Heleno, «Notícia de alguns instrumentos neolíticos de grande comprimento», *O arqueólogo português*, vol. 29, 1933, pp. 170-173).

Alguns dos instrumentos de osso são conhecidos entre os arqueólogos pelo nome genérico de punções, e poderiam servir de dardos, flechas<sup>188</sup>, etc.; outros têm a aparência de facas ou de simples cabos<sup>189</sup>.

Aos instrumentos de xisto já aludi na página 40<sup>190</sup>. Veja-se o que mais adiante se encontra acerca do mesmo assunto.

Os de granito creio não serem muito vulgares; em todo o caso, certo é que o senhor dr. Martins Sarmiento encontrou um, na minha presença, a pouca distância de Guimarães<sup>191</sup>.

Os instrumentos pré-históricos aparecem em muitas partes: umas vezes enterrados nos próprios lugares onde os seus primeiros possuidores os deixariam; outras vezes nas mãos do povo, que os achou também na terra ou os herdou, e os conserva religiosamente, como em breve direi.

Na *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*, o senhor dr. Pereira da Costa menciona sete machados de xisto e um calhau de quartzite (polidor?) que as escavações das antas de Alcogulo (a 7 quilómetros de Castelo de Vide) forneceram<sup>192</sup>.

Na Memória do senhor Delgado acerca da Furninha de Peniche vêm mencionados muitos instrumentos aparecidos nessa gruta<sup>193</sup>.

O senhor dr. Sarmiento a cada passo se refere a achados de instrumentos em monumentos funerários do Minho. Da anta do Pinhal do Santo de Vile (distrito de Viana) escreve ele: «Contra a minha expectativa, a exploração deste terreno, volvido e revolvido, produziu uma pontata de seta de quartzo branco, outra de sílex escuro de uma

188 Os punções correspondem no geral a objetos de osso polido, de forma pontiaguda numa das suas extremidades, e serviam geralmente para perfurar, como indica o seu nome. Podem designar-se também «furadores» ou «sovelas».

189 Existem de facto exemplares de osso com formato tubular, utilizados como cabos de pequenos artefactos de cobre, como furadores ou sovelas. Estes artefactos, comuns em todos os povoados calcolíticos da Baixa Estremadura, são, via de regra, afeiçãoados em diáfises de ossos longos de ovelhas ou cabras, geralmente tíbias ou, mais raramente, fêmures, conforme se verificou nos povoados pré-históricos de Leceia, Oeiras e do Outeiro Redondo, Sesimbra (cf. João Luís Cardoso, «A utilidade óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 11, 2003, pp. 25-84; Idem, «O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008)», *Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol. 20, 2013, pp. 641-730). Quanto às supostas facas de osso, devem corresponder a espátulas, em geral afeiçãoadas em costelas de grandes mamíferos, como bois domésticos ou auroques, sendo conhecidas já nos concheiros mesolíticos de Muge.

190 Veja-se, na presente edição, a p. 555.

191 Este artefacto não corresponderá a um machado, ou, se corresponder, este não será seguramente de granito. É no entanto interessante o facto de Leite de Vasconcelos referir que estava com Martins Sarmiento no terreno aquando da recolha deste exemplar.

192 Pág. 95 sq. (NA)

As antas de Alcogulo, exploradas por Pereira da Costa, foram por este publicadas em 1868 (Francisco António Pereira da Costa, *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868), a par de outras até então conhecidas, constituindo trabalho pioneiro a nível europeu.

193 Gruta explorada por Nery Delgado em 1879 e inícios de 1880 e por ele apresentada no congresso de Lisboa de 1880, à qual se referem muitas observações apresentadas ao longo do presente trabalho. E compreende-se que assim seja, pois a referida gruta era das escassas estações arqueológicas até então exploradas com método científico.

delicadeza extrema e uma machadinha inteira... Um pedaço de xisto, mostrando visivelmente ter servido de polidor ou afiador, pertence decerto à mesma época destes instrumentos de pedra; não é a primeira vez que os tenho encontrado juntos»<sup>194</sup>. Esta anta era coberta por uma mamoa. A respeito da antela do Maruco das Águas (no mesmo distrito) lê-se num artigo do mesmo arqueólogo: «O achado mais importante foi o de uma ponta de lança, de sílex preto, mas tão grosseiramente afeiçoada que, se não fossem dois cortes na base, muito distintamente artificiais, poderia jurar-se, e apesar da sua forma, que aquilo não passava de uma lasca natural»<sup>195</sup>. Em nota, acrescenta: «Fragmentos de sílex informes, tenho-os eu encontrado em algumas antelas, parecendo haverem sido ali lançados intencionalmente. A mesma observação tem sido feita noutros países»<sup>196</sup>.

Agora falarei do uso que hoje lhes dá o povo das nossas aldeias.

Acredita-se geralmente que o raio é uma pedra ou um metal<sup>197</sup> que cai do céu e que, depois de fazer mil estragos, se afunda na terra sete varas ou braças, levando, por último, outros tantos anos a vir à superfície, porque em cada ano sobe apenas tanto como aquele comprimento.

O nosso povo dá o nome de pedras de raio ou pedras de trovão ao seguinte: cristais de rocha ou simples seixos rolados (Norte) e instrumentos pré-históricos (Sul). A pedra de raio ou é posta nos telhados ou conservada dentro de casa, para livrar de raio. Aqui está, pois, o motivo por que eu encontrei tantas pedras de raio no Cadaval (Estremadura)<sup>198</sup>; quase todas as casas possuíam uma ou mais. Às vezes foi-me difícil obtê-las, tal era a fé viva que nelas depositavam!

A crença em pedras de raio voga noutros países, como a França, a Inglaterra, a Itália, o Japão, o Brasil; Plínio e Suetónio referem-se também a elas<sup>199</sup>.

A explicação do mito é muito natural: o raio, pelos seus efeitos, aparecia aos olhos simples do povo como uma arma. A quantidade de celtes, tão polidos, tão lindos, no meio dos campos e dos montes, justificava até certo ponto a superstição. No Minho, onde talvez eles

---

194 In *Pero Gallego*, n.º 13, pág. 3, col. 1. (NA)

195 *Ib.* n.º 23, pág. 5. (NA)

196 *Loco citato*. (NA)

Estas observações, primeiramente publicadas avulsamente em jornais, foram ulteriormente coligadas em sucessivos números da *Revista de Guimarães*, cuja publicação se iniciou no último trimestre de 1884, possivelmente quando o presente texto se encontrava já terminado.

197 A versão da pedra é mais vulgar. (NA)

198 Ver o que se disse atrás sobre a colheita feita por Leite de Vasconcelos de artefactos de pedra polida na região do Cadaval e Bombarral. Esta referência continuada ao Cadaval, ainda como estudante de medicina, não é alheia ao facto de ter ali exercido a sua primeira atividade profissional, como médico concelhio, o que se explicará pelas relações familiares ali existentes.

199 Vide *Tradições populares de Portugal*, por J. Leite de Vasconcelos, § 146. (NA)

abundem menos, foram substituídos pelos cristais de rocha e pelos calhaus rolados, cujas formas regulares se atribuíram também facilmente a um trabalho celeste.

## 8) Agricultura

Na sua marcha ascensional e ativa, do estado animal para o social, o homem foi sucessivamente caçador e pescador, pastor-nómada, e só mais tarde agricultor. Antes de estabelecer barraca assente, onde abrigasse a família e os animais domésticos e acendesse o lume, andou errante através das matas e das florestas, e na margem dos rios piscosos, à procura de alimentos e de conchegos, sujeito às intempéries, subjugado por esse monstro terrível – a fome – que o obrigava talvez também a devorar os seus companheiros. Uma cova na terra simulava então para ele um palácio cómodo; uma ave que voava, ou um peixe que saltitava à tona da água, eram a perspectiva de um festim opíparo<sup>200</sup>.

Em seguida, a vida pastoril sorriu-lhe com os seus encantos. Um lenteiro com erva, uma simples nesga de verdura, onde os gados pudessem pastar por algum tempo, constituíam agora como que uma herdade viçosa, ou um rico condado cheio de atrativos e distrações. E que prazer não existia em ver desfilar os rebanhos, gordos e luzidos! A riqueza residia neles: o leite sustentava, a lã vestia. Viesses, muito embora, o inverno e a miséria, havia que lhes opor. O homem já podia cantar, porque estava farto e descansado; podia contemplar e interpretar a natureza, porque tinha vagar<sup>201</sup>.

Por último, a agricultura prende-o ao solo. À incerteza de descobrir pastos na vida nómada obsta ele arando a terra. Escolhe um arvoredor e uma fonte, fixa aí uma casa e cultiva um campo. A natureza armava-o com instrumentos de pedra, e ele desbravava as moitas e abria os sulcos para as sementes e para as águas. No lar, o fumo erguia-se em ondas, como novelos. Era uma volúpia, a vida. O trabalho, para quem se lhe afaz, não cansa, distrai<sup>202</sup>.

---

200 Leite de Vasconcelos expressa-se frequentemente nessa obra de forma não científica, buscando sobretudo a frase sugestiva, o que se pode explicar em parte pela necessidade de se fazer entender e de mobilizar o interesse da população indiferenciada a quem se destinava o presente livrinho.

201 Esta descrição resulta, evidentemente, de uma abstração do espírito, pois as dificuldades alimentares, a terem existido, como será legítimo admitir, não teriam acabado naturalmente com a adoção da nova economia agropastoril, a qual se verificou no território português em meados do VI milénio a.C.

202 Note-se o estilo literário, já atrás observado, pouco científico, mas sugestivo e fácil de perceber, adequado aos leitores desta obra de divulgação. É interessante também notar a afirmação «O trabalho, para quem se lhe afaz, não cansa, distrai», por certo existente no seu pensamento desde muito novo, e que viria a adotar no seu ex-libris heráldico: «No estudar consiste o prazer».

O senhor Carlos Ribeiro diz que lhe parece «poder afirmar que os homens do fim da época da pedra polida, que dominavam no nosso solo, e que levantaram os dolmens dos distritos adjacentes a Lisboa, não só conheciam a arte de domesticar os animais, como já faziam uso da alimentação vegetal e principalmente de frutos»<sup>203</sup>. Sobre os animais domésticos, veja-se o presente livrinho, a página 27<sup>204</sup>.

## 9) Estações pré-históricas

É vulgaríssimo dar o nosso povo o nome de castros a certos monumentos antigos, de origem histórica, ou, pelo menos, proto-histórica, como direi mais devagar noutro capítulo. Parece, porém, que tal nome se estende também a estações verdadeiramente pré-históricas. O senhor Martins Sarmiento, que é quem mais tem estudado este assunto, supõe, num artigo intitulado *Observações ácerca do valle do Ancora*<sup>205</sup>, que os habitantes das povoações, cujas ruínas cobrem os outeiros sobranceiros ao vale, sepultavam os seus mortos nas antas e nas antelas (monumentos neolíticos) existentes em baixo, no vale. Note-se, todavia, que esses monumentos continuaram a viver não só na Idade do Ferro, mas na época romana. Eu conheço vários sítios (cuja antiguidade não posso, porém, precisar ao certo), que podiam muito bem ter sido estações pré-históricas. Assim, no monte do Crasto (vizinho à vila de Mondim da Beira) descobre-se, no alto, uma extensa esplanada cercada de pequenas pedras chatas. Que monumento seria esse? Um *cromleck*<sup>206</sup> não podia ser. É provável que uma escavação (que eu, porventura, ainda um dia farei) venha adiantar alguma coisa<sup>207</sup>.

Outro nome genérico, posto que não muito usual, é cerca. Nos arredores de Favaios (Trás-os-Montes) há um sítio (ao pé do qual se veem umas ruínas) chamado Cerca dos Mouros. Nos seus *Materiaes para a archeologia do concelho de Barcellos*, o senhor Sarmiento descreve uma mamoinha que existe nas vizinhanças do monte da Cerca. Deste, diz ele:

203 *Noticia de algumas estações e monumentos pre-historicos* (Lisboa, 1878), pág. 67. (NA)

Esta afirmação, no que se refere aos animais domésticos, é apoiada pelos restos dos mesmos, os quais foram devidamente classificados e apresentados na referida memória.

204 Veja-se, na presente edição, p. 540.

205 Publicado na revista portuense *O Pantheon*, n.ºs 1 e 2. (NA)

206 Grupo de menires que formam uma curva, conforme o autor explica mais à frente.

207 Presentemente, a utilização da palavra «castro» reserva-se a povoação fortificada da Idade do Ferro, em geral geograficamente integrada na chamada cultura castreja, que abarca o noroeste do território português. Na época em que Leite de Vasconcelos escrevia, utilizava-se esta palavra num sentido mais lato, abrangendo os sítios com ocupação pré-histórica, desde que defendidos, natural ou intencionalmente. É por isso que, logo no primeiro volume de *O arqueólogo português*, Leite de Vasconcelos inscreve o povoado pré-histórico de Leceia como o único exemplo de um castro exclusivamente neolítico (José Leite de Vasconcelos, «Castros», *O arqueólogo português*, vol. 1, 1895, pp. 3-7).

«O monte da Cerca é um outeiro de pequena elevação... Donde lhe provém a denominação de cerca não mo soube explicar o meu guia, bem que já me tivesse falado de uma parede antiga que circuitava a coroa do monte»<sup>208</sup>. A parede pertence a uma muralha de 8 palmos de largo e de aparelho ciclópico, abrangendo um recinto de 59 passos de diâmetro<sup>209</sup>.

Liceia, tão bem estudada por Carlos Ribeiro, é uma das estações pré-históricas mais notáveis do nosso país<sup>210</sup>.

## 10) Sepulturas

Tenho em revista passado grande parte do que sabemos da civilização dos nossos antepassados neolíticos. Cheguei agora ao termo fatal. A morte paira sobre nós com as suas asas negras e fúnebres. As últimas cinzas desses velhos estremecem ainda nos seus recintos de séculos. Vamos penetrar nos umbrais da eternidade, interrogar nos próprios jazigos funerários aqueles que por única memória nos deixaram ossos, pedras e cacos.

Perdoai-me mais uma vez, sombrios antropófagos da Casa da Moura, industriosos braquicéfalos de Liceia, expansivas raças das margens do Minho! Não venho profanar-vos, venho glorificar-vos, porque nós, os que nascemos neste abençoado torrão que pisastes, honramo-nos de ser vossos netos, e por isso queremos sondar bem a nossa genealogia<sup>211</sup>.

Os principais monumentos sepulcrais desta época são as antas e as antelas (ou antinhas), que podem ser cobertas por um montão de terra chamado pelo povo *mammôa*<sup>212</sup>, *mamua*<sup>213</sup>, *mâmmao*<sup>214</sup>, *mamoinha*<sup>215</sup>,

208 In *Tirocinio*, n.º 11. (NA)

209 *Loc. cit.* (NA)

Existem muitas designações populares para os castros do noroeste do país: Cidadelhe, Citânia, Crasto, Castro, Cividade, Castelo, Cerca, Cidade Velha, Crastelo, etc. (cf. José Leite de Vasconcelos, «Castros», *op. cit.*)

210 O destaque especial concedido a Leceia resulta de ser a única povoação pré-histórica até então devidamente estudada no nosso território. Contudo, Carlos Ribeiro não procedeu a escavações, mas apenas à recolha de materiais existentes à superfície. Presentemente, após duas décadas de trabalhos arqueológicos ali realizados sob direção do autor destes comentários, já sumarizados (cf. João Luís Cardoso, *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2003), pode inscrever-se o local entre um dos mais relevantes povoados pré-históricos fortificados, tanto do ponto de vista científico como patrimonial, do território português.

211 Já anteriormente se sublinhou a forma literária adotada por Leite de Vasconcelos nesta obra, no sentido de despertar maior interesse por parte dos leitores, usando uma linguagem sugestiva e facilmente compreendida por todos, muito longe de uma linguagem científica que não se adaptava a obra básica de divulgação, como era o caso.

212 Minho. Este nome vem já no *Elucidário* de Viterbo, s. v. (NA)

213 *Id.*, *id.* (NA)

214 Minho. No *Diccionario gallego* de Piñol lê-se também *mámoa*. (NA)

215 Minho. (NA)

*mamunha*<sup>216</sup> e ainda *mamaltar*<sup>217</sup>. A etimologia destas últimas denominações é claramente o latim *mama*, nos diminutivos *mamola*<sup>218</sup> e *mamula*.

Vejam as séries:

<i>mamola</i>	<i>mamula</i>	<i>mammoa</i>
<i>mamo(l)a</i>	<i>mamu(l)a</i>	<i>mamoinha</i>
<i>mammôa</i> <sup>219</sup>	<i>mamua</i> <sup>220</sup>	<i>mamuinha</i> <sup>221</sup>
		<i>mamunha</i>

A génese de *mamua* é mais difícil de expor; *mamaltar* é provavelmente *mama*-altar. O senhor Martins Sarmento dá ainda como sinónimo de *mammôas* o termo «montilhão»<sup>222</sup> (de Esposende), «mamoela»<sup>223</sup> (também de Esposende) e «madorra»<sup>224</sup> (da Beira Baixa). O termo «madorra» liga-se decerto com «modorra», que Viterbo, citando um documento do século XVI, dá no seu *Elucidário* (s. v.) como significando monte de pedras miúdas e cascalho.

Estudemos separadamente as antas, as antelas (ou antinhas) e ainda outras classes de sepulturas.

- a) Antas – Emprego de preferência esta palavra, em vez de «dolmens», por ser perfeitamente nacional. Quanto ao mais, anta e dolmen (que é o termo empregado pelos arqueólogos estrangeiros) significam uma e a mesma coisa: um pequeno monumento<sup>225</sup> formado por

216 Beira-Baixa, Trás-os-Montes. Vide Pereira da Costa, *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*, pág. 89-90. No Minho diz-se igualmente *mamunha*. (NA)

217 Beira Baixa. Pereira da Costa, *ib.*, pag. 89. (NA)

218 *Apud* Viterbo, s. v. *mamôa*. (NA)

219 Assim como, por exemplo, *mola* deu o antigo português *moa*, moderno *mó*. (NA)

220 Assim como, por exemplo, *Flammula* deu o antigo português *châmoa*. (NA)

221 No Minho diz-se também *múinho* por *moinho*. (NA)

222 Deriva de monte, pelo intermédio hipotético *montilho* (diminutivo), como, por exemplo, em Trás-os-Montes, Castrilhão, de castro, pelo intermédio hipotético *castrilho*. (NA)

223 In *Tirocinio*, n.º 3. (NA)

224 Ver o *Relatório* da expedição à serra da Estrela (Lisboa, 1883), pág. 23. (NA)

225 O adjetivo «pequeno» não é adequado para caracterizar as antas, pois há-as de grandes dimensões, como é o caso da Anta Grande do Zambujeiro, perto de Évora. Frequentemente, era a natureza da matéria-prima disponível que condicionava o tamanho destes monumentos, sendo os de granito, em geral, de dimensões muito superiores aos monumentos de xisto, embora em termos arquitetónicos possuam idênticas características (cf. João Luís Cardoso, «The megalithic tombs of southern Beira Interior, Portugal: recent contributions», in Primitiva Bueno-Ramírez *et al.* (eds.), *Graphical markers and megalithic builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*, Oxford, Archaeopress, 2008, pp. 103-115).

tosca lájea postada sobre uma série de pedras a pino. Pelo desenho das nossas figuras 4 e 5 se faz uma ideia mais aproximada<sup>226</sup>.

Não estão de acordo os arqueólogos portugueses sobre a etimologia de anta, chegando mesmo muitos a supor que anta vem do povo *antae*, outros do reino *Abanta* (na África), outros finalmente do gigante Anteu da fábula! Em todo o caso, a questão parece simples. O erudito Viterbo, no seu *Elucidário*, propõe com razão o latim *antae* como a verdadeira forma primitiva.

A palavra anta é muito antiga na nossa língua, e deu origem a vários nomes de lugares e sítios, como São Paio de Antas (Minho), Monte das Antas (Porto), etc., etc.



Figura 4<sup>227</sup>

Uma anta pode atingir a altura de 3 metros, e ser descoberta, ou coberta pela *mammôa*, como fica dito. Segundo o senhor Martins Sarmento<sup>228</sup>, no litoral minhoto não há anta sem *mammôa*. A *mammôa* pode ser precedida de um corredor ou galeria que tem o nome vulgar de furna, nome que também se aplica às grutas<sup>229</sup>. As antas do vale do Âncora (Minho) estão voltadas ao Oriente e assentam sempre numa chã ou numa portela (garganta de monte)<sup>230</sup>.

226 Esta descrição refere-se à câmara do monumento, o qual, em geral, era munido de um corredor, mais ou menos longo, ainda que existam casos de antas desprovidas dele.

227 Anta da Beira-Baixa. Apud *Relatorio* de F. Martins Sarmento. (NA)

228 In *Pantheon*, pág. 2. (NA)

229 Pereira da Costa, *ib.*, pág. 66. (NA)

230 Martins Sarmento, in *Pantheon*, pág. 5. (NA)

O estudo das orientações dos corredores das antas alentejanas permitiu concluir que os respetivos corredores se orientam em geral para o quadrante de sudeste (cf. João Luís Cardoso, *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002), pelo que a observação relativa às antas do vale do Âncora é condizente com aquela realidade.

Dá-se uma particularidade notável com a anta da Candieira, na serra de Ossa: é furada quadrangularmente num dos seus esteios mais largos. Lubbock (no seu livro *O homem prehistorico* – a pág. 117 da tradução francesa da 3.<sup>a</sup> edição inglesa) diz que Taylor, entre dois mil e tantos dolmens, encontrou mil com aberturas laterais como este; só são circulares. Para que serviria tal buraco praticado na parede de um túmulo? O senhor Gabriel Pereira, que foi o primeiro a descrever



Figura 5<sup>231</sup>

a anta da Candieira<sup>232</sup>, a que o povo chama «A casa da Moura», inclina-se a crer que servia para por ele se introduzirem ofertas aos mortos venerados; tínhamos, assim, uma prova indireta de que os nossos antepassados pré-históricos acreditavam na imortalidade da alma e, portanto, na eternidade. É também a opinião de Lubbock<sup>233</sup>, posto que o senhor Gabriel Pereira não a cite<sup>234</sup>.

A propósito da anta do Poço da Chã (distrito de Viana), não são des-  
tuidas de interesse as seguintes linhas do senhor dr. Francisco Martins

231 Anta da Lairinha, no Alentejo. Apud *Archeologia da Peninsula Iberica*, de A. Filipe Simões, pág. 81. (NA)

232 In *Universo Illustrado* (de Lisboa), t. 1, pág. 372. (NA)

Embora o trabalho de Gabriel Pereira tivesse sido publicado em 1877, não foi o primeiro investigador que se dedicou à anta da Candieira. Com efeito, esta encontra-se reproduzida em litografia, de um conjunto de 10, alusivas a antas, publicada antes de 1868 pela Comissão Geológica de Portugal, conjunto que, contudo, jamais foi publicado. A presença de uma abertura de contorno sub-quadrangular não é de garantida antiguidade, embora se afigure de explicação problemática a sua abertura em tempos históricos, sem prejuízo de o seu interior ter sido utilizado até época recente. Trata-se do único exemplar deste tipo reconhecido em Portugal.

233 Ob. cit., pág. 117. (NA)

234 Esta interpretação obrigaria a que esta anta não possuísse tumulus, ou mamoa, o que se afigure não ser impossível, visto ser provável a existência de tais estruturas desprovidas daquela. Refira-se, entre outros monumentos megalíticos, o caso da Cista do Malhão, Alcoutim (cf. João Luís Cardoso e Alexandra Gradim, «A cista megalítica do Cerro do Malhão (Alcoutim)», *Revista portuguesa de arqueologia*, 6 (2), 2003, pp. 167-179), ou da região de Reguengos de Monsaraz (cf. João Luís Cardoso, «No limite oriental do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. 4.º volume da 2.º série das *Memórias d'Odiana*, da autoria de Victor S. Gonçalves. Uma apresentação crítica», *Al-Madan online*, série II (19), n.º 1, 2014, pp. 181-183).

Sarmento: «O leitor sabe decerto o que é a galeria de uma anta<sup>235</sup>. Se não sabe, imagine dois renques de pedras, em regra tendo metade da altura das paredes laterais da anta, assentados no mesmo pavimento e correndo numa mesma linha com elas, para a circunferência da *mammôa*, e na direção mais ou menos rigorosa do nascente. É como uma avenida da câmara funerária; e, visto esta ocupar sempre o centro da *mammôa*, a galeria está para ela como o raio de um círculo para o seu centro. A antela, pelo que fica dito atrás, nunca pode ter galeria, de modo que, muito embora do monumento central da *mammôa* não reste uma só pedra, a existência da galeria basta para o classificar como anta. A galeria da anta do Poço da Chã tem uma particularidade, que ainda não encontrei noutra parte: a entrada que vira para o nascente, e, já disse, olha para o vale de Azevedo, era ladrilhada, e o ladrilho ultrapassava alguns palmos a orla da *mammôa*...<sup>236</sup> Uma outra particularidade da anta que nos ocupa é que numa das pedras que entrou na sua construção aparecem duas covinhas (*fossetes* dos franceses), célebres por se encontrarem, pouco mais ou menos, por toda a parte, em Portugal, na Galiza, na Bretanha, na Inglaterra, na Suíça, etc., etc., e, a bem dizer, estampilhando monumentos pré-históricos de diversa ordem, mas sempre relacionados uns com os outros. A sua concavidade apresenta o aspeto que poderia deixar a impressão de um corpo esférico duro numa superfície branda, calculada a sua profundidade num terço proporcional ao seu diâmetro. Este diâmetro varia de 2 a 4 polegadas (por exceção, o dobro ou muito mais). As covinhas são, de ordinário, perfeitamente polidas, e também ordinariamente aparecem aos grupos, sem número certo. Tenho encontrado grupos de mais de 60; mas não vi que a sua distribuição obedeça a qualquer regra. O seu fim e significado são desconhecidos até hoje. Pertencem, porém, indubitavelmente à mesma categoria de sinais simbólicos que os círculos concêntricos, espirais, suartikas, etc., com os quais os tenho encontrado associados em mais de uma parte»<sup>237</sup>.

---

235 Cf. supra. (NA)

236 Esta situação observa-se em muitos outros monumentos dolmênicos e corresponde quer ao corredor intratumular, quer à câmara, quer ainda ao átrio de entrada, já a céu aberto.

237 In *Pero Gallego*, n.º 15, pág. 5. (NA)

Esta longa transcrição de Martins Sarmento ainda hoje se afigura essencialmente correta. Com efeito, é comum ver nos esteios ou nas lages de cobertura dos monumentos dolmênicos abundantes *fossetes*, como é o caso da já mencionada anta da Candieira. Neste caso, a ser provável que a anta se encontrasse totalmente coberta pelo tumulus ou mamoa, os referidos elementos deixariam de poder ser vistos, a menos que sejam posteriores, tendo sido executados em época em que a cobertura tumular já não existia.

Ainda a propósito das galerias, diz ele que, segundo se lê em algumas descrições, podem ser descobertas ou cobertas; ele, porém, nunca encontrou nenhuma coberta<sup>238</sup>.

As célebres covinhas (ao que parece, nome popular no Minho) constituem, pois, mais um problema para juntar aos já tão numerosos que os estudos pré-históricos suscitam.

Do mapa pré-histórico exposto no Museu da Secção Geológica (que o senhor Oliveira Martins resume a pág. 262 sq. dos seus *Elementos de Anthropologia*, 2.<sup>a</sup> edição), vê-se que existem antas em Trás-os-Montes, Minho, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve; falta ser representada a moderna província do Douro, onde, porém, elas decerto existiriam, como se pode concluir pelo onomástico<sup>239</sup>. O dito mapa dá conta de 179 antas. Este número acha-se hoje bastante aumentado pelas explorações do senhor Dr. Martins Sarmiento, que no seu *Relatorio* da expedição à serra da Estrela<sup>240</sup> e nos seus estudos publicados no *Pero Gallego* e no *Tirocinio* descreve muito mais. No opúsculo *Uma excursão ao Soajo*<sup>241</sup> menciona-se também a descoberta de mais seis antas no Alto Minho (a página 21).

Não se pode, por ora, inferir nada da distribuição geográfica delas no nosso país, não só porque a exploração não foi ainda completada, mas mesmo porque, nos sítios onde faltam atualmente as antas, a tradição e o onomástico acusam às vezes a sua existência<sup>242</sup>.

Pelo que respeita aos outros países, encontram-se elas por toda a parte em grande número, e os arqueólogos veem-se embaraçados para decidir se elas são obra de diferentes povos, ou se (o que me parece menos provável) de um só, que as distribuiu pela beira do mar, locais onde de preferência aparecem.

A página 21<sup>243</sup> do presente livro, disse eu que o nosso povo tinha batizado as cavernas com os nomes de mouros; o mesmo sucedeu às

238 *Loc. cit.* (NA)

Leite de Vasconcelos reportava-se aos corredores das antas, também designados por «galerias». Esta conotação nada tem a ver com os dólmenes designados por «galerias cobertas», nos quais a câmara se não diferencia do corredor, sendo conhecidas algumas ocorrências no litoral minhoto. Naturalmente, todas as galerias eram cobertas pelo tumulus, ou mamoa, e se atualmente tal não acontece é porque a erosão produziu a remoção daqueles montículos artificiais.

239 Este mapa, hoje desaparecido, resultaria da inventariação exaustiva das antas, então efetuada pelos coletores da instituição, de norte a sul do país, que a pouco e pouco iam identificando, no âmbito dos levantamentos geológicos de que estavam encarregados.

240 Trata-se do relatório publicado em 1883, na sequência da expedição organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881 (Francisco Martins Sarmiento, *Expedição científica á Serra da Estrela. Secção de Archeologia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1883).

241 Por J. Leite de Vasconcellos (Barcelos, 1882). (NA)

242 Atualmente, é possível ter uma visão geral da distribuição das antas pelo território nacional, verificando-se uma particular concentração de tais monumentos no Alto Alentejo Central, Beira Alta, Minho e Trás-os-Montes ocidental, embora a sua presença seja conhecida na totalidade do nosso território.

243 Veja-se, na presente edição, p. 532.

antas. Já acima vimos exemplos que não têm nada de extraordinário, porque na Escandinávia os monumentos antigos são atribuídos, em geral, aos finicos, na Baixa-Bretanha aos anões, na França a Gargântua, na Alemanha aos hunos, etc., etc.

Um destino mais curioso das antas é o seguinte: «Quanto a tradições ligadas a estes monumentos, em Canas de Senhorim (segundo o senhor Pinho Leal) era costume queimarem-se os dízimos sobre as antas desta localidade. Na anta de Carvalhal de Gouveias (como nos assegura o senhor Luiz Augusto Rebello da Silva, médico-cirúrgico em Pinhel) sucedia a mesma coisa, com a particularidade de se tirar da direção do fumo, conforme ele se inclinava para a direita ou para a esquerda, o prognóstico sobre a abundância ou carestia do ano»<sup>244</sup>.

Como eu já notei, nas antas encontram-se muitas vezes instrumentos de pedra, etc. É que, como acontece em muitas partes, se enterravam com os mortos os objetos do seu uso. Eis aí, talvez, mais uma prova da crença na eternidade.

b) Antelas<sup>245</sup> – As antelas (diminutivo de anta) são sepulturas quadrilongas fechadas pelos seus quatro lados e tapadas com diferentes pedras, postas ao través do seu diâmetro pequeno. É a definição que dá o senhor dr. Martins Sarmiento. Diferençam-se<sup>246</sup> das antas: primeiro, por não terem uma mesa, ou lájea única a cobri-las; segundo, porque a entrada para elas é por cima e não pelo lado, como nas antas. Tanto às antelas cobertas pela *mammôa*, como às simples *mammôas*, dão os arqueólogos estrangeiros o nome de *tumuli*. Nós, porém, os portugueses, devemos empregar as denominações nacionais<sup>247</sup>.

No pré-citado trabalho do senhor Martins Sarmiento sobre o Minho, lê-se a descrição de muitas. Escuso de insistir mais sobre este ponto.

As antelas, segundo o mesmo arqueólogo, recebem também no Minho o nome de antinhas. Nelas se encontram, como disse, instrumentos pré-históricos.

244 Relatório da expedição à serra da Estrela, por F. Martins Sarmiento, pág. 21. Sobre superstições semelhantes, vide *Tradições populares de Portugal*, por J. Leite de Vasconcellos, cap. II. (NA)

245 Esta designação caiu em desuso, em termos arqueológicos, sendo substituída pela de «cista», «cista megalítica» ou «sepultura cistoide», que corresponde, genericamente, à descrição apresentada. No entanto, a designação «antela» ou «antelas» persiste no vocabulário popular, tendo sido fixada pela toponímia.

246 *diferençam-se* = diferenciam-se.

247 Tumulus, plural *tumuli*, são os montículos artificiais que cobriam as antas propriamente ditas, ou, por vezes, também algumas cistas. Ulteriormente, verificou-se existirem *tumuli* sem a existência de qualquer estrutura pétrea subjacente, podendo cobrir simples covachos onde se efetuavam os sepultamentos. Tais *tumuli* prolongam-se pela Idade do Bronze, podendo relacionar-se nalguns casos com sepulturas de incineração, ou simplesmente com deposições rituais de objetos, ainda que potencialmente com conotação funerária (cf. João Luís Cardoso, *Pré-história de Portugal*, op. cit.).

- c) Antinhas – Nuns casos, antinhas parece significarem antelas. Noutros casos significam coisa diversa, como se deduz do seguinte: «Com o nome de antinhas são conhecidas, desde Belmonte até Idanha-a-Velha, algumas construções, que não sabemos classificar, por não podermos fazer delas uma perfeita ideia. São antas? São antelas? Forcejámos inutilmente por apurar se estas construções tinham um dos lados aberto. A resposta insistente é que são uma espécie de «poço». Sendo antas, falta-lhes em todas a mesa. Um são redondas; outras, quadrilongas. As redondas compõem-se de sete e oito pedras, que têm de altura, umas 3, outras 4 metros e mais. Estão descobertas; mas é para notar que outro nome com que são designadas é o de «madorras», que em muitas partes é sinónimo de *mammôa*. Algumas ocupam o cimo dos outeiros, como a do Torrão (Idanha-a-Velha), que fica no alto do cabeço dos Mouros; outras acham-se em planícies. Nomearam-nos, além da do cabeço dos Mouros, uma em Belmonte, perto do Zêzere; três na ribeira da Meimoa; uma perto da quinta do Ortigal; uma no Arundinho, perto de Unhais; três na ladeira dos Vinte<sup>248</sup>. Têm sido encontradas dentro delas «cunhas que medem de comprido 20 a 25 centímetros e 8 a 10 de largo, e estas têm a cor preta e parecem de pedra» (machadinhas, sem dúvida). Demais disso, aparecem também «costeletas, como de porco, mas dispersas, e têm a cor de café escuro; são rijíssimas e feridas com fuzil ferem lume como se fossem pederneiras» (facas de sílex, parece)<sup>249</sup>.

Há também sítios com o nome de Antinhas.

- d) Pias – Com o nome de «pias» são conhecidas no Minho, no Douro e na Beira Baixa sepulturas abertas em rocha. É provável mesmo que Casal de Pias, que fica perto de Castelo Rodrigo, deva a sua denominação às muitas sepulturas que há perto<sup>250</sup>.

Eu tenho encontrado algumas destas sepulturas nas margens do Douro. No adro de uma igreja de Mogadouro, junto ao velho castelo, há uma boa porção delas, em parte cobertas pelos alicerces da igreja,

248 As descrições apresentadas são concordantes com as das pequenas antas construídas em regiões xisto-grauváquicas, onde seria impossível encontrar elementos pétreos de assinaláveis dimensões, explicando-se assim a ausência da laje de cobertura, que poderia ser substituída por estruturas de madeira suportando várias lajes de dimensões modestas.

249 *Relatório da expedição á Serra da Estrella*, por F. Martins Sarmento, pág. 23. (NA)

250 Cfr. *ib.*, pág. 21. (NA)

o que prova que são anteriores a esta. No Mogadouro, porém, não me recorde de lhes ouvir chamar pias.

No *Relatório* da expedição à Serra da Estrela vêm dois desenhos destas sepulturas. A figura 6 mostra o esboço de uma das que eu vi no Mogadouro<sup>251</sup>.

As do Minho variam muito de forma. Não se sabe que dentro delas aparecesse alguma coisa, nem se sim ou não estavam cobertas por *mammôas*.

E a que época ou épocas pertencem ao certo umas e outras?



Figura 6

e) Grutas – Em todas as épocas se enterraram os mortos em grutas. Vide o livro de Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações e monumentos pre-historicos* (Lisboa, 1878)<sup>252</sup>.

### 11) Megálitos diversos

Chamam-se em arqueologia pré-histórica «megálitos» os monumentos de grandes dimensões, como, por exemplo, as antas; quando se compõem de uma só pedra, têm geralmente o nome de «monolitos»<sup>253</sup>.

Além das antas, de que já falei, os arqueólogos conhecem: o menhir<sup>254</sup>, monolito tosco, isolado, de maiores ou menores dimensões, enterrado verticalmente no solo; o *cromleck*, grupo de menhires que formam uma curva; o alinhamento, fileira de menhires; a pedra baloiçante, rochedo enorme pousado sobre outro em certas condições de equilíbrio e oscilando a um certo impulso<sup>255</sup>.

251 Trata-se de sepulturas escavadas na rocha, de contorno subtrapezoidal, por vezes antropomórfico, por vezes com um recorte destinado à cabeça do cadáver, como é o caso do exemplar representado por Leite de Vasconcelos na Fig. 6 do seu livrinho. A cronologia destas sepulturas situa-se desde os finais da Alta Idade Média até aos inícios da Baixa Idade Média, distribuindo-se desde o norte do país até ao Alto Alentejo, aproveitando frequentemente as superfícies de extensos afloramentos graníticos e raramente se encontrando isoladas.

252 Nesta obra (Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações [...]*, I, op. cit.) publicam-se os resultados das escavações realizadas por Carlos Ribeiro numa pequena cavidade natural aberta na escarpa calcária que delimita de um dos lados o povoado pré-histórico de Leceia e na qual se recolheram restos de alguns indivíduos ali depositados secundariamente (cf. João Luís Cardoso et al., *O homem pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de antropologia física*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1991). Porém, Leite de Vasconcelos poderia ter invocado, com maior propriedade, a gruta da Casa da Moura, ou a da Furninha, como necrópoles neolíticas importantes, as quais refere em passagens anteriores desta sua obra.

253 «Menires» será o termo mais adequado.

254 *menbir* = menir.

255 Para esta nomenclatura e mais minudências, vide A. Filipe Simões (*Introdução à Archeologia*, cap. VI), Estacio da Veiga (*Antiguidades de Maфра*, pág. 6). (NA)

Têm-me dito que existem em Portugal todos estes monumentos<sup>256</sup>; mas faltam-me indicações positivas para deles poder dizer aqui alguma coisa. O onomástico também neste caso poderia servir de auxílio ao arqueólogo. Assim, Peravana («pedra abana») é provável que conserve a memória de uma pedra baloiçante<sup>257</sup>.

### Resumo<sup>258</sup>

A vida neolítica passou-se em melhores condições que a paleolítica.

O clima devia diferir muito pouco do atual.

O homem caçava ainda e pescava; mas já sabia também extrair alguns produtos da terra, essa fecunda mãe sempre pronta a dar.

Diferentes raças habitaram o nosso solo – raças que, em parte, seriam representantes das do período precedente<sup>259</sup>, em parte representantes de raças novas, vindas de longe. De feito<sup>260</sup>, os caracteres anatómicos estabelecem analogias entre os habitantes neolíticos de Portugal e os de outros pontos, como os de Canstadt (raça representada no cabeço da Arruda), os mongóis, os bascos. A análise dos produtos da civilização leva a resultados semelhantes. Já acima vimos que as antas enxameavam toda a terra, e não pode deixar de se estabelecer uma relação tal ou qual, se não de parentesco biológico, pelo menos de comunicação, entre os construtores delas. O mesmo direi para as enigmáticas covinhas. Muitas machadinhas da Furninha são feitas de diferentes rochas que não existem na localidade, o que mostra que os trogloditas de Peniche comunicavam com tribos de regiões afastadas<sup>261</sup>. Em Liceia apareceram muitos instrumentos de substâncias que não só não têm jazigo ali, mas nem mesmo no país, como o sílex negro, o que confirma o raciocínio precedente. As construções e a cerâmica

---

As «pedras baloiçantes» resultam da erosão de grandes massas graníticas, isolando-as naturalmente, produzindo assim aquele tipo de ocorrências, de carácter estritamente natural.

256 Os alinhamentos pré-históricos de menires só excepcionalmente é que foram identificados no território português. Trata-se de um conjunto de pelo menos três estelas-menir do arranco do Lavajo, Alcoutim (cf. João Luís Cardoso *et al.*, «Menires do Alto Algarve Oriental: Lavajo I e Lavajo II (Alcoutim)», *Revista portuguesa de arqueologia*, 5 (2), 2002, pp. 99-133). Existe um alinhamento de menires em Tera, Montemor-o-Novo, publicado por Leonor Rocha e colaboradores, mas é possível que a sua cronologia seja já da Idade do Ferro, uma vez que ali se encontraram, em aparente associação, espólios daquela época.

257 Adolfo Coelho, in *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 419. (NA)

258 Tratando-se de resumo da exposição anterior, a qual foi devidamente comentada, optou-se por prescindir de apresentar nesta parte do trabalho quaisquer comentários, por se afigurarem redundantes com os anteriormente apresentados.

259 No cabeço da Arruda (época neolítica) apareceu um crânio, onde os autores da *Crania ethnica* (Quatrefages e Hamy) veem a fusão de duas raças, uma das quais é a do Vale do Arieiro (época paleolítica). (NA)

260 de feito = com efeito.

261 *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, 231. (NA)

liceienses não deixam igualmente de abonar, segundo Carlos Ribeiro, a existência de duas civilizações nesse território da Estremadura<sup>262</sup>.

Além das raças pequenas de que falei, viveram também (ao que parece) em Portugal raças de talhe gigantesco (ou, pelo menos, pouco comum) e que não deixariam, porventura, de se relacionar com os homens grandes, fortes, musculosos, ósseos, de nariz às vezes aquilino, que Henri Martin observou em Castela e que, na opinião dele, representarão talvez uma raça pré-histórica (*Compte-rendu*, 231).

Destes homens, uns extinguir-se-ão na luta pela existência, outros perpetuar-se-ão ligados com os que provieram das invasões e comunicações subsequentes.

Apesar de toda a vantagem sobre o período precedente, que costumes os do período neolítico!...

O homem era antropófago, pintalgava o seu corpo com drogas e envolvia o pescoço em colares de contas, porque (como Spencer nota) a humanidade tratou primeiro de se adornar do que de se vestir!

Por toda a parte esculpia hieroglíficos e levantava monumentos. Quando a morte vinha bater-lhe à porta da gruta de terra, o seu corpo era arrastado para uma anta, sobre a qual depois os parentes e os amigos celebravam festins cruentos e faziam libações bárbaras por grosseiras taças de barro, à maneira dos selvagens modernos – costumes que, em parte, se conservaram nas tradições populares.

A eternidade era acaso um longo mundo, de luta e de ação, onde a vida terrestre se continuava; por isso se depositavam junto do morto armas e utensílios para ele prosseguir lá nos seus hábitos guerreiros ou laboriosos.

---

262 Carlos Ribeiro, *Notícia de algumas estações*, etc. 1878, pág. 64-68. (NA)

## CAPÍTULO II

### ÉPOCA DOS METAIS

#### I – PERÍODO DO BRONZE

##### Sumário

PRELIMINARES. – A) MEIO CÓSMICO: importância dos metais para a civilização. – B) A RAÇA. – C) CIVILIZAÇÃO DO BRONZE: 1) instrumentos: machados, armas, facas, espadas; 2) ídolos; 3) antas; 4) estações; minas, habitações lacustres. – Considerações finais.

Na *Iliada* e na *Odisseia* o bronze é dado como matéria-prima das armas de guerra mais vezes do que o ferro<sup>263</sup>, sendo este, porém, muito empregado nos instrumentos agrários. Hesíodo diz que os povos antigos (antigos em relação a ele) empregavam o bronze e que foi só mais tarde que o ferro se descobriu<sup>264</sup>. Por isso, de uma maneira geral, o período do bronze faz, até certo ponto, já parte dos tempos históricos. No entanto, como as divisões pré-históricas não são comuns, em absoluto, aos diversos países, e, pelo contrário, particulares a cada um, eu ocupar-me-ei aqui desse período, que está plenamente reconhecido no nosso país<sup>265</sup>.

Tem-se discutido se seria precedido pelo do cobre, porque o bronze (como se sabe) resulta de uma liga daquele metal com o estanho; mas, por um lado, os instrumentos de cobre não apareceram em condições perfeitamente características, e, por outro lado, a análise química não demonstrou ainda que todos os objetos que se dizem de cobre o sejam; além disso, o senhor Gabriel de Mortillet, refutando no congresso de Lisboa as opiniões do senhor Vilanova, que admite para a Espanha um período do cobre, assevera que os machados chatos de cobre parecem

---

263 Os acontecimentos relatados nestas duas obras remontam ao final da Idade do Bronze, pelo que não espanta que as armas fossem todas de bronze.

264 Vide Carlos Ribeiro – *Relatório* do congresso de Bruxelas, pág. 73 e 78. (NA)

A tradição literária está conforme à evidência arqueológica, pois, na verdade, o uso do bronze antecedeu o do ferro.

265 Na Europa ocidental, a inclusão da Idade do Bronze nos tempos pré-históricos não é opção uniformemente seguida. Em Portugal, a prática tem sido a de considerar o fim da pré-história coincidente com o Bronze Final, com *terminus* na transição do séc. IX para o séc. VIII a.C. na parte meridional do atual território português, dado que o registo histórico (escrito) relativo aos testemunhos arqueológicos aqui existentes se revela apenas por informações indiretas, reportadas a outras regiões da bacia mediterrânica.

muito mais recentes que os de bronze, datando mesmo do fim da época que este metal caracteriza<sup>266</sup>.

Outro ponto igualmente discutido é a origem do bronze: a maioria das opiniões opta pela origem oriental, o que, todavia, não significa que a metalurgia do bronze não tivesse, como teve, e no congresso de Lisboa se demonstrou, uma existência própria e brilhante em Portugal. Esse esplendor pertencia acaso à península toda, pois que Estrabão fala de espadas de bronze feitas em Cádiz, e diz que os habitantes das Baleares eram ótimos fundidores desde a época fenícia<sup>267</sup>.

Descrerei em comum os objetos de bronze e os de cobre, em virtude do que fica exposto. Seguirei a ordem do costume.

#### A) MEIO CÓSMICO

Este parágrafo é necessariamente pequeno. O metal domina a cena. Sem custo se compreende como a descoberta do bronze e do cobre imprimiu à civilização pré-histórica um cunho diferente do que tinha, e como a fez prosseguir rapidamente na via esplendorosa do progresso.

A pedra, embora polida e aperfeiçoada, ficava com um uso muito restrito; talvez até se conservasse apenas como símbolo em certos ritos, segundo se provou para alguns povos.

A uma indústria humilde e primitiva sucedia agora outra, verdadeiramente assombrosa. As fundições estabelecem-se, e os vapores metálicos, que se elevam dos cadinhos, inflamam os novos Vulcanos,

<sup>266</sup> Vide o *Compte-rendu*, pág. 357 e 365. (NA)

De facto, a existência de uma Idade do Cobre na Península Ibérica foi questão muito discutida no congresso de 1880, sendo defendida por Juan de Vilanova, pouco depois apoiado por Estácio da Veiga, com base nos resultados das suas investigações no Algarve (cf. Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos, op. cit.*). Presentemente, é dado assente a sua existência na pré-história europeia, podendo designar-se também por «Calcolítico», que substituiu paulatinamente na literatura arqueológica, a partir da década de 1970, o termo pouco claro de «Eneolítico», ou o ainda menos claro «Bronze Mediterrâneo» I, da periodização de Julio Martínez Santa-Olalla (Julio Martínez Santa-Olalla, «Esquema paletnológico de la Península Hispanica», in Julio Martínez Santa-Olalla (ed.), *Corona de estudios que la Sociedad Española de Antropología Etnografía y Prehistoria dedica a sus martires*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1946, pp. 141-166).

<sup>267</sup> Na verdade, a metalurgia do bronze era corrente em contexto doméstico desde o Bronze Final, tendo-se generalizado no Ocidente peninsular a partir do séc. XII a.C. até ao final da Idade do Bronze, na transição do séc. IX para o séc. VIII a.C. Entre as produções bronzíferas, detinha especial importância, pelo seu significado social e até simbólico, a produção de espadas, de que se conhecem diversos exemplares em território português. Não deixa de ser interessante a menção que Leite de Vasconcelos atribui a Estrabão sobre a produção de espadas de bronze em Cádiz. Tenha-se presente que, no ano de 1923, se encontrou um notável conjunto de produções de artefactos de bronze, entre as quais as espadas, em dragagens na ria de Huelva (cf. José Terrero, *Armas y objetos de bronce extraídos en los dragados del puerto de Huelva*, Madrid, Hauser y Menet, 1924; Martín Almagro, *Inventaria archaeologica. España fascículos 1-4: E. 1 (39 láminas). Deposito de la ria de Huelva*, Madrid, Instituto Español de Prehistoria, 1958), resultantes certamente de um naufrágio.

que, sombrios e tisonados, com o ardor dos grandes empreendimentos e a majestade a um tempo bárbara e heroica dos iniciadores agitam o lume e brandem o martelo.

Tolda-se o ar com o fumo; o sol quase se eclipsa; mas, no meio de toda essa obscuridade passageira, mais aparente que real, o espírito fulge em toda a sua pureza, como uma estrela que rompe a noite.

A natureza fornecera ao homem novas armas contra ela; as feras têm mais um inimigo e os exércitos mais um meio de ataque e defesa.

Na península havia muitas minas de cobre: o homem, aproveitando-as, fortificava-se no trabalho e no amor da terra.

## B) A RAÇA

Não sei que existam a descoberto crânios deste período; assim, o pouco que se pode dizer sobre a raça é inferido dos dados etnográficos, principalmente<sup>268</sup>.

Vimos, há pouco, que se admitia que o uso do bronze veio do Oriente para a Europa. Mas este facto demonstra só por si que o nosso país, neste período, seria teatro de uma invasão de raças novas? Por nenhum modo. Testemunha, quando muito, relações comerciais em maior ou menor grau.

As armas de bronze e cobre da Península Ibérica parece mostram que aqueles que as empunhavam eram de estatura baixa e mãos muito pequenas, como certos povos da Ásia ainda existentes, porque os punhos dessas armas não medem mais de 4 ou 5 centímetros<sup>269</sup>.

Este facto poder-se-á, até certo ponto, relacionar com essoutro, que mencionei acima, de serem também muito pequenas algumas das raças do período neolítico<sup>270</sup>.

A ser assim, havemos de concordar que se deu nesses nossos antepassados um progresso notável, porque não só a civilização dos metais

268 Ainda hoje, no que respeita ao território português, as informações resultantes do estudo antropológico dos restos ósseos de populações da Idade do Bronze são muito mais incompletas do que as relativas ao Neolítico ou ao Calcolítico, em resultado de um muito menor número de necrópoles, excetuando-se as necrópoles do Bronze do Sudoeste. No entanto, por se situarem, na maioria dos casos, em zonas de solos ácidos, a conservação dos restos ósseos é em geral má.

269 Cf. A. Filipe Simões, *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*, pág. 122. (NA)  
No entanto, a afirmação de que os punhos das espadas da época não possuíam mais de 4 a 5 cm é exagerada.

270 Vide o presente livrinho, pág. 29. (NA)  
Na verdade, a estatura média das populações neolíticas e calcolíticas seria não muito inferior à das populações portuguesas antigas, pois foi apenas a partir do séc. xx, com a melhoria das condições sanitárias e alimentares, que a estatura média dos portugueses aumentou.

é infinitamente mais perfeita do que a da pedra, mas (como os arqueólogos confirmam e eu já disse) a metalurgia do bronze teve aqui um grande desenvolvimento<sup>271</sup>.

### C) CIVILIZAÇÃO DO BRONZE

Ocupar-me-ei sucessivamente, ainda que muito em resumo, dos instrumentos, ídolos, antas e estações.

#### 1) Instrumentos

Os instrumentos de cobre e bronze são muito variados:

- a) Machados, como o que a figura 7 representa, que são os mais simples e se assemelham a uma cunha, à maneira de certos machados de pedra<sup>272</sup>; e machados relativamente mais pequenos, com duas orelhas<sup>273</sup>.
- b) Pontas de lança, como a que a figura 8 representa<sup>274</sup>.  
(Tanto o instrumento representado na figura 8 como o da figura 7 foram encontrados no Alentejo e pertencem à coleção do meu amigo Alfredo Xavier Pinheiro, inteligente académico do Porto).
- c) Facas e serrotes – Na citada obra de Filipe Simões veem-se (a página 118) os desenhos de dois instrumentos desta espécie<sup>275</sup>.

271 Mercê da existência de cobre e de estanho, o território português foi palco, no decurso da Idade do Bronze, de uma intensa atividade metalúrgica, que originou mesmo a exportação de certas produções metálicas, especialmente para o Mediterrâneo, onde poderiam ser copiadas; é o caso de certas foices de talão, de machados de alvado e de machados planos de talão (cf. João Luís Cardoso, «Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects», *Rivista di scienze preistoriche*, 65, 2015, pp. 149-170).

272 Pela figura, verifica-se que se trata de um machado de contorno subtrapezoidal, com gume convexo pouco desenvolvido, pelo que tipologicamente se enquadra entre as produções calcólicas, devendo, conseqüentemente, ser de cobre e não de bronze. Os machados de bronze desta tipologia possuem gumes mais convexos e desenvolvidos.

273 Provável referência aos machados de alvado com duas argolas, mais pequenos do que a generalidade dos machados planos em forma de cunha, embora também existam machados de talão munidos de duas argolas, de maiores dimensões.

274 O desenho é muito tosco e desprovido de escala, pelo que se torna difícil a identificação tipológica do exemplar, mas tudo indica corresponder a uma ponta de espigão de tipo Palmela, tal como o machado de época calcólica.

275 As gravuras apresentadas na referida obra reproduzem exemplares do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal), os quais tinham sido já reproduzidos em litografias coloridas da Comissão Geológica de Portugal, anteriores a 1868, as quais só recentemente foram publicadas (cf. Júlio Roque Carreira

d) Espadas e punhais, que afetam formas muito variadas<sup>276</sup>.

## 2) Ídolos

Todos os povos, num grau adiantado de civilização, têm crenças religiosas, mais ou menos abstratas e filosóficas. A julgar por algumas figuras existentes na Biblioteca de Évora, e que consistem em quadrúpedes (cabras?) e seres grosseiríssimos do sexo masculino e feminino, os nossos avós do período de bronze prestavam culto aos ídolos<sup>277</sup>. De feito, as investigações arqueológicas demonstram que o *pantheon* lusitano (isto é, de origem pré-romana) era muito povoado. Estrabão é mesmo bem claro a este respeito<sup>278</sup>.



Figura 7

## 3) Antas

A época dos metais não estabelece antinomia com a da pedra: é um progresso apenas. As antas continuaram, pois, a existir, como se prova com os machados de bronze que se encontraram no Alentejo nos monumentos fúnebres dessa espécie<sup>279</sup>. Tais machados pertencem ao tipo mais primitivo, quero dizer, ao que mais se aproxima de alguns de pedra polida.

e João Luís Cardoso, «Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal», *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 82, 1996, pp. 145-168).

276 Na Idade do Bronze Final, avulta no território português a ocorrência de espadas de «tipo pistiliforme» e de «tipo língua de carpa», bem como os punhais de «tipo Porto de Mós».

277 As pequenas esculturas de bronze existentes atualmente no Museu de Évora, e à data conservadas na biblioteca da mesma cidade, pertencem à antiga coleção de D. Manuel do Cenáculo, bispo de Beja e depois arcebispo de Évora, e reportam-se a épocas distintas; assim, as representações de cabras podem ser de época romana, enquanto as figuras antropomórficas mencionadas pertencem à Idade do Ferro, integrando certamente um pequeno santuário rupestre ou doméstico, de localização desconhecida.

278 Esta é uma temática que certamente já interessava Leite de Vasconcelos, a qual se encontra magistralmente tratada na célebre obra em três volumes *Religiões da Lusitânia* (José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897-1913, 3 vols.).

279 Possidónio da Silva, *Sur les haches en bronze trouvées en Portugal* (in *Compte-rendu* do congresso de Lisboa, pág. 358). (NA)

A ocorrência de artefactos da Idade do Bronze e de épocas ulteriores nas antas mostra que a sua reutilização com diversos fins foi uma realidade até à atualidade. Na Idade do Bronze, tais monumentos continuariam a ser utilizados como sepulcros, explicando-se assim a presença de tais

#### 4) Estações



Figura 8

a) Minas – A página 57<sup>280</sup>, disse eu que havia na península muitas minas de cobre. No Alentejo é conhecida, por exemplo, a mina pré-histórica de Ruy Gomes, de cobre. Filipe Simões pergunta, a propósito desta mina, se com ela se poderá relacionar o facto da existência de grande número de machados de cobre que apareceram naquela província<sup>281</sup>. Também a página 57<sup>282</sup> eu me referi ao desenvolvimento que nos tempos históricos teve na península a metalurgia. Estrabão entra até em particularidades sobre o modo como as mulheres da Ibéria recolhiam o ouro das areias dos rios<sup>283</sup>. Políbio escreveu também um livro sobre o assunto; mas esse livro perdeu-se, e conhecemo-lo apenas pelas citações dos autores posteriores.

b) Habitações lacustres – Ao começar este parágrafo, recomendo a leitura do elegante trabalho do senhor Anselmo de Andrade *As populações lacustres* (Lisboa, 1882), sobre o qual se ventilou uma questão científica entre o autor e o senhor Adolfo Coelho no *Jornal do Commercio* de Lisboa<sup>284</sup>.

As habitações lacustres são construídas nos lagos, nos pântanos, ou à beira do mar, sobre estacas ou colunas de pedra. Os autores clássicos (Heródoto, Hipócrates) referem-se já a elas. Estas habitações usam-se ainda nos tempos modernos, como em Java, na África e na Ásia.

---

espólios. No entanto, o machado referido por Leite de Vasconcelos, sendo reportável ao tipo mais primitivo, deverá ser de cobre e reportar-se ainda ao Calcolítico.

280 Veja-se, na presente edição, p. 575.

281 *Introdução á Archeologia*, pág. 116. (NA)

Com efeito, a metalurgia do cobre foi intensamente praticada em diversos povoados calcolíticos alentejanos e algarvios, facto que se pode imputar às disponibilidades cupríferas ali existentes.

282 Veja-se, na presente edição, p. 574.

283 Quase todos os mais importantes rios portugueses conheceram explorações auríferas. O mais conhecido curso de água português, sob este ponto de vista, é sem dúvida o rio Tejo (cf. João Luís Cardoso *et al.*, «Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo», in João Luís Cardoso e Martín Almagro-Gorbea (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade de Prata da literatura latina*, Lisboa, Madrid, Academia Portuguesa da História/ Real Academia de la Historia, 2011, pp. 169-188), cujas areias auríferas explicam as sucessivas explorações, a par dos seus afluentes, de que resultaram, nalguns casos, amontoados de seixos rolados – as conheiras –, consequentes das lavagens dos sedimentos pela água conduzida por estruturas hidráulicas de madeira.

284 Trata-se de um opúsculo relacionado com trabalho académico apresentado à Universidade de Coimbra, totalmente desligado da prática arqueológica e da realidade portuguesa, onde não se conheciam, nem conhecem, quaisquer vestígios de habitações lacustres palafíticas pré-históricas.

No nosso país, não consta que se tenham descoberto estações lacustres pré-históricas. Na tradição portuguesa encontra-se uma lenda, segundo a qual uma cidade transmontana, por ter negado hospitalidade a um santo peregrino, foi condenada a ser submergida<sup>285</sup>; mas esta lenda é comum a outros países: corre, por exemplo, em Issarlès<sup>286</sup>, e por isso não basta para provar que em Portugal houvesse habitações lacustres. É mais importante o que diz Carlos Ribeiro: «A construção de cabanas sobre estacas ainda hoje se usa em Portugal junto à costa marítima, para habitações de pescadores»<sup>287</sup>.

Houve quem admitisse que as habitações lacustres propriamente ditas remontavam ao período neolítico; mas parece estar assente que não passam além do período do bronze<sup>288</sup>.

A querer seguir exatamente a mesma ordem que segui no capítulo precedente, deveria fazer agora um resumo do que disse sobre o período do bronze; mas como o que deixo exposto é já de si tão breve, condensá-lo ainda mais seria reduzi-lo a doses homoeopáticas.

Por isso passo imediatamente ao período do ferro.

## II – PERÍODO DO FERRO

Este período quase já sai fora dos limites em que me circunscrevi, porque pertence na maior parte à história propriamente dita. Farei, pois, somente algumas considerações muito ligeiras.

Entre os quatro períodos pré-históricos, os dois da pedra e os dois dos metais, não se ergue nenhuma barreira. O período paleolítico

---

285 Anselmo de Andrade, *ob. cit.*, pág. 17. (NA)

286 Ver a revista *Mélusine*, 1, 327-329. (NA)

Outros trabalhos da época em que Leite de Vasconcelos redigiu esta obra vão também nesse mesmo sentido: em 1871, E. Chantre, ao publicar os espólios arqueológicos, já de épocas históricas, do lago de Paladru (Isère, França), faz menção a lenda semelhante: «La ville maudite du lac de Paladru s'appelait Ars, et les habitants furent punis pour avoir persécuté les religieux de la chartreuse voisine, Sylve-Bénite» (Ernest Chantre, *Les palafites ou constructions lacustres du lac Paladru*, Grenoble, Typographie et Lithographie Maisonville & fils, 1871, p. 3).

287 *Relatório do Congresso de Bruxelas*, pág. 84. (NA)

288 Pensava-se, até época recente, que tais habitações, particularmente conhecidas em diversos lagos suíços, por vezes formando pequenos núcleos habitacionais, tivessem sido construídas em estacarias sobre as águas, para evitar diversos perigos, dado que presentemente os restos dessas fundações de madeira se encontram submersos. Sabe-se hoje que essas habitações se situavam à borda dos lagos, mas não no seu interior, tendo sido a subida do nível das águas daqueles que levou os arqueólogos a tirarem tais conclusões. A sua cronologia é extensa, como se pode concluir pela tipologia dos espólios arqueológicos, desde a época neolítica até pelo menos a Idade do Ferro, com uma importante concentração na Idade do Bronze.

penetra, numa dada medida, no neolítico; estes ambos, no do bronze; todos três, no do ferro. Nem, creio eu, se pode compreender de outra maneira a marcha da civilização<sup>289</sup>.

Assim, em antas do concelho de Barcelos, o senhor Sarmento encontrou fragmentos de ferro de envolta com armas de pedra<sup>290</sup>. As antas do Âncora e do Neiva forneceram achados semelhantes<sup>291</sup>. No vale do Âncora apareceram mesmo, nas antas, fragmentos de telha romana, o que prova que aqueles monumentos continuaram a viver durante o domínio do povo-rei<sup>292</sup>. No *Relatório* do congresso de Bruxelas, Carlos Ribeiro afirma ter encontrado um bocado de ferro semelhante a um prego, associado a um instrumento de pedra, e envolvido tudo numa pasta de argila vermelha calcarífera<sup>293</sup>.

Muitas vezes, porém, o aparecimento, num certo período, de objetos característicos de períodos anteriores não prova o uso deles como tais, mas como ornatos, como amuletos, como objetos de luxo, como curiosidades. Assim, pelo motivo de guardar o nosso povo muito bem guardadas as armas de pedra, a título de talismãs, seria loucura inferir que a idade neolítica chegou até nós<sup>294</sup>.

Muitos dos nossos montes, em todas as províncias, estão cheios de antigualhas, de ruínas curiosíssimas. Em alguns deles encontraram-se também armas de pedra ao lado de instrumentos e objetos de ferro, como em Sabroso (no Minho), digno émulo da citânia de Briteiros<sup>295</sup>.

---

289 A ideia que o autor pretendia expressar, talvez de forma pouco clara, era a de que as construções realizadas numa dada época poderiam ser objeto de reutilização em épocas mais modernas, o que não significa que se continuassem a produzir. Os exemplos a seguir apresentados reforçam ser esta a ideia que se encontrava no seu espírito, aliás verdadeira. Mas o facto de uma anta ter sido reutilizada na Idade do Ferro, ou já no período romano, como pequeno abrigo ou palheiro, pelo facto de ali terem sido recolhidos fragmentos de ferro e de telhas romanas, não significa, bem pelo contrário, que tal monumento conservasse o estatuto de sepultura, que presidiu à sua construção, o qual se tinha entretanto perdido na memória dos sucessivos povos que habitaram o mesmo local, pelo que neste caso não se aplica o conceito da continuidade, porque o significado primitivo da sua utilização se perdeu, imperando apenas a perspectiva utilitária e funcional da sua reutilização.

290 Ver *Tirocinio*, n.º 9. (NA)

291 Ver *Pantheon*, pág. 3. (NA)

292 Ver *Pero Gallego*, pág. 3. (NA)

293 Ob. cit., pág. 73. (NA)

A afirmação de Carlos Ribeiro (cf. Carlos Ribeiro, *Relatório acerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica verificada na cidade de Bruxelas no mez de agosto de 1872, op. cit.*) é transcrita de forma correta, porém nada tem de extraordinário: a explicação para o instrumento de pedra de que fala o ilustre geólogo e arqueólogo (trata-se de um machado de pedra polida) se encontrar no mesmo depósito onde jazia um fragmento de ferro semelhante a um prego resultaria simplesmente do remeximento do referido depósito, ainda que o mesmo aparentasse estar intacto.

294 Já anteriormente Leite de Vasconcelos tinha referido os machados de pedra polida como objetos de carácter protetor das trovoadas, convicção que perdurou até época recente (40 ou 50 anos), nos meios rurais do nosso país.

295 Esta observação é real e pode facilmente explicar-se pelas próprias considerações apresentadas no parágrafo anterior. Outra hipótese seria a de Sabroso possuir uma ocupação pré-histórica, a qual não foi, porém, evidenciada por qualquer camada arqueológica ou estruturas que se tivessem identificado, mas apenas por objetos avulsos.

Convém, a este propósito, dizer que em Portugal os monumentos arcaicos, luso-romanos ou pré-romanos, são conhecidos por diversos nomes: «castêlo», «castélo», «crasto» (do latim *castrum*). Algumas terras chamam-se ainda Crastelo, Crestelo e Cristelo, termos diminutivos de «castro». Outras designações de ruínas são cidade, cidade e citânia. A palavra cidade é evidentemente o latim *civitatem* e constitui a forma anterior de «cidade». A etimologia de «citânia» tem dado que cismar aos arqueólogos, mas ela parece-me simples, *salvo meliori*: o português «cidadão» vem de um derivado latino *civitanus* (cf. o francês *citoyen*, o provençal *ciptadan*, etc.); ora, desta palavra podia formar-se *civitatania*, como de *romanus* se formou *Romania* (cf. ainda, quanto ao sentido, «freguesia», de «freguês»), e de *civitaniania*, pelo intermédio *civitaniania*, vir perfeitamente «citânia»<sup>296</sup>. Não vejo objeção possível a esta minha etimologia; em todo o caso sujeito-me, como disse, à crítica competente.

---

296 *Civitaniania* dava *civitaniania* (*civi[ta]niania*) por dissimilação, pois que a sílaba *ta* estava repetida; *civitaniania* dava *citania* (*ci[vi]tania*) como *cividade* deu cidade (*ci[vi]dade*). Qualquer filólogo admitirá isto sem repugnância. (NA)

Nesta observação, evidencia Leite de Vasconcelos, ainda como jovem aluno de medicina, o seu conhecimento e interesse pela etimologia e pela linguística, de que viria a ser um eminente cultor.

## ABREVIATURAS GERAIS E SIGLÁRIO

<b>anot.</b>	anotação	<b>p.</b>	página
<b>cap.</b>	capítulo	<b>pp.</b>	páginas
<b>caps.</b>	capítulos	<b>r.</b>	reinado
<b>coord.</b>	coordenação/coordenador	<b>S.</b>	São
<b>D.</b>	Dom/Dona	<b>s.d.</b>	sem data
<b>dir.</b>	direção/diretores	<b>s.l.</b>	sem local
<b>doc.</b>	documento	<b>s.n.</b>	sem nome
<b>ed.</b>	edição/editor	<b>S.<sup>ta</sup></b>	Santa
<b>fl.</b>	fólio	<b>S.<sup>to</sup></b>	Santo
<b>glos.</b>	glossário	<b>sécs.</b>	séculos
<b>introd.</b>	introdução	<b>t.</b>	tomo
<b>liv.</b>	livro	<b>ts.</b>	tomos
<b>n.º</b>	número	<b>vol.</b>	volume
<b>op. cit.</b>	<i>opus citatum</i>	<b>vols.</b>	volumes
<b>orgs.</b>	organizadores		

<b>ACL</b>	Academia de Ciências de Lisboa
<b>BA</b>	Biblioteca da Ajuda
<b>BACL</b>	Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa
<b>BNE</b>	Biblioteca Nacional de Espanha
<b>BNP</b>	Biblioteca Nacional de Portugal
<b>CIDEHUS</b>	Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
<b>CITCEM</b>	Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
<b>CLEPUL</b>	Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias
<b>CNCDP</b>	Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
<b>FCSH</b>	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
<b>IECCPMA</b>	Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes
<b>INCM</b>	Imprensa Nacional-Casa da Moeda
<b>UNL</b>	Universidade Nova de Lisboa

# PLANO GRÁFICO E ORGANIGRAMA DO CORPO CIENTÍFICO E EXECUTIVO

DIREÇÃO JOSÉ EDUARDO FRANCO E CARLOS FIOLEIS

---

VOLUME 1  
**Primeiros textos em português: cantigas trovadorescas, prosa literária e documentação instrumental (Seleção)**  
COORDENAÇÃO  
José António Souto Cabo  
(Universidade de Santiago de Compostela)

VOLUME 2  
**Primeiros textos de pré-história, história e heráldica**  
COORDENAÇÃO  
Cristina Trindade  
(Universidade de Lisboa)  
Filipe Alves Moreira  
(Universidade de Lisboa)  
João Luís Cardoso  
(Universidade Aberta)  
Luísa Paolinelli  
(Universidade da Madeira)  
Pedro Sameiro  
(Instituto Português de Heráldica)  
Rui Carita  
(Universidade da Madeira)

VOLUME 3  
**Primeiros livros de edificação moral e primeira crónica biográfica**  
COORDENAÇÃO  
Aida Sampaio Lemos  
(Universidade Aberta)  
António Rebelo  
(Universidade de Coimbra)  
Ernesto Rodrigues  
(Universidade de Lisboa)  
Maria Antónia Lopes  
(Universidade de Coimbra)  
Porfírio Pinto  
(Universidade de Lisboa)

VOLUME 4  
**Primeiros relatos de viagens e descobrimento**  
COORDENAÇÃO  
Alexandra Pelúcia  
(Universidade Nova de Lisboa)  
João Paulo Oliveira e Costa  
(Universidade Nova de Lisboa)  
Luís Machado de Abreu  
(Universidade de Aveiro)

VOLUME 5  
**Primeiros textos de ética social e política**  
COORDENAÇÃO  
António Moniz  
(Universidade Nova de Lisboa)  
Paulo Drumond Braga  
(Universidade Aberta)

VOLUME 6  
**Primeiros escritos de geografia e ecologia**  
COORDENAÇÃO  
Alexandra Pelúcia  
(Universidade Nova de Lisboa)  
Alexandra Soares Rodrigues  
(Instituto Politécnico de Bragança)  
João Paulo Oliveira e Costa  
(Universidade Nova de Lisboa)

José Miguel Pereira  
(Universidade de Lisboa)  
Orlando Gama  
(Instituto Politécnico de Bragança)  
Viriato Soromenho-Marques  
(Universidade de Lisboa)

VOLUME 7  
**Primeiras obras de dramaturgia (Seleção)**  
COORDENAÇÃO  
Miguel Real  
(Universidade de Lisboa)  
Ricardo Ventura  
(Universidade de Lisboa)

VOLUME 8  
**Primeiros livros de didática religiosa**  
COORDENAÇÃO  
Isaías Hipólito  
(Universidade de Coimbra)  
Jorge Barbosa  
(Universidade Católica Portuguesa)  
José Carlos L. de Miranda  
(Universidade Católica Portuguesa)  
Porfírio Pinto  
(Universidade de Lisboa)

VOLUME 9  
**Primeiras obras de marinaria e guerra marítima**  
COORDENAÇÃO  
António Costa Canas  
(Escola Naval)

VOLUME 10  
**Primeiro romance de cavalaria e primeira novela sentimental**  
COORDENAÇÃO  
Isabel Morujão  
(Universidade do Porto)  
Ricardo Ventura  
(Universidade de Lisboa)

VOLUME 11  
**Primeiras gramáticas da língua portuguesa**  
COORDENAÇÃO  
Aida Sampaio Lemos  
(Universidade Aberta)  
José Eduardo Franco  
(Universidade Aberta)

VOLUME 12  
**Primeiros tratados de pintura**  
COORDENAÇÃO  
Patrícia Monteiro  
(Universidade de Lisboa)  
Vitor Serrão  
(Universidade de Lisboa)

## OBRAS PIONEIRAS DA CULTURA PORTUGUESA

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Sob a Égide da Universidade de Coimbra e da Universidade Aberta

---

### VOLUME 13 Primeiro tratado jurídico

COORDENAÇÃO

Pedro Barbas Homem  
(Universidade de Lisboa)

Pedro Caridade Freitas  
(Universidade de Lisboa)

---

### VOLUME 14 Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas

COORDENAÇÃO

Daniel Pires  
(Universidade de Lisboa)

Fernando Augusto Machado  
(Universidade do Minho)

José Eduardo Franco  
(Universidade Aberta)

Margarida Seixas  
(Universidade de Lisboa)

Maria Antónia Lopes  
(Universidade de Coimbra)

Paulo de Assunção  
(Universidade de São Paulo)

Pedro Calafate  
(Universidade de Lisboa)

Ricardo Ventura  
(Universidade de Lisboa)

Susana Alves-Jesus  
(Universidade Aberta)

---

### VOLUME 15 Primeiro livro de botânica

COORDENAÇÃO

**Carlos Fiolhais**

Jorge Américo  
Rodrigues de Paiva  
(Universidade de Coimbra)

---

### VOLUME 16 Primeiras obras de arquitetura

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho  
(Universidade de Lisboa)

João Vieira Caldas  
(Universidade de Lisboa)

---

### VOLUME 17 Primeira epopeia

COORDENAÇÃO

José Carlos Seabra Pereira  
(Universidade de Coimbra)

Martinho Soares  
(Universidade de Coimbra)

---

### VOLUME 18 Primeiros escritos de economia

COORDENAÇÃO

André Costa  
(Universidade de Lisboa)

Guilherme d'Oliveira Martins  
(Fundação Calouste Gulbenkian)

Renato Pistola  
(Universidade de Lisboa)

---

### VOLUME 19 Primeira obra de aventura e contactos intercivilizacionais

COORDENAÇÃO

Amélia Polónia  
(Universidade do Porto)

Rosa Capelão  
(Universidade do Porto)

---

### VOLUME 20 Primeiros tratados de música

COORDENAÇÃO

Rui Vieira Nery  
(Universidade Nova de Lisboa)

---

### VOLUME 21 Primeiro livro de cozinha

COORDENAÇÃO

Isabel Drumond Braga  
(Universidade de Lisboa)

---

### VOLUME 22 Primeiros escritos de medicina, farmácia e enfermagem

COORDENAÇÃO

Augusto Moutinho Borges  
(Universidade de Lisboa)

João Rui Pita  
(Universidade de Coimbra)

Luís Gonzaga Ribeiro  
(Cruz Vermelha Portuguesa)

---

### VOLUME 23 Primeira arte de retórica

COORDENAÇÃO

Belmiro Fernandes Pereira  
(Universidade do Porto)

---

### VOLUME 24 Primeiro tratado de cabala

COORDENAÇÃO

Manuel Curado  
(Universidade do Minho)

---

### VOLUME 25 Primeiro tratado de engenharia

COORDENAÇÃO

Décio Ruivo Martins  
(Universidade de Coimbra)

---

### VOLUME 26 Primeiras narrativas de naufrágios

COORDENAÇÃO

António Moniz  
(Universidade Nova de Lisboa)

---

### VOLUME 27 Primeiro tratado pedagógico

COORDENAÇÃO

Adelino Cardoso  
(Universidade Nova de Lisboa)

---

### VOLUME 28 Primeira arte poética

COORDENAÇÃO

Micaela Ramon  
(Universidade do Minho)

---

### VOLUME 29 Primeiro tratado de física

COORDENAÇÃO

Carlos Fiolhais  
(Universidade de Coimbra)

---

### VOLUME 30 Primeiro tratado de química

COORDENAÇÃO

António Amorim da Costa  
(Universidade de Coimbra)

## **DIREÇÃO**

José Eduardo Franco  
Carlos Fiolhais

## **SUPERVISÃO LINGÜÍSTICA E COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO DE FONTES**

Aida Sampaio Lemos

## **COORDENAÇÃO PALEOGRÁFICA, INVESTIGAÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE FONTES**

Joana Balsa de Pinho  
Ricardo Ventura

## **SUPERVISÃO DA TRADUÇÃO DOS TEXTOS LATINOS**

José Carlos Lopes de Miranda  
Mariana Gomes da Costa  
Paulo Drumond Braga

## **EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO**

João Cambado  
Lina Oliveira  
Madalena Costa Lima  
Ricardo Pessa de Oliveira  
Sara Abreu

## **COLABORAÇÃO**

Alice Gago

## **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA**

Luis Pinheiro  
Cristiana Lucas  
Paula Carreira

## **CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL**

Acílio Estanqueiro Rocha  
(Universidade do Minho)

Alberto Vieira  
(Centro de Estudos de História  
do Atlântico)

Ana Paula Tavares  
(Universidade de Lisboa)

Annabela Rita  
(Universidade de Lisboa)

Antónia Fialho Conde  
(Universidade de Évora)

António Araújo  
(Presidência da República)

António Ventura  
(Universidade de Lisboa)

Artur Anselmo  
(Academia das Ciências de Lisboa)

Avelino de Freitas de Meneses  
(Universidade dos Açores)

Bernard Vincent  
(EHESS-Paris)

Bernardo Sá Nogueira  
(Universidade de Lisboa)

Carlos Carreto  
(Universidade Nova de Lisboa)

Carlota Urbano  
(Universidade de Coimbra)

Diogo Abreu  
(Universidade de Lisboa)

Dionísio Vila Maior  
(Universidade de Lisboa)

Edgard Leite  
(Universidade Federal  
do Rio de Janeiro)

Eduardo Lourenço  
(Fundação Calouste Gulbenkian)

Fernanda Olival  
(Universidade de Évora)

Fernando Cristóvão  
(Universidade de Lisboa)

Fernando Grilo  
(Universidade de Lisboa)

Francisco de Almeida Dias  
(Universidade de Tuscia)

Francisco Nuno Ramos  
(Observatório da Língua Portuguesa)

Francisco Senra Coelho  
(Universidade Católica Portuguesa)

Gerardo Ramírez Vidal  
(Universidade Nacional Autónoma  
do México)

Henrique Leitão  
(Universidade de Lisboa)

Henrique Manuel Pereira  
(Universidade Católica Portuguesa)

Ilda Mendes  
(Universidade Sorbonne Nouvelle  
– Paris 3)

Inês Cordeiro  
(Biblioteca Nacional de Portugal)

Isabel Ponce de Leão  
(Universidade Fernando Pessoa)

Isabel Rocheta  
(Universidade de Lisboa)

Jesué Pinharanda Gomes  
(Academia Portuguesa da História)

João Carvalho  
(Universidade do Algarve)

João Costa  
(Universidade Nova de Lisboa)

† João Francisco Marques  
(Universidade do Porto)

João Gabriel Silva  
(Universidade de Coimbra)

João Malaca Casteleiro  
(Universidade de Lisboa)

João Relvão Caetano  
(Universidade Aberta)

Jorge Freitas Branco  
(ISCTE – Instituto Universitário  
de Lisboa)

José Barreto  
(Universidade de Lisboa – ICS)

José Cordeiro  
(Universidade Católica Portuguesa)

José Eduardo Reis  
(Universidade de Trás-os-Montes  
e Alto Douro)

José Ignacio Ruiz Rodríguez  
(Universidade de Alcalá de Henares)

José Paulo Leite Abreu  
(Universidade Católica Portuguesa)

José Pedro Paiva  
(Universidade de Coimbra)

José Silva Rosa  
(Universidade da Beira Interior)

Josiah Blackmore  
(Universidade de Harvard)

Juan Luis Conde  
(Universidade Complutense  
de Madrid)

Juan M. Lorenzo Lorenzo  
(Universidade Complutense  
de Madrid)

Lilian Jacoto  
(Universidade de São Paulo)

Luis Girón Negrón  
(Universidade de Harvard)

Luiz Eduardo Meneses de Oliveira  
(Universidade Federal de Sergipe)

Manuela Mendonça  
(Academia Portuguesa da História)

Margarida Miranda  
(Universidade de Coimbra)

Margarita Torremocha Hernández  
(Universidade de Valladolid)

Maria Cecília Amorim Pilla  
(Pontifícia Universidade Católica  
do Paraná)

Maria Luísa de Castro Soares  
(Universidade de Trás-os-Montes  
e Alto Douro)

Maria Manuel Baptista  
(Universidade de Aveiro)

Maria Renata da Cruz Duran  
(Universidade Estadual de Londrina)

Miguel Monteiro  
(Universidade de Lisboa)

Moisés Lemos Martins  
(Universidade do Minho)

Onésimo Teotónio de Almeida  
(Universidade de Brown)

Paulo Maria Bastos da Silva Dias  
(Universidade Aberta)

Paulo Mendes Pinto  
(Universidade Lusófona de  
Humanidades e Tecnologias)

Paulo Silva Pereira  
(Universidade de Coimbra)

Pedro Calafate  
(Universidade de Lisboa)

Pierre Antoine Fabre  
(EHESS-Paris)

† Raul Rosado Fernandes  
(Universidade de Lisboa)

Renato Epifânio  
(Universidade do Porto)

Ronaldo Vainfas  
(Universidade Federal Fluminense)

Silvestre Lacerda  
(Arquivo Nacional da Torre  
do Tombo)

Susana Goulart da Costa  
(Universidade dos Açores)

Teresa Pinheiro  
(Universidade de Chemnitz)

Vania Chaves  
(Universidade de Lisboa)

# ORGANIGRAMA INSTITUCIONAL E MECENÁTICO

---

*Com o Alto Patrocínio  
de Sua Excelência  
o Presidente da República Portuguesa*

---

*Sob a Égide  
da  
Reitoria da Universidade Aberta  
e da  
Reitoria da Universidade de Coimbra*

## **INSTITUIÇÕES PROMOTORAS**

Universidade Aberta  
Universidade de Coimbra

## **INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS**

Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização  
Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa  
Rómulo – Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra  
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

## **MECENAS PRINCIPAIS**

Fundação Calouste Gulbenkian  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Ministério da Educação

## **PATROCINADORES**

Apifarma – Assoc. Portuguesa da Indústria Farmacêutica  
BPI / Fundação ”la Caixa”  
CTT – Correios de Portugal  
Fundação Eng. António de Almeida  
Fundação Oriente  
OM – Ordem dos Médicos  
REN – Redes Energéticas Nacionais

## INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS ASSOCIADAS

Academia das Ciências de Lisboa	Escola Naval
Academia Portuguesa da História	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança
Agência para a Promoção da Cultura Atlântica	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
ARTIS – Instituto da História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Biblioteca da Ajuda	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Biblioteca Nacional de Portugal	Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Bocageanos	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Estudos de História do Atlântico	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra	Fundação Casa de Bragança
Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa	Instituto Açoriano de Cultura
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho	Instituto de Estudos de Literatura e Tradição da Universidade Nova de Lisboa
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra	Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Centro de Física da Universidade de Coimbra	Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho
Centro de Investigação de Teoria e História do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	Instituto Português de Heráldica
Centro de Investigação Naval	Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Universidade do Porto	Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa
Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro	Movimento Internacional Lusófono
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora	Observatório da Língua Portuguesa
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra	Palácio Nacional da Ajuda
Centro Nacional de Cultura	Sociedade Portuguesa de Retórica
CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores	Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga
Cruz Vermelha Portuguesa	Universidade da Madeira
Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo	Universidade de Aveiro
	Universidade de Lisboa
	Universidade de Santiago de Compostela
	Universidade Lusófona

COM O ALTO PATROCÍNIO  
DE SUA EXCELENCIA



*O Presidente da República*

## INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt



· U



C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS



**CLEPUL** | Centro de Literaturas  
e Culturas Lusófonas  
e Europeias  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



CENTRO CIÊNCIA VIVA  
UNIVERSIDADE COIMBRA



**CIDH**

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique  
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Instituto Europeu de  
Ciências da Cultura  
P. Manuel Antunes

## MECENAS PRINCIPAIS



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

**FCT**

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

## PATROCINADORES

apifarma



FUNDAÇÃO  
ORIENTE



REN

OBRA PUBLICADA NO  
ÂMBITO DO ANO EUROPEU  
DO PATRIMÓNIO CULTURAL

2018   
ANO EUROPEU  
DO PATRIMÓNIO  
CULTURAL  
#EuropeForCulture

## INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS ASSOCIADAS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA



Academia Portuguesa da História



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA ATLÂNTICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE LISBOA



Biblioteca da Ajuda



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL



CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



CEBL Centro de Estudos Linguísticos



CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS IN-COMMUNIS DE COIMBRA



CEI Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XXI



CEHA CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO



CEHUM Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho



CEIS 30 CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XXI UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CELGA-ILTEC Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada Universidade de Coimbra



UNIVERSITAS OLISIPONENSIS Centro de Filosofia



THD ULisboa TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA ULISBOA



Cin Centro de Investigação Naval



Centro de Línguas e Culturas



Centro Interuniversitário de Estudos Camouinios



CENTRO NACIONAL DE CULTURA



CFisUC



CHAM Associação Nacional de História Faculdade de Letras Universidade de Coimbra



CIDEHUS UNIVERSIDADE DE ÉVORA



COMPETE 2020 PORTUGAL 2020



UNião Europeia



CITCEM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



CRUZ VERMELHA PORTUGUESA



REPÚBLICA PORTUGUESA CULTURA DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DA BIBLIOTECA



ESCOLA EFNAL



IPB INSTITUTO PORTUGUÊS DE BIBLIOTECAS



FCTUC FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO Universidade de Lisboa



FFUC FACULDADE DE FARMÁCIA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FLUC FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA



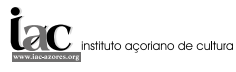
FLUL LETRAS LISBOA



FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



IAC Instituto açoriano de cultura



INSTITUTO DE ESTUDOS DE LITERATURA E TRADIÇÃO IELT FCSH-NOVA



INSTITUTO DE HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO POLÍTICO



Instituto de Letras e Ciências Humanas



INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA Universidade de Lisboa



TÉCNICO LISBOA



UNIVERSIDADE DA MADEIRA



MIL MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO



Observatório da Língua Portuguesa



Palácio Nacional da Ajuda



Sociedade Portuguesa de Retórica



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



UNIVERSIDADE DA MADEIRA



universidade de aveiro



UNIVERSIDADE DE LISBOA



UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



UNIVERSIDADE LUSÓFONA